



**UNIVERSIDADE TIRADENTES
DIRETORIA DE PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

DILSON GONZAGA SAMPAIO

***“Para tornar o estudo um farol
No colégio o lema tracemos”***
**O Colégio Patrocínio de São José, de Aracaju
(1940 – 1953)**

Aracaju – 2016

***“Para tornar o estudo um farol
No colégio o lema tracemos”***
**O Colégio Patrocínio de São José, de Aracaju
(1940 – 1953)**

DILSON GONZAGA SAMPAIO

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Linha 2 – da Universidade Tiradentes como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Cristiano de Jesus Ferronato

Aracaju – 2016

***“Para tornar o estudo um farol
No colégio o lema tracemos”***
**O Colégio Patrocínio de São José, de Aracaju
(1940 – 1953)**

DILSON GONZAGA SAMPAIO

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Linha 2 – da Universidade Tiradentes como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovado em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cristiano de Jesus Ferronato (UNIT)
(Orientador)

Prof.^a Dr.^a Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas (UFS)
(Avaliador externo)

Prof.^a Dr.^a Simone Silveira Amorim (UNIT)
(Avaliador interno)

Prof.^a Dr.^a Cláudia Engler Cury (UFPB)
(Avaliador externo suplente)

Prof.^a Dr.^a Vera Maria Santos (UNIT)
(Avaliador interno suplente)

FICHA CATALOGRÁFICA

S192p Sampaio, Dilson Gonzaga
“Para tornar o estudo um farol no colégio o lema tracemos” O colégio Patrocínio de São José, de Aracaju (1940 – 1953). / Dilson Gonzaga Sampaio ; orientação [de] Prof. Dr. Cristiano de Jesus Ferronato – Aracaju: UNIT, 2016.
179p. il.: 30cm

Inclui bibliografia.
Dissertação (Mestrado em Educação)

1. Instituições educativas. 2. Colégio Patrocínio de São José - Aracaju/SE. 3. Educação feminina. I. Ferronato, Cristiano de Jesus. (orient.). II. Universidade Tiradentes. III. Título.

CDU: 37.018.5

Ficha catalográfica: Rosangela Soares de Jesus CRB/5 1701

A todos os alunos(as), ex-alunos(as), professores(as), ex-professores(as), todas as religiosas da Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição e em especial à Ir. Eunice, atual diretora da instituição. Aos funcionários, em especial à Gesilda, responsável pelo arquivo. Sem a participação destes agentes de forma direta ou indireta não conheceríamos alcançar a história do Colégio Patrocínio de São José, que segue na formação cultural do povo sergipano diante de todas as adversidades comuns às Instituições de ensino.

AGRADECIMENTOS

*Apegue-te à instrução, e não a largues;
guarda-a, pois ela é tua vida.
(Provérbios 4.13).*

Aqui agradeço às minhas primeiras professoras: minha mãe Maria Rosangela Gonzaga Batista e D. Joanita Gonzaga Batista, minha avó, uma mulher forte, de superações. Não posso deixar de registrar aqui o acolhimento dela ao adotar minha mãe, em 1958, mudaria a história de uma menina negra, deixada na maternidade do Hospital Cirurgia.

Aos meus professores (as) do jardim, lembro-me da “tia Carminha”. Do ensino fundamental ao médio, sou muito grato em especial à Professora Rita Barbosa, suas orientações me fizeram chegar até a aqui. Quando o tempo era de desistir você dizia: é tempo de seguir, força. Admirava sua militância no campo da educação, característica das mulheres do sertão, de onde advém sua família.

A chegada ao curso de Licenciatura em Pedagogia teve a contribuição dessas mulheres e homens, eu não poderia esquecer-me dos Professores (as): Professora Msc Josevânia Guedes, ao professor Dr. José Mario, professor Dr. Carlos Alberto, Professora Ana Maria Galvão *in memória*, Professora Estela, Professora Terezinha *in memória*. “A teoria, qualquer que seja ela, é sempre uma teoria do conhecimento posta em prática” (Paulo Freire).

O que dizer do Professor Dr. Cristiano Ferronato, o meu orientador... Lembro-me do nosso primeiro encontro, a sua atenção e escuta me disse muito de quem seria você, professor. Conduziu-me em mares desconhecidos, ensinando-me a contornar os obstáculos, a ter paciência, e zelo pelo que se busca. Mesmo que nesta viagem “acontecimentos de ordem pessoal” me distanciaram da pesquisa, você, Ferronato, na sua pedagogia, quando não me dizia o seu olhar falava tudo: é “pra frente que se anda”. Sou grato pela confiança, liberdade (vigiada) aos estímulos. Penso que seja tudo soma da sua formação desde a tenra idade, ou seja, o seu capital é precioso.

À Professora Pós-Doutora Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas, pesquisadora da História da Educação e agora minha “madrinha de apresentação”,

que na sua trajetória profissional vem contribuindo na formação de novos pesquisadores. Meus sinceros agradecimentos.

Meus sinceros agradecimentos à Professora Doutora Simone Amorim, pelas palavras de encorajamento e a sua disponibilidade em sempre me ouvir. Digo que o seu sorriso é contagiante.

Aos Professores(as) Doutores(as) do Programa de Pós-Graduação da Universidade Tiradentes (PPED – UNIT), compromissados no seu ofício de educar, os quais contribuíram com a nossa pesquisa com sugestões, orientações, o meu muitíssimo obrigado!

O que dizer da minha família, minha mãe e irmã Roseane Batista dos Santos, sem vocês seria mais difícil! Obrigado pela atenção, compreendo também que família não é apenas consanguínea e nesta caminhada fui adotado por outros, abrindo seus lares e dispostos sempre a me ouvir. Dona Riso, Soraia, Diane, Aninha, Katiene, a ex- aluna do Colégia a Sra Anna Maria Lobão, Bárbara e Carlos vivem em meu coração, companheiros que contribuem na minha trajetória. Destaco também a chegada de mais um irmão, “Binho”.

Um agradecimento especial às amigas Angela Melo, Ranússia, Luciene e Katia Viana, fica aqui a minha admiração pela coragem e forças de vocês. E Angela, digo que é um anjo bom de Sergipe, um muito obrigado! E aos meus amigos Rony Rei, Jade, Joaquim Francisco, Anderson, vocês são Show!

À turma do mestrado de 2014, as lembranças do cafezinho no intervalo das aulas, nossas conversas no grupo “WhatsApp”, nossa feijoada e festa junina, momentos de encontro e descontração muito bons, tenho saudades dos tempos de sala de aula.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste Oitocentista (GHENO/GT/SE/Unit), que seguem no mesmo caminho que percorro das pesquisas sobre a História da Educação, as nossas reuniões indicam que estamos no caminho certo.

Enfim, agradeço a todos que de algum modo estiveram ao meu lado me encorajando a seguir, muito obrigado!

RESUMO

Esta dissertação busca analisar a história do Colégio Patrocínio de São José, fundado por religiosas em 1940 na cidade de Aracaju/SE, uma instituição de caráter feminino confessional católico dirigida desde a sua fundação até os dias atuais pela Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição. A pesquisa tem como marco inicial o ano de sua inauguração até o ano de 1953, quando o Colégio criou o Jardim de Infância, adotando o ensino misto na instituição. Objetivamos investigar o Colégio no cenário educativo em Aracaju e Sergipe, ao difundir a educação como sua principal missão através do ensino primário, ginasial e escola normal, com internato, externato e semi-internato. Entenderemos então qual forma de administração foi utilizada e quais foram os seus agentes educativos no período delimitado. A pesquisa está inserida no campo da História da Educação, em particular na área da História das Instituições Educativas. Tomamos como fontes de pesquisa os documentos oficiais da Instituição: Ofícios expedidos e recebidos, Diários de Classe, Relatórios de Inspectores de Ensino, Fichas de alunas, Livros, Atas. Outras fontes utilizadas foram o Jornal A Cruzada, revistas, dissertações e periódicos indexados. Desta forma, não teríamos como reconstruir a história da instituição senão recorrendo às fontes. As principais categorias de análise utilizadas foram: Magalhães (2004), sobre a História das Instituições Educativas; Bourdieu (2009), a respeito dos conceitos campo e *habitus*. Buscamos responder aos questionamentos levantados pela pesquisa e de posse dos resultados contribuir para a historiografia educacional sergipana.

Palavras-chave: Instituições educativas. Colégio Patrocínio de São José. Educação Feminina.

ABSTRACT

This paper analyzes the history of Patrocínio de São José school, founded in 1940 in the city of Aracaju, Sergipe, a confessional Catholic womanhood institution directed from its founding to the present day for the Congregation of the Franciscan Hospitaller Sisters of the Immaculate Conception. Our timeframe comprises the year of its inauguration by the year 1953, when was created by the school the kindergarten adopting the teaching mist in the Institution. The main objective is to understand the importance of the School in the educational setting in Aracaju and Sergipe to spread education as its primary mission through primary school, junior high and normal school, with boarding school and semi- boarding. Then we understand which form of administration was used and who were your teachers in the defined period. The search is inserted in the area of the Education's History, in private in the area of the Educates Institutions History. Taking as source of studies the official documents of the Institution in his archive to find source like: Expected and received Papers, Class diaries, reports of teachers, Students records, minute book. Another no officials sources are the newspapers, magazines, texts and indexed periodic. That way we would not have to reconstruct the history of the institution but using the sources. That is the principals categories of the analyses: (MAGALHÃES, 2004); about the Educates Institutions History. (BOURDIEU, 2009); To respect of the concept camp and *habitus* (CHARTIER,1990); About the practices of appropriation and representation, we look for answer the questions raised by search and of (posse) of the results to contribute for the educational historiography of Sergipe.

Keywords: Educational Institutions. Patrocínio de São José School. Women's Education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO – E “SÃO JOSÉ COBRIRÁ COM SEU MANTO”	13
1.1 Do pesquisador à pesquisa: a configuração do objeto de pesquisa.....	14
1.2 Das questões teóricas e metodológicas.....	22
2 “A INSTRUÇÃO QUE A TODOS CONDUZ” – A CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS HOSPITALEIRAS DA IMACULADA CONCEIÇÃO E A FUNDAÇÃO DO COLÉGIO PATROCÍNIO DE SÃO JOSÉ NA CIDADE DE ARACAJU/SE	31
2.1 Das instituições educativas em Aracaju: o Colégio Patrocínio de São José (1937 – 1940).....	49
2.2 “Construir um Colégio é edificar uma nação católica”.....	58
2.3 “Pela mercê de Deus e a caridade do povo de Aracaju” inaugura-se o Colégio Patrocínio de São José.....	71
3 “AO SABER QUE PRODUZ BRILHO TANTO” – OS CURSOS PRIMÁRIO, GINASIAL, SECUNDÁRIO E ESCOLA NORMAL	78
3.1 O curso primário.....	81
3.2 O curso ginasial.....	87
3.3 O curso normal.....	98
3.4 O internato do Colégio Patrocínio de São José.....	109
3.5 Festas, formaturas e comemorações.....	115
4 “NA MISSÃO DE EDUCAR PARA A LUZ” – OS AGENTES EDUCATIVOS ...	122
4.1 A equipe diretiva.....	125
4.2 O corpo docente.....	132
4.3 O corpo discente.....	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS – “Nessa casa de sã instrução. Densas trevas com letras rasgamos. Para Glorificar nossa nação”	144
REFERÊNCIAS	149
ANEXOS	157

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Irmã Clara do Menino Jesus.....	32
Figura 2 – Diário Oficial do Estado de Sergipe 18/10/1945.....	35
Figura 3 – Primeira casa que abrigou as religiosas em Santarém/PA.....	38
Figura 4 – Colégio Santo Antônio, Alenquer/PA.....	39
Figura 5 – Inauguração do Colégio Sagrado Coração de Maria (1912), Mossoró/RN.....	42
Figura 6 – Colégio Nossa Senhora das Graças, em Própria/SE.....	44
Figura 7 – Vista lateral da Igreja São José no ano de 1940.....	60
Figura 8 – Plano de projeto para construção do Colégio Patrocínio de São José (1937).....	63
Figura 9 – Mobiliário do Colégio com armários de lençóis e sapatos e os materiais pedagógicos da sala de aula.....	67
Figura 10 – Vista da planta da área frontal do Colégio Patrocínio de São José (1937)	68
Figura 11 – Vista área do Colégio Patrocínio de São José (1948).....	68
Figura 12 – Vista dos fundos do Colégio Patrocínio de São José, em construção no ano de 1939.....	70
Figura 13 – Foto da fachada principal do Colégio Patrocínio de São José (1940)....	71
Figura 14 – Foto das primeiras alunas internas do curso primário (1940).....	82
Figura 15 – Atestado de saúde.....	83
Figura 16 – Mapa de apuração dos exames.....	85
Figura 17 – Anúncio de matrícula do Colégio Patrocínio de São José.....	89
Figura 18 – Imagem da aula de religião (1945).....	91
Figura 19 – Imagem da Capela do Colégio Patrocínio de São José.....	92
Figura 20 – Alunas do pelotão da Bandeira no primeiro desfile cívico do Ginásio Patrocínio de São José (1946).....	94
Figura 21 – Imagem das ginasianas e normalistas em frente ao Colégio, recepcionando o segundo Bispo de Aracaju, Dom Fernando Gomes (1949).....	95
Figura 22 – Imagem das alunas formadas para o desfile cívico de 1946.....	96
Figura 23 – Diploma de conclusão do ensino normal.....	103
Figura 24 – Histórico do curso normal.....	106
Figura 25 – Normalistas ao centro e duas religiosas com nomes não identificados (1948).....	107
Figura 26 – Plano de aula do Colégio Patrocínio de São José.....	108
Figura 27 – Dormitório do Colégio Patrocínio de São José (1944).....	109
Figura 28 – Crisma da turma de normalista de 1948, pátio da Igreja São José, localizada na praça Tobias Barreto s/n, em Aracaju/SE.....	117
Figura 29 – Formatura das normalistas da turma de 1950.....	119
Figura 30 – Imagem da normalista Maria José Leal Soares (1952).....	120
Figura 31 – Irmã Cândida de Maria Imaculada.....	125
Figura 32 – Primeira diretora, Irmã Hercília d´ Assunção (1940).....	127
Figura 33 – Relatório final de inspeção a respeito do corpo docente.....	133
Figura 34 – Livro de matrícula do Colégio (1943).....	140

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Instituições fundadas pela Congregação no Brasil.....	47
Quadro 2 – Instituições educativas em Sergipe no início de século XX.....	52
Quadro 3 – Distribuição dos espaços educativos do Colégio.....	64
Quadro 4 – Autores e títulos.....	101
Quadro 5 – Disciplinas do currículo da escola normal.....	102
Quadro 6 – Distribuição das disciplinas pelos dias da semana do curso de formação de professores em 1952.....	104
Quadro 7 – Relação das primeiras diretoras, secretária e prefeitas do Colégio.....	128
Quadro 8 – Corpo docente em exercício em 1945.....	132
Quadro 9 – Corpo docente da escola da escola normal (1952).....	137

1 INTRODUÇÃO – E “SÃO JOSÉ COBRIRÁ COM SEU MANTO”

São José cobrirá com seu manto
A instrução que a todos conduz
Ao saber que produz brilho tanto
Na missão de educar para a luz
(Hino do Colégio Patrocínio de São José)

Com o intento de estudar a história do Colégio Patrocínio de São José, iniciamos este estudo com a epígrafe do seu hino, escrito pelas Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição e melodiado por Major Teles, vindo a ser executado em sua inauguração. Ao buscarmos o entendimento a respeito da instituição e a sua finalidade educativa, tomaremos a letra como nosso guia em toda dissertação.

Assim, a música nos convida a conhecer os seus principais propósitos educativos ao invocar a proteção do seu patrono: o santo católico São José, que foi o pai de Jesus e o esposo de Maria, segundo o cristianismo. Decidimos iniciar este trabalho com as estrofes deste hino porque entendemos que ele nos apresenta a história da instituição, seus propósitos educativos e cristãos na formação das suas alunas, nesta casa construída para assegurar o saber.

Neste sentido, o estudo aqui apresentado tem por objetivo analisar o Colégio Patrocínio de São José, uma instituição confessional católica, criado em 1940. A entidade educativa, que funciona até os dias atuais, foi fundada e é dirigida pela Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição, na cidade de Aracaju/SE, configurando-se em nossa análise como uma das mais importantes instituições educativas do estado de Sergipe. A pertinência do estudo compreenderá sua história e consolidação no campo da educação no Estado e a atuação dos seus agentes educativos (professores e alunas) no seu espaço escolar.

No que se refere ao nosso marco temporal, demarcamos os anos de 1940 e 1953. A primeira data se refere ao ano de fundação da escola pela referida Congregação, chegando até 1953, ano em que foi criado no Colégio o Jardim de infância e, mais importante aqui, ano em que a instituição implantou o ensino misto, funcionando até os dias atuais esta modalidade de ensino. Em 13 anos o Colégio educou diversas moças sobre o “manto de São José”. Moças com origem na capital Aracaju, bem como provenientes de cidades do interior do estado.

Ofereceria a instituição métodos de sã instrução cívica, cultural e religiosa, tencionando preparar essas jovens e moças para desempenhar papéis importantes no cenário social. Desta forma, o Colégio surgiu com a missão de educar suas alunas, desde que não fossem ultrapassados os limites da moral e dos bons costumes sociais, ao modelar o caráter da futura mulher para assumir seu papel na sociedade.

Entendemos, nesta pesquisa, que foi durante esse período que o Colégio se consolidou como uma das mais importantes instituições de ensino feminino do estado, funcionando com internato, externato e semi-internato oferecendo os cursos primário, ginásial e escola normal. No entanto, antes de adentrarmos a história da instituição é importante explicar o caminho que nos levou a pesquisá-la.

1.1 Do pesquisador à pesquisa: a configuração do objeto de pesquisa

Faz-se conveniente iniciar este texto destacando a ideia de que: “Antes de saber o que a história diz de uma sociedade, é necessário saber como funciona dentro dela.” (CERTEAU, 2011, p. 63). Neste sentido, apreender o lugar social no qual o pesquisador exerce sua atividade se torna ponto importante à medida que entendemos que cada lugar impõe ao fazer da história não apenas objetos próprios, mas também metodologias, formas de escrita, de seleção e utilização de fontes.

A história, como escrita, tende a anunciar três movimentos não divergentes, a saber: convocar o passado, mostrar as competências do historiador e convencer o leitor de seus argumentos. Hoje, mais do que nunca sabemos que o conhecimento que produzimos pode ser encarado como uma das modalidades de relação do pesquisador com o passado. Esse tempo “longínquo”, que é acionado pelo sujeito que pesquisa no presente, não volta mais tal qual ocorrera, porém, tem por produto uma escrita historiográfica assentada em uma prática que submete ao regime de verossimilhança ou refutabilidade dos vestígios desse passado.

A escrita da história deve ser considerada por essa prática que expõe aonde se quer chegar. Diferente da pesquisa, que é algo interminável, o texto escrito tende, necessariamente, a apresentar um produto com início, meio e “fim”. Pensando neste percurso e na ação do pesquisador na elaboração do trabalho é que nos propomos anunciar, em um primeiro momento, a nossa trajetória, reativando locais de memória

que nos fazem esquadrihar de onde falamos, com quem dialogamos e com o que trabalhamos.

A motivação em pesquisar a referida instituição deu-se através dos conhecimentos adquiridos no II Curso de “Práticas da Memória Feminina e a História da Educação”, ministrado pela Professora Doutora Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas, na Universidade Federal de Sergipe. Em 2006, ao estudar nesse primeiro momento a história da educação e as instituições educativas de Sergipe, visitei os arquivos do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS), onde encontrei diversos jornais do início do século XX, com anúncios relacionados à rotina do Colégio. O contato com aquelas fontes me motivou a entender como aquela instituição, o Colégio Patrocínio de São José, configurava-se no espaço educativo sergipano.

No entanto, naquele momento, em virtude de outros projetos, não dei continuidade à pesquisa, pois a vida nos leva para outros lugares que nem sempre são os planejados. Porém, não desanimei, e quando, no ano de 2013, surgiram possibilidades para reaver os estudos referentes ao objeto, retomei a pesquisa almejando conhecer melhor a História da Educação em Sergipe.

Planejando entender melhor a instituição, cursei no primeiro semestre do ano de 2013, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes (Unit), a disciplina especial de Metodologia da Pesquisa em Educação, e no segundo semestre do mesmo ano a disciplina especial de História da Educação, ministrada pelos professores Doutores Cristiano Ferronato e Simone Amorim. Naquele mesmo ano ingressei no Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste Oitocentista (GHENO/GT-SE)¹, coordenado pelo Professor Doutor Cristiano Ferronato. Após todas as leituras realizadas nesse período pude começar a entender e a interpretar o universo de uma instituição educativa e conhecer melhor sua materialidade. Deste modo, o contexto nos estimulou a conhecer as pesquisas relacionadas ao tema.

Na busca deste entendimento, qual seja o de conhecer o funcionamento de uma instituição educativa, encontramos na Biblioteca do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (UFS) diversos

¹ Coordenado pelo Prof. Dr. Cristiano Ferronato, o Grupo de História da Educação no Nordeste Oitocentista – GT-SE vem estudando alguns intelectuais e as diversas instituições educativas, ancorado em pesquisadores como Magalhães (2004), Gondra (2004) e Nunes (1984).

trabalhos em nível de mestrado que têm como objeto de análise as instituições educativas desde a fundação do programa no ano de 1995, até dezembro de 2014. Constatamos que foram defendidas 325 pesquisas, sendo que na linha 01, área 01, Formação de educadores: saberes e competências; e a área 02, História, sociedade e pensamento educacional. Foram encontrados 102 trabalhos defendidos que contemplavam os mais variados objetos de estudos no campo da História Cultural e História da educação.

Das 102 dissertações catalogadas em nossa pesquisa no campo da História da Educação, 28 trabalhos têm como campo de análise a História das Instituições Educativas, porém esta paisagem historiográfica nos permitiu compreender a metodologia utilizada pelos pesquisadores, as fontes e seus referenciais teóricos e metodológicos.

Entre as pesquisas que têm como objeto de pesquisa as instituições educativas, destacamos alguns, como a dissertação de Costa (2003), intitulada *Fé, civilidade e ilustração: as memórias de ex-alunas do Colégio Nossa Senhora de Lourdes (1903-1973)*. Neste estudo a autora analisou uma instituição confessional católica feminina, também sediada em Aracaju, o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, considerada uma instituição de ensino da elite aracajuana, desde a sua fundação em 1903 até o seu fechamento na década de 1970. A pesquisa apresenta a fundação, a consolidação do Colégio e a atuação das Irmãs Sacramentinas na educação feminina em Sergipe.

Outro trabalho a que tivemos acesso em nossa pesquisa foi a dissertação de Melo (2007), cujo título é: *As filhas da Imaculada Conceição: um estudo sobre a educação católica (1915-1970)*. Neste estudo a autora, através das memórias de ex-alunas, recriou o cenário educativo do Colégio e suas representações, dando relevo àquela instituição localizada na cidade de Propriá, na região do baixo São Francisco.

A dissertação de Barreto (2004), intitulada *Os padres de D. José: o Seminário Sagrado Coração de Jesus (1913-1933)*, foi muito importante para a construção da presente dissertação, uma vez que ao analisarmos a pesquisa ampliamos nossas lentes pelos ensinamentos da autora sob a importância cultural, política e educativa de uma instituição na formação de intelectuais sergipanos e sacerdotes no Brasil sobre a iniciativa da Igreja Católica e a direção de Dom José Thomas Gomes.

Santana (2011), em seu estudo intitulado *Entre bordados cadernos e orações: a educação de meninas e as práticas educativas no orfanato de São*

Cristóvão e na Escola da Imaculada Conceição (1922-1969), investiga durante quarenta e sete anos as práticas educativas na formação feminina, tendo como fonte os documentos da instituição.

Rodrigues (2008) teve como objeto de estudo o Ginásio Santa Terezinha, fundado em 1947 na cidade de Boquim, no interior do Estado de Sergipe. O idealizador daquela instituição foi o Padre José Gumercindo Santos. Segundo a autora, aquele Ginásio proporcionou aos jovens da cidade uma melhor formação cultural e conseqüentemente atendia aos preceitos da Igreja Católica no que concerne à doutrinação de mais almas.

No trabalho de Bonifácio (2011), intitulado *Acolher, evangelizar e educar: contribuições do oratório festivo São João Bosco para educação feminina em Aracaju (1914-1952)*, o cenário educativo da instituição surge através das memórias de ex-alunas e as fontes utilizadas pela autora, configurando a importância do Colégio como principal instituição de recolhimento de menores pobres em Aracaju.

Ao analisar essas pesquisas na perspectiva da História das Instituições Educativas, pudemos constatar uma diversidade de objetos focados no cotidiano escolar, nos agentes educativos, nas práticas pedagógicas, em métodos de ensino e nos impressos escolares.

O programa de Pós-Graduação em Educação (PPED) da Universidade Tiradentes (Unit), criado em 2010, concentra pesquisadores em duas linhas de pesquisa, a primeira denominada Educação e Comunicação, a segunda em Educação e Formação Docente. Esta última, em especial, agrega pesquisadores e estudos já realizados e em andamento no campo da História da Educação.

Desta forma, concentramo-nos em analisar os trabalhos produzidos no âmbito da linha dois por agregar os trabalhos referentes ao tema desta dissertação. Desde a fundação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unit, foram defendidos 21 trabalhos no que concerne à História da Educação, até o ano de 2015.

Dentre esses, identificamos a seguir alguns trabalhos que se concentram em analisar as instituições educativas sergipanas. O estudo de Bertinatti (2011), que investigou a trajetória da Escola Dominical Presbiteriana entre os anos de 1909 a 1928, tencionando compreender a contribuição da instituição na formação de novos protestantes tanto no Brasil como em Sergipe, configurando-se como um dos mais importantes meios de divulgação dos conhecimentos bíblicos. O estudo de Graça

(2011), que estudou o Curso Normal Regional do Colégio Sagrado Coração de Jesus (ISCJ) em Estância/SE, entre os anos de 1949 a 1955. Esta instituição foi a segunda a ser criada pela Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição em Sergipe, detendo-se a analisar os materiais didáticos de ex-alunas. Souza (2015), que investigou a disciplina economia doméstica no Instituto de Educação Rui Barbosa entre os anos de 1960 e 1970. E Nascimento (2015), que analisou o Jardim de Infância Joana Ramos, em Tobias Barretos. Tendo como recorte temporal o ano de 1969 a 1985, sua pesquisa visou compreender o início da educação infantil em Sergipe rememorando a história desta instituição através do perfil docente e práticas educativas.

Para este fim, o presente trabalho se insere na linha de pesquisa Educação e Formação Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPED) da Universidade Tiradentes, ao analisar uma instituição educativa que contribui na formação cultural em Aracaju e em Sergipe. Buscamos então esta motivação sobre o colégio confessional feminino, ao reconstruir sua História.

Após analisarmos as produções dos dois programas constatamos que não havia nenhuma pesquisa sobre o Colégio Patrocínio de São José. Encontramos apenas artigos apresentados em congressos da área de Educação e capítulos de livros, em especial no livro organizado por Berger (2012), intitulado *As instituições educativas para a juventude de Sergipe*.

Além destes trabalhos aqui referenciados, ainda nos valem dos escritos de Freitas (2003), que em seu livro, *Vestidas de Azul e Branco*, busca identificar as representações de ex-normalistas entre os anos de 1920 e 1950; Valença (2005) com a obra intitulada *Entre livros e agulhas: representações da cultura escolar feminina na Escola Normal em Aracaju, 1871-1931*; Ferronato (2014), no seu livro *Das aulas avulsas ao Lyceu Provincial: as primeiras configurações da instrução secundária na província da Parahyba do Norte (1836-1884)*, analisa uma instituição educativa no nordeste. A pesquisa entra no rol dos estudos a respeito dos Liceus brasileiros ao investigar o Lyceu da Parahyba do Norte, que é fonte importante para posteriores estudos. E, por fim, Pinheiro (2004), na obra *Instituições escolares e escolarização no Nordeste*, que reúne diversos artigos sobre as principais instituições educativas no Norte e Nordeste, frutos dos programas de pós-graduação destas regiões.

Essas pesquisas demonstram os esforços desses pesquisadores na circulação da produção do campo da História da Educação. Este grupo de pesquisadores atua no campo da História da Educação e na História das Instituições Educativas do Nordeste brasileiro, investigando os mais variados objetos. Nesta direção, entendemos que nosso estudo amplia o campo de pesquisa das instituições escolares em Sergipe e no Brasil.

Desta forma, a obra do historiador Justino de Magalhães, em seu texto clássico *Tecendo Nexos: história das instituições educativas* (2004), é um aporte significativo para uma nova reflexão a respeito da História das Instituições Educativas, em que o autor reuniu, em um único livro, um conjunto de reflexões, significados teóricos e metodológicos. Aponta-nos sobre como investigar uma instituição e compreender o que se passa no interior da escola. Ou seja, é compreender sua importância nas relações estabelecidas, no cenário educativo com ações articuladas pelos seus principais agentes educativos no espaço escolar.

Nesta direção, as leituras nos deram a dimensão da importância em se pesquisar uma instituição educativa e como compreender a sua materialidade. Sobre este aspecto os estudos de Magalhães (2004) a respeito da ação educativa de uma instituição e a sua atuação nos ampliou o olhar na interpretação do que o autor denomina de organismos vivos. Ou seja, a instituição é um campo de conflitos ao ser burocrática, normativa, educativa, autônoma e ideológica.

Deste modo, por intermédio do professor Dr. Cristiano Ferronato e as referências teóricas adquiridas, realizamos algumas indagações a respeito do tema: Por que não encontramos trabalhos referentes ao Colégio Patrocínio de São José, uma vez que por ele passaram diversas jovens? Quem foram os seus agentes educativos? Qual a importância do Colégio no cenário educativo de Aracaju e conseqüentemente no início do século XX? Quais motivos levaram a Igreja Católica a construí-lo, haja vista a existência de outras instituições educativas confessionais católicas femininas no estado? Neste sentido, montaremos o “quebra-cabeça” sobre o passado da instituição conhecendo a sua materialidade.

Para este fim, o presente trabalho se insere na linha de pesquisa Educação e Trabalho docente do PPED da Universidade Tiradentes (Unit), almejando contribuir com os estudos já consolidados ou ainda em processo de investigação neste campo. De acordo com Nascimento:

A nova produção historiográfica que emergiu, principalmente, a partir de 2003 procurou priorizar o uso das fontes, informando os acervos a partir dos quais as pesquisas foram realizadas, divulgando o que foi consultado, estabelecendo relações entre fontes citadas e as instituições que as encerram, acentuando a intencionalidade, os interesses e os compromissos dos produtores dos documentos. Na análise dos testemunhos de oralidade houve a busca da subjetividade dos depoentes, tomando as suas falas como visões, memórias dos períodos estudados [...] a iconografia foi explorada como testemunho histórico (NASCIMENTO, 2003, p. 123).

Analisar a história do Colégio Patrocínio de São José e suas representações no cenário escolar sergipano implica compreender quais foram as relações estabelecidas tanto interna quanto externa, partindo dos ensinamentos de Magalhães (2004). Sendo assim, conhecer os principais elementos que estiveram presentes no cotidiano escolar, representações das práticas de seus agentes educativos através de métodos de ensino, os aspectos administrativos, os equipamentos pedagógicos, a atuação de suas diretoras, a convivência entre professor(a), alunas e religiosas. Analisaremos a relação que o Colégio estabeleceu com a sociedade sergipana.

Deste modo, ao pesquisarmos a história do Colégio Patrocínio de São José, buscamos identificar suas práticas, a relação com outras instituições educativas, a atuação dos seus agentes educativos que durante os 13 anos ininterruptos contribuíram na formação cultural de suas alunas. Tais questões são peças-chave das nossas pesquisas, que têm como objetivo principal expor a relevância do Colégio na sociedade e meio acadêmico brasileiro.

Neste sentido, a ação pedagógica do Colégio coadunava com as principais preocupações da Igreja Católica naquele momento – que era formar novas almas – e do Estado brasileiro – no sentido de “civilizar” seu povo. Nesta direção, salienta Azzi (2008, p. 156) que “os colégios se esforçavam para brilhar. Como eram quase sempre os únicos nas pequenas localidades, os colégios das freiras eram sempre os mais organizados, disciplinados e exigentes, com o melhor ensino”.

A atuação da Igreja Católica nos primeiros decênios do século XX tinha como projeto de educação, no Brasil, formar uma pátria cristã, através das suas instituições educativas, ao preparar novos homens e mulheres para o exercício de posições sociais de seguimento político, intelectual ou formativo, como também a vida religiosa.

A juventude entrava no mundo das letras tendo como base uma arquitetura curricular pautada em disciplinas específicas para meninos e meninas, constituídas de programas direcionados para o patriotismo e, no caso das moças, para os assuntos do lar. Assim nos orienta Horta (1994): “Canto-orfeônico, educação moral, educação cívica, organização da juventude, educação da mulher a educação feminina terá outra finalidade que é o preparo para a vida do lar”. (Horta, 1994, p. 176). As instituições educativas femininas primavam pelos bons refinamentos sociais ao difundir a etiqueta como processo educativo na formação das moças.

Desta forma, acreditamos que o Colégio Patrocínio de São José não esteve fora do processo educativo comum a outras instituições de ensino feminino no país mediante as regras e valores sociais. Esta análise nos é importante quando verificamos no relatório de inspeção escolar do ano de 1947, ao relatar sobre o acervo da biblioteca do Colégio, manuais de civilidade e etiqueta².

Geralmente, os colégios religiosos católicos eram os mais procurados pelas famílias de maior distinção social nas cidades. Partindo da afirmação de Azzi (2008), entendemos que tal distinção se dava em virtude do maior refinamento no seu modo pedagógico de ensinar. Sendo exclusivamente femininos ou masculinos, primavam pela imagem da instituição diante da sociedade local e a sacralidade do saber, contando com patrocínio das autoridades locais, prefeitos, governadores, entre outros. “O pacto continuava, mas com a diferença de que de 1937 a 1945 a posição da Igreja com o Estado não é mais regulada por um diploma constitucional, como era a carta de 1934, mas é uma concessão sujeita ao arbítrio de Getúlio Vargas” (AZZI, 2008, p. 232).

Diante disso, ao contextualizar o tema, foi preciso identificar as principais noções que circulavam fora da instituição e o que a ligava com os projetos educativos do Estado e da ordem religiosa que a administrava. Práticas educativas externas que, organizadas por agentes públicos, norteariam a atuação docente e discente, cujos métodos de ensino, livros didáticos, equipamentos pedagógicos, arquitetura escolar e as bancas avaliativas eram supervisionados pelos inspetores de ensino, consolidando a relação interna e externa da instituição.

² O relatório foi escrito pelo professor diretor da Diretoria de Ensino Secundário em Sergipe, o senhor Oswaldo Sampaio. Nele contém o quadro com os professores e as disciplinas e demais informações importantes para o departamento, como também os manuais de ensino existentes no estabelecimento, que são o *Código de bom tom*, de autoria do Cônego português J.I. Roquette; *A rainhazinha*, de autoria da Condessa de Fedrigotti, constituindo fontes importantes para o estudo da disciplina de trabalhos manuais e economia doméstica. Observar nos Anexos 06 e 09.

1.2 Das questões teóricas e metodológicas

Os pesquisadores em História da Educação buscaram novos objetos de pesquisa em diversos momentos da história, visando compreender as mais diversificadas fontes e objetos de estudos. Havendo uma ruptura do antigo, outrora investigado, as pesquisas em História da Educação a partir do final da década de 1980, encontraram uma nova diversidade de objetos antes ignorados como instituições educativas. Esta possibilidade surge quando o historiador da educação define o seu campo teórico.

Desta forma, a luz que o farol da História Cultural reflete neste estudo nos inspira a encontrar outros ensinamentos a respeito da História das Instituições Educativas, permitindo-nos conhecer novos conceitos e estudos, ao definir aonde queremos ir e chegar. Entusiasmando-nos a buscar novas fontes e referências teóricas vinculados ao nosso tema.

Nos últimos anos, a História Cultural se tornou um dos campos mais vigorosos dentro do âmbito dos trabalhos históricos. Traçar seus limites não é tarefa fácil, porém devemos levar em conta os objetos e práticas cujo estudo embasa essa história ao anunciar a perspectiva de que toda história é cultural, qualquer que seja ela, econômica, política, educacional, incorremos no risco de identificá-la como a própria história, acabando por dissolvê-la. Neste sentido, entendemos que a História Cultural acarreta um desafio e tanto. Vejamos esta questão nas palavras de Chartier:

[...] compreender como as apropriações concretas e as invenções dos leitores (ou dos espectadores) dependem, em seu conjunto, dos efeitos de sentido para os quais apontam as próprias obras, dos usos e significados impostos pelas formas de sua publicação e circulação e das concorrências e expectativas que regem a relação que cada comunidade mantém com a cultura escrita. (CHARTIER, 2009, p. 43).

Neste sentido, temos que as fronteiras da História Cultural se ampliaram, no entanto está ficando cada vez mais difícil estabelecer onde elas se encerram. Pensando nisso, uma solução gerada por esta definição do que é essa História

Cultural está no ato de apreender que “embora a história cultural não tenha essência, ela possui uma história própria”. (BURKE, 2005, p. 10).

A História da Educação tal como estudamos vem tecendo seu campo de estudos junto a outras ciências da área de humanas como a Pedagogia, Psicologia, Sociologia, História, entre outras.

Este trabalho está inserido no Campo da História da Educação e História das Instituições Educativas. Pesquisamos a instituição de forma contextualizada sob aspectos internos e externos, como nos ensina Magalhães (2004) a fim de identificar os pressupostos didáticos e filosóficos da própria Instituição. Levaremos em consideração a sua cultura ao inserirmos esta categoria de análise a respeito das instituições educativas. Na pesquisa contamos com a produção teórica e metodológica de Magalhães (2004), quando o autor investiga e nos esclarece a respeito da História das Instituições Educativas, suas ações e o que se estabeleceu como educação no espaço educativo.

Portanto, ao pesquisar uma instituição educativa, o pesquisador encontrará diversas fontes de diferentes tipos e materialidade, a arquitetura, os mobiliários, os arquivos, a biblioteca, os laboratórios e as salas de aula, o pátio, o refeitório e documentos oficiais. São artefatos que distinguem a instituição educativa de outras instituições educacionais.

Magalhães ressalta ainda que:

conhecer o processo histórico de uma instituição educativa é analisar a genealogia da sua materialidade, organização, funcionamento, quadros imagéticos e projetos, representações e projetos dos sujeitos na relação com a realidade material e sociocultural de contexto” (MAGALHÃES, 2004, p. 58).

Portanto, uma instituição educativa acontece por vários interesses e fatores sociais, algo que a constitui no ambiente onde está inserida, havendo uma relação direta com os agentes educativos e o seu projeto institucional. Desta forma, um colégio não nasce sem um sentido, uma razão, uma ação direta ou indireta que o faz importante em um campo ideológico.

Para Magalhães (2004, p. 54), “a educação é um constructo pessoal, fruto de uma relação institucional e social (grupal), por participação dos sujeitos. No plano pedagógico a relação entre o sujeito e a instituição é de natureza instituinte”. As escolas são agências criadas pelo homem, a fim de atender às necessidades da

sociedade em cada época, em um processo sincrônico. Na formação de novos líderes e na educação linear do seu povo.

Por sua vez, os escritos de Bourdieu (2009), ao citar as estratégias educativas, dizem que consciente e inconscientemente ocorreram investimentos significativos nesse campo sobre aspectos culturais e religiosos, com ações de longo prazo por determinados agentes especializados.

Compreendemos o campo educativo e religioso como um microcosmo de lutas e ações entre os sujeitos quando desejam definir seus espaços sociais. Devendo aos agentes formar suas estruturas que constituem ações. Assim, as práticas entre sociedade e indivíduos são ao mesmo tempo táticas, orquestradas ou não, que visam validar as atividades de cada campo.

Para esta engenharia podemos compreender como mecanismos complexos, ou não, que se constituem no centro desse campo surgindo como modelos de inculcação de novas ideias e práticas.

É o que ocorre no interior das instituições, com base em Bourdieu (2009, p. 45), que afirma sobre “o campo das instituições escolares que asseguram a reprodução do campo do poder”, ao associarem-se aos campos políticos e econômicos as instituições interagem e ao dialogar com esses novos agentes validam suas práticas educativas.

Assim, neste estudo sobre uma instituição educativa apontaremos as principais ações instituídas pelo Colégio Patrocínio de São José, tendo como base a ação pedagógica dos seus agentes envolvidos na consolidação dos seus projetos educativos e dogmáticos.

Os espaços educativos passavam a exercer uma ação educativa dentro e fora dos seus limites. Ao dialogar com os espaços urbanos onde está inserida a instituição, buscavam-se ambientes em cidades e locais onde os edifícios educativos estivessem fora do alcance das adversidades à ordem e conduta moral. A preocupação com a higiene e o ambiente eram representações das ideologias educativas da época no país e nos estados.

Para Chartier (1990) as representações são discursos e ações não neutras por terem finalidades determinadas no mundo social com definidos alcances políticos, escolares, culturais e econômicos, de modo a produzirem ações e leituras específicas para determinados sujeitos. Ao receberem estas mensagens os agentes

não se posicionam de forma passiva, mas reproduzem novas interpretações e representações do que foi compreendido através das mensagens.

A partir desta definição entendemos que as representações nos permitem perceber a escola como transmissora de saberes organizados, pautados em uma estrutura social dominante e ideológica. Não dependendo apenas dos alunos(as), mas é importante levar em consideração a origem deles.

De acordo com Julia (2001), a escola deixa de ser apenas um local de aprendizagem e de saberes para tornar-se também um lugar de incorporações dos comportamentos ensinados. Esses comportamentos são transmitidos pelos seus professores e demais agentes envolvidos por diversas metodologias, a exemplo das disciplinas curriculares, recursos pedagógicos, a arquitetura do prédio, as festividades, normas e disciplinas responsáveis pela preservação da moral e da ordem.

Conhecer a História, mas a história enquanto memória de quem viveu e suas relações com o local onde os sujeitos produziram suas histórias, é uma das discussões sobre a relação entre História e memória, configurando-se uma das principais discussões teóricas. No presente, o maior número de pesquisadores no Brasil, concorda que a memória não pode ser vista simplesmente como um processo reduzido de lembranças do passado.

Busca-se a construção de conhecimentos sobre o passado e o presente. Segundo Le Goff (1994, p. 466), “a Memória coletiva sofreu grandes transformações com a constituição das ciências sociais e desempenha um papel importante na interdisciplinaridade que tende a instalar-se entre elas”.

Ao partirmos para outros campos de memória a respeito da cidade de Aracaju e de outras instituições educativas, e respectivamente do Colégio, nós interdisciplinarmente buscamos novas fontes, nos indícios, outras leituras. Desta forma, a pesquisa de Lima (2002) sobre o cinquentenário do Colégio Estadual Murilo Braga (1949 – 1999), um feito sobre as memórias de ex-aluno(as), funcionários(as) e a população de Itabaiana/SE, contribui significativamente para o cruzamentos de informações ao analisar nossas fontes.

Sobre o espaço urbano de Aracaju no período de 1940 a 1950 e o seus cenários, sujeitos e instituição, contamos com o livro de Melins (2007). Ao analisarmos o livro, intitulado *Aracaju romântica que vi e vivi*, a obra apresenta registros importantes da cidade de Aracaju, por reunir memória de moradores,

imagens e documentos dessa Aracaju romântica. Com detalhes importantes da cidade quando analisarmos em qual universo foi construído o Colégio Patrocínio de São José.

No que se refere às fontes para aprofundarmos a nossa investigação sobre o Colégio Patrocínio de São José, contamos com a colaboração da atual diretora da instituição, a Irmã Eunice dos Santos, Diretora Geral do Colégio. Esse apoio possibilitou a nossa chegada ao arquivo da instituição, situado no próprio prédio, onde existe um espaço destinado ao acervo, ligado à sua secretaria.

Deste modo, ao vasculhar a documentação do Colégio, ficou claro que seria possível recuperar alguns documentos que diziam parte da história a respeito do funcionamento dessa instituição. A documentação encontra-se de forma espalhada por todo arquivo, não havendo nenhum tipo de índice, catálogos ou tabelas informativas. Assim partimos para a empreitada na tentativa de catalogar e recuperar o que era possível, a fim de preservar a memória da instituição.

Para tanto, o trabalho que o pesquisador tem em buscar as fontes na tentativa de montar a história dessas instituições confessionais não é fácil, em virtude do sigilo das ordens religiosas a respeito dos seus documentos. Estes locais podem constituir-se como cenários importantes para a pesquisa em História da Educação.

As instituições educativas surgem como espaços portadores de fontes de informações fundamentais para a formulação de pesquisas, interpretações e análises sobre elas próprias, as quais permitem a compreensão do processo de ensino, da cultura escolar e, conseqüentemente, da História da Educação da região onde foram fundadas e dos sujeitos que passaram por elas.

Desta forma, recorreremos aos vários indícios que nos levaram à história da instituição. Esta busca deu-se através das diversas pastas guardadas em seu arquivo, onde encontramos parte da documentação que versa a respeito do nosso marco temporal, em estado precário de conservação e vítima da ação do clima daquele local.

Para interpretações e análises reunimos o que ainda restava na instituição e decidimos conhecer sua história, a qual permite a compreensão do processo de ensino, da cultura escolar, lendo e investigando sua materialidade. Essa busca nos possibilitou identificar as primeiras diretoras e professoras, as primeiras alunas, as disciplinas de cada modalidade de ensino, seus estatutos e demais livros de registros, bem como documentos oficiais da Instituição.

A leitura das fontes foi feita levando em consideração os escritos de Le Goff sobre a importância do texto histórico, como lemos a seguir.

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 1994, p. 535-536).

Desta forma, entendemos que os documentos revelam o passado de uma instituição, e neste caso nos apresenta a história do Colégio Patrocínio de São José. Sem a presença deles não se conseguiríamos realizar a pesquisa, pois, como afirma Ferronato:

[...] o processo de construção de uma pesquisa só é possível quando o pesquisador dispõe de um *corpus documental* que possa buscar as informações que lhe ofereçam resposta para as problemáticas levantadas (FERRONATO, 2014, p. 60).

Assim, temos que a utilização das fontes é fundamental para conhecer os aspectos político, social e intelectual de uma determinada época vivida pela própria instituição.

Dos documentos escritos encontrados no arquivo da instituição fizemos uso de vários tipos de fontes de diferentes períodos do Colégio, como, por exemplo, regimentos, manuais de ensino, atas, diários, ofícios, livros de ponto de professores, relatórios de inspetores de ensino, mensagens pastorais e o material iconográfico. Segundo Orso (2013, p. 83) “as fontes histórico-educativas geralmente são encontradas em arquivos, bibliotecas, livros de matrícula museus, instituições educativas, jornais etc.”. Assim é o objeto de pesquisa que, em última instância, melhor define o tipo de fontes que se deve utilizar.

O livro de matrícula apresenta dados sobre o perfil das alunas atendidas pelo Colégio, ao longo dos anos, quanto à nacionalidade, naturalidade, filiação, idade, profissão do pai ou responsável e endereço residencial. São dados preciosos quando desejamos saber a classe social a que pertenciam essas alunas. Quando aprofundamos esta análise, identificamos que as alunas do internato eram de origem do interior do estado, os responsáveis pela documentação e matrículas eram seus pais ou, na falta desses, um tutor responsável.

Os livros de registro e documentos referentes ao corpo docente indicam os nomes dos(as) professores(as) e o processo de contratação do quadro docente, o número de seus registros, a formação e o local de residência, especificando as disciplinas ministradas.³ Os documentos analisados expõem um quadro importante para concluirmos que até o ano de 1947 o Colégio não admitia professores externos leigos à vida religiosa.

Os relatórios dos inspetores de ensino contêm dados relevantes sobre a avaliação da organização administrativa e didático-pedagógica do Colégio, além de informações sobre as instalações físicas, contratação de professores(as), execução dos programas, uso de materiais didáticos, disciplina escolar, descrição detalhada das visitas e exames finais. Em determinados anos, em cumprimento às exigências da Diretoria Geral do Ensino, os relatórios trazem inventários da escola, referindo-se ao mobiliário, material didático e livros escolares.

Desta forma, esses relatórios são peças importantes quando analisamos as relações estabelecidas entre o Colégio e o Departamento de Educação do Estado de Sergipe na época. Portanto, é preciso lembrar as colocações de Magalhães:

A história de uma instituição educação inicia-se pela reinterpretação das histórias anteriores, das memórias e do arquivo, como fundamento de uma identidade histórica. Desse modo se completa um percurso historiográfico em que o historiador conceitualiza uma tese (uma ideia própria) com a qual traduz e representa, de forma dinâmica, sintética e integrada, a instituição. Descreve-a, identifica-a, conhece-a, em suma, compreende-a. (MAGALHÃES, 2004, p.147).

Para estudar uma instituição é importante identificar sua materialidade pela transmissão dos saberes e valores da instituição escolar. Logo, é preciso realizar as leituras, desmontar o documento e analisar para quem e para que se destinavam os impressos oficiais da instituição. O pesquisador tem uma tarefa cautelosa ao desvendar as intenções que indicam os documentos, ao problematizá-los com o objetivo de construção histórica estabelecendo um diálogo com um tempo que passou. Como discorre Le Goff,

O documento é uma coisa que fica, que dura e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado

³ Observar documentos em anexo (VI, XI, XII e XIII).

aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si própria. (LE GOFF, p. 538).

A lupa dos historiadores da História da Educação é clareada por diversos autores da área. Um deles é Le Goff, quando afirma que “a leitura dos documentos não serviria, pois, para nada se fosse feita com ideias preconcebidas” (1994, p. 537). Não nos cabe julgar o passado, mas compreender como o Colégio Patrocínio de São José se configurou em Aracaju e em Sergipe como uma das mais importantes instituições escolares na formação da mocidade.

Feitas estas considerações acerca do objeto da nossa pesquisa, partimos agora para apresentar a forma como o trabalho foi organizado.

A dissertação está dividida em Introdução e mais quatro seções, finalizando com as Considerações finais. Procuramos desvendar a história do Colégio Patrocínio de São José, partindo da Introdução, ao discorrer sobre o que nos motivou a estudar esta instituição, apresentando nossas fontes, método e a metodologia que utilizamos na pesquisa.

Na segunda seção, apresentamos a Congregação responsável pela criação do Colégio, sua fundação em Portugal, a chegada ao Brasil, a fundação dos primeiros colégios nas regiões norte e nordeste. Estes aspectos são partes da história do Colégio, que nos serviram de ponto de partida quando buscamos compreender a chegada de mais uma instituição educativa em Aracaju. Por se tratar de uma instituição confessional, a atuação da Igreja e os seus agentes é compreendida por nós como representações da educação cristã.

Na terceira seção analisaremos as modalidades de ensino, as diversas formas de educar com internato, externato, e semi-internato; identificando as principais regras e condutas pedagógicas estabelecidas no Colégio. Trata-se de conhecimentos adquiridos sob as luzes dos documentos da instituição que irradiam a nossa pesquisa, os aspectos das disciplinas de cada curso, as festas escolares, de formatura, os desfiles cívicos e as festas religiosas.

Portanto, ações educativas importantes, visando ao desenvolvimento das alunas e à visibilidade da instituição junto à sociedade, evidenciam para a pesquisa a materialidade do Colégio.

A quarta e última seção contará com a apresentação dos principais agentes educativos, religiosas, padres, professores(as) e alunas, identificando suas disciplinas, planos de aula e formação. Esses agentes atuaram na instituição de forma a contribuir com a sua consolidação e prestígio social.

O fechamento se dá com as considerações finais, em que concluímos apresentando a importância em se estudar o Colégio Patrocínio de São José, dirigido por religiosas na cidade de Aracaju, o qual se destacou diante de outros estabelecimentos de ensino pela retidão dos princípios educativos na formação de moças. A sua relevância no cenário social e educativo na cidade é distinção até os dias atuais. Por se tratar de uma instituição confessional católica privada, sua construção foi importante nos planos eclesiais ao estabelecer relações entre Igreja, Colégio e sociedade.

Desta maneira, investigamos a história do Colégio, que foi a princípio idealizado pelo Governo Eclesiástico de Dom José Thomas Gomes da Silva, incentivado por algumas famílias abastadas e construído pela Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição, que já tinham desde Portugal um bom desempenho na administração de outras instituições educativas. Esse *habitus* foi transmitido por seus agentes ao difundir suas ações em práticas e discursos educativos.

2 “A INSTRUÇÃO QUE A TODOS CONDUZ” – A CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS HOSPITALEIRAS DA IMACULADA CONCEIÇÃO E A FUNDAÇÃO DO COLÉGIO PATROCÍNIO DE SÃO JOSÉ NA CIDADE DE ARACAJU/SE

Como informamos ao fim da seção anterior, temos como objetivo investigar a criação, implantação e consolidação do Colégio Patrocínio de São José e a sua importância no campo das instituições escolares na sociedade aracajuana entre as décadas de 1940 e 1953 do século XX. Aqui apontaremos as principais características da instituição, construída, a princípio, em um local remoto da cidade.

O Colégio Patrocínio de São José é caracterizado como instituição educativa confessional e se especializou em instruir apenas jovens e moças, seguindo os preceitos religiosos e legais difundidos na época. Neste sentido, abordaremos pontos importantes da sua história, a fim de melhor conhecer a trajetória desta casa do saber.

Nesta perspectiva, a História das Instituições Educativas têm adquirido uma importância crescente nas pesquisas em História da Educação, importância essa que vem sendo alcançada nos últimos anos, sob as contribuições teóricas da História Cultural, conceituada por Roger Chartier, para o qual “o objeto da história cultural é identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 16).

De posse das fontes quando as mesmas nos revelaram a história da mantenedora do Colégio Patrocínio de São José, a Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição (CONFHIC), por acreditar que toda história se entrelaça com outras histórias, cabendo ao historiador trazer à luz da pesquisa estas evidências. Dentre essas, a sua importância como instituição educativa na cidade de Lisboa, Portugal, mais precisamente em 3 de maio de 1871, quando foi fundada a Congregação, tendo à frente a Madre Maria Clara do Menino Jesus⁴ e o Padre Raimundo dos Anjos Beirão⁵, que trataram de abrir uma casa e

⁴ São poucas as fontes que discorrem a respeito da vida da Irmã Clara, um dos documentos encontrados é a página na internet da Congregação. Seu nascimento foi em 15 de junho de 1843, em Amadora, Lisboa, foi batizada com o nome de Libânia do Carmo Galvão Mexia de Moura Telles de Albuquerque. Sua infância foi marcante por perder seus pais após as epidemias de 1856/57, foi recolhida e educada no Asilo Real da Ajuda. Na juventude consagrou-se na Ordem Terceira de São Francisco, com a orientação espiritual do Padre Raimundo dos Anjos Beirão. Tornou-se Capuchinha em 1869, quando recebeu o nome de Irmã Maria Clara do Menino Jesus. Fundou a primeira

convidar as primeiras moças para a vida religiosa. A imagem a seguir é da fundadora da Congregação, Irmã Clara do Menino Jesus, quando ordenada Madre Superior da congregação, assumindo a responsabilidade de Superiora Geral em cerimônia familiar realizada a 3 de maio de 1876, na cidade de Lisboa, em Portugal.

Figura 1 – Irmã Clara do Menino Jesus



Fonte: Congregação das Irmãs Franciscana Hospitaleiras da Imaculada Conceição.

A Congregação recebeu, aos poucos, moças e jovens, aumentando ao longo do tempo o número de integrantes na comunidade, conseqüentemente abrindo novas casas, expandindo as atividades da Ordem prioritariamente cuidando dos leprosários, asilos e hospitais, e no campo da educação oferecendo o ensino para moças e catequizando jovens.

comunidade, em Lisboa Portugal, em 1871, e após cinco anos, em 1876, a Congregação era aprovada pela Santa Sé. Faleceu em 1 de dezembro de 1899. Disponível em: <http://www.confhic.org.br/a_provincia/fundadores.php>. Acesso em: 2 fev. 2015.

⁵ Não encontramos nenhuma informação sobre o religioso antes dos seus 16 anos de idade, assim a respeito da sua vida religiosa. Ingressou na Terceira Ordem Regular de São Francisco de Assis, na qual recebeu o nome de Frei Raimundo dos Anjos. Foi ordenado Sacerdote em 1833. Foi reconhecido um grande evangelizador da Igreja Católica em Portugal. Conforme o Decreto de 6 de maio de 1855, foi titulado *Missionário Apostólico ad suumbeneplacitum* pela Congregação Romana da Propaganda Fide. Disponível em: <http://www.confhic.org.br/a_provincia/fundadores.php>. Acesso em: 2 fev. 2015.

A Ordem atuava também na assistência social às populações mais carentes da cidade de Lisboa, características do seu Carisma⁶ e do compromisso das religiosas em Portugal. A Congregação tinha, no último terço do século XIX, 45 hospitais, 26 colégios, 15 asilos de inválidos, 14 asilos de infância e seis cozinhas econômicas.⁷ Estas instituições localizavam-se na região de Douro e Minho.

O carisma da Congregação seguia os passos de São Francisco de Assis⁸ no auxílio aos enfermos, na evangelização e na promoção das pessoas em situação de riscos sociais. “Segundo a expressão popular, a freira era a irmã de caridade” (AZZI, 2008, p. 26). A presença das religiosas foi sentida em Portugal, em locais de mais necessidade, configurando a sua vocação em atender aos mais humildes.

Porém, o trabalho missionário das religiosas foi interrompido naquele país no ano de 1910. Após a proclamação e instauração da República⁹, o novo regime proibiu a abertura e funcionamento das instituições confessionais católicas, fechando colégios, conventos, centros pastorais e santas casas de saúde, afetando diretamente a população mais carente das cidades portuguesas ao limitar a atuação da Igreja Católica.

Não sobravam mais alternativas em Portugal para as religiosas atuarem em seus trabalhos em virtude das políticas republicanas liberais.¹⁰ Naquele momento a Igreja Católica encontrava-se em dificuldades diplomáticas com o novo governo, ficaria arriscado permanecer em virtude da forte repressão política.

Em 1911, ocorreu um bombardeio no Convento das Trinas, sede da congregação em Lisboa. Este ocorrido fez com que todos os pertences da Ordem fossem saqueados. As Irmãs tiveram que ser levadas para um local adequado e protegido, longe dos arredores da cidade. Naquele momento, a Ordem fundada em

⁶ O carisma da Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras Portuguesas é a hospitalidade que se manifesta nas ações sociais das diversas casas distribuídas pelo mundo. Disponível em: <<http://www.confhic.org.br>>. Acesso em: 3 fev. 2015.

⁷ Relatoria da Congregação. Disponível em: <http://www.confhic.org.br/destaque/filantropia_e_acao_social.php>. Acesso em: 09 fev. 2016.

⁸ Segundo a biografia de São Francisco de Assis, ele foi filho de Pedro e Dona Pica Bernardone. Francisco nasceu por volta de 1181, na cidade de Assis, Itália, e faleceu em 1226. Seu pai era comerciante. Segundo a maioria dos biógrafos de São Francisco, os padres de São Jorge lhe deram formação adequada e educação cristã. Disponível em: <http://www.franciscanos.org.br/?page_id=1089>. Acesso em: 3 fev. 2015.

⁹ A República Portuguesa foi proclamada em Lisboa a 5 de outubro de 1910. Nesse dia foi organizado um governo provisório, de 1910 a 1911, que tomou o controle da administração do país, chefiado por Teófilo Braga, 1843 – 1924, um dos teorizadores do movimento republicano nacional. “Iniciava-se um processo que culminou na implantação de um regime republicano, que definitivamente afastou a monarquia e a atuação da igreja católica” (AZZI, 2008, p. 77).

¹⁰ Um dos aspectos centrais do Liberalismo é a liberdade dos cidadãos, com igualdade de direitos.

1871, e reconhecida por Roma em 1876, tinha 508 irmãs, das quais 464 professoras, 28 noviças e 16 recém-admitidas ao hábito.

Não foram apenas as Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição que atravessaram momentos difíceis em Portugal, mas as Carmelitas, os Salesianos, as Irmãs de Caridade, as Irmãs Doroteias, os padres Jesuítas e a Congregação do Bom Pastor, entre outras ordens religiosas.

As instituições católicas tinham à frente a representação das mulheres, que durante os trabalhos de cunho social atuavam de forma expressiva na missão da Igreja em evangelizar. É o que discorre Azzi, quando afirma que a “[...] ideia mais difundida nos arraiais católicos, a respeito da vida religiosa feminina, era a dedicação das irmãs à educação e aos serviços aos pobres e enfermos segundo a expressão popular, a freira era a Irmã de caridade” (AZZI, 2008, p. 26).

Para as muitas Congregações existentes na época a alternativa era sair de Portugal e se dirigir a outros países em busca de locais mais tolerantes aos aspectos religiosos. Desta forma, buscavam reconstruir suas instituições em locais ou cidades com pouca ou nenhuma ação pastoral católica.

O documento que melhor define as práticas culturais de uma instituição é o próprio estatuto da Ordem. Esse documento de cunho oficial representa a legitimidade das principais ações e dos conteúdos que são apropriados pelos seus agentes educativos nas práticas pedagógicas da instituição. Todavia, o regimento é caracterizado também pela sua importância burocrática coadunando com a legislação educativa.

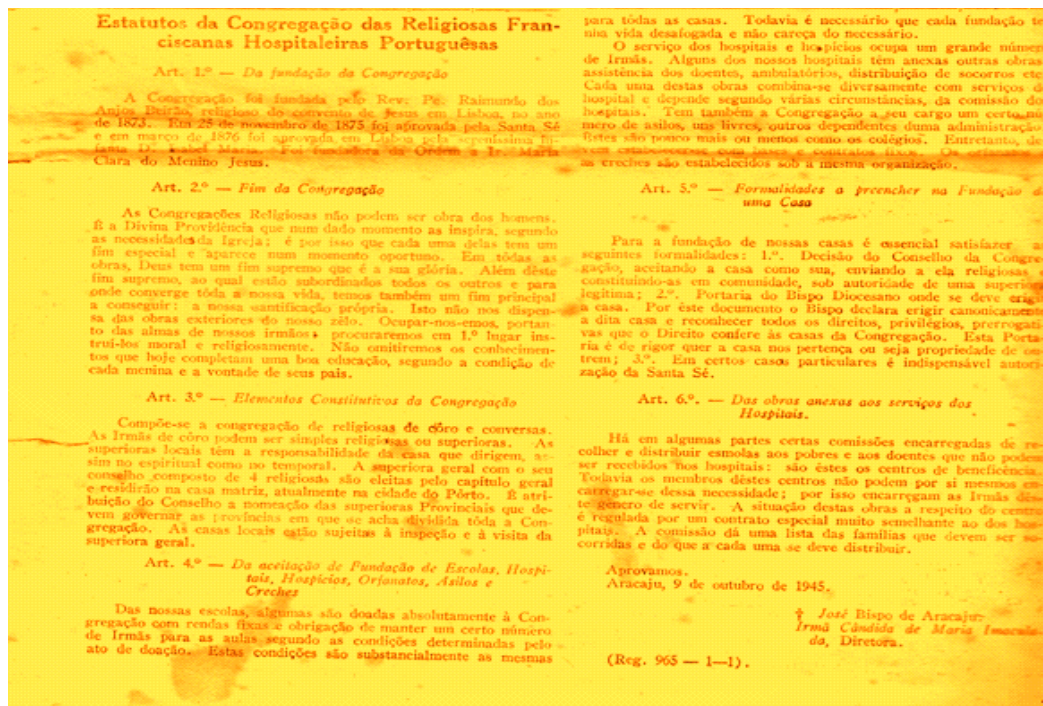
O Estatuto ilustra como deveriam ser desenvolvidos os trabalhos nas instituições e a função de cada religiosa simbolicamente, dividida em carismas ao caracterizar a hospitalidade da Congregação. Ao consultarmos Magalhães (2004), o autor nos explica a respeito da memória das instituições educativas.

A renovação da historiografia das instituições educativas desafia a uma criteriosa política de conservação arquivística, museológica e bibliográfica. Uma história problematizante, integrando as dimensões normativas e teóricas e as práticas educativas, focalizada na relação entre cada instituição educativa e o seu meio envolvente, só é possível com o alargamento da informação. (MAGALHÃES, 2014).

O modelo educativo da Congregação é exposto no artigo segundo do Estatuto da Ordem, quando define o dever das religiosas em instruir, doutrinar e ensinar

civicamente suas alunas, cabendo a elas formarem as estudantes nos moldes da fé cristã, como podemos ver na imagem abaixo.

Figura 2 – Diário Oficial do Estado de Sergipe 18/10/1945



Fonte: Acervo do Arquivo do Colégio Patrocínio de São José.

Ao analisarmos o Estatuto da Congregação, quando nos informa que as Instituições mantidas pelas religiosas, devem seguir o espírito doutrinário cristã e os principais conceitos institucionais orientadas sempre pelos seus superiores. Neste sentido, para analisarmos este documento, ancoramo-nos em Bourdieu, quando afirma que.

o campo social como um espaço multidimensional de posição tal que qualquer posição atual pode ser definida em função de um sistema multidimensional [...] correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes: os agentes distribuem-se assim nele. (BOURDIEU, 2009, p. 135).

Os espaços educativos são multidimensionais ao alinhar suas mensagens, ou seja, trazer ao seu encontro ações e representações de outros campos. As posições que ocupam os agentes em cada campo criam relações mobilizadas por eles auxiliando nas aptidões culturais da própria sociedade.

A representação do trabalho das religiosas tem espaço no campo social da Igreja de Roma em doutrinarem, catequizar e evangelizar as alunas, dando-as um

caráter missionário “colonizador” de novos territórios em nome da fé e da caridade. Para Bourdieu, “do corpo religioso em termos de um campo de forças onde se enfrentam o corpo de agentes altamente especializados (os sacerdotes), os leigos (os grupos sociais cujas demandas por bens de salvação os agentes religiosos procuram atender)” (BOURDIEU, 2009, p. XXV), os três agentes envolvidos nesse campo buscam ocupar espaços sociais, desta maneira contribuem para preservação dos dogmas, com estratégias orientadas por seus sujeitos, quando se deseja a preservação dos seus principais dogmas.

No que concerne à Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição, essa se dividiu em pequenos grupos e as irmãs realizaram uma viagem partindo da cidade do Porto, em Portugal, acomodadas em barris de azeitonas, chegando à Índia, à África e ao Brasil.

Para analisarmos o período seguinte recorreremos a Azzi, quando nos esclarece a respeito da chegada de diversas ordens religiosas ao Brasil.

Uma das chaves para a compreensão da história da Igreja Católica no Brasil, durante o início do século XX, é o conceito de sacralização da sociedade. De fato, a ideia de ressacralização a sociedade brasileira está subjacente ao projeto pastoral da hierarquia, conhecido sob o nome de restauração católica. Segundo os prelados, com a organização do Estado leigo, a partir da decretação do regime republicano, a instituição eclesiástica fora marginalizada da vida pública e social (AZZI, 2008, p. 11).

Ao realizar o debate a respeito da presença da Igreja Católica brasileira no período de 1930 a 1964, o autor nos apresenta as dificuldades pastorais enfrentadas pelo clero brasileiro em virtude do movimento protestante e da maçonaria, da instauração do estado laico, da perda de alguns fiéis, da proibição do ensino religioso nas escolas públicas¹¹ e das poucas dioceses no início do século XX.

Nas duas primeiras décadas do século XX, as províncias eclesiásticas brasileiras realizaram várias conferências episcopais,

¹¹ O Estado laico é o que não pertence ou não está sujeito a uma religião ou não é influenciado por ela. O termo laico “laico” tem sua origem etimológica no grego *laikós* que significa “do povo”. Está relacionado com a vida secular (mundana) e com atitudes profanas que não se conjugam com a vida religiosa. Um comportamento secular é o oposto de um comportamento eclesiástico, direcionado para atividade da Igreja. A qualidade de ser laico pressupõe a não interferência da igreja em assuntos políticos e culturais. Quando se fala em Estado laico, existe a ideia de neutralidade sobre questões religiosas. Deve haver liberdade para os cidadãos manifestarem a sua fé religiosa, qualquer que ela seja sem haver controle ou imposição de uma religião específica. (SAVIANI, 2006 p. 65).

cujos resultados eram um documento conhecido por “pastoral coletiva”. A Pastoral coletiva da Província Eclesiástica Meridionais de 1915 é um documento que normatiza em detalhes as práticas católicas e foi aceito pelas outras províncias eclesiais brasileiras tornando-se a referência doutrinária e pastoral do discurso romanizado do episcopado brasileiro até o Concílio Vaticano II (DALLABRIDA, 2005, p. 73).

O território brasileiro foi dividido pela Santa Sé em duas regiões provinciais, visando a uma melhor ação em locais pouco doutrinados ao expandir seu projeto de catequese, deste modo alcançaria novas comunidades fundando igrejas, paróquias e dioceses. Um exemplo disso eram as santas missões que reuniam, em seu corpo, leigos, religiosas e sacerdotes, em uma pedagogia conhecida como “levar a qualquer lugar as palavras de Deus”.

A Igreja Católica no Brasil ampliaria sua atuação em comunidades urbanas e principalmente na zona rural evangelizando novos fiéis. As instituições educacionais ou as Santas Casas de Saúde representavam uma parte deste processo de ampliação pastoral. A população do país tinha o catolicismo como a principal religião e as colaborações das diversas associações católicas auxiliaram a Igreja na expansão do seu campo religioso. Ainda segundo Azzi:

A Associação da Senhora Brasileira, fundada em 1923, a Liga Católica das Senhoras, e a Associação das Mães Cristãs. É suporte expressivo para atuação católica na área social dada por mulheres da burguesia urbana. A finalidade da liga era desenvolver a “Ação Social Católica” desdobrando-se em várias atividades de natureza educacional e assistencial. (AZZI, 2008, p. 30).

O Brasil foi um dos primeiros países da América do Sul a receber um grupo de religiosas da Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição, no ano de 1911. A Ordem primeiramente se estabeleceu na cidade de Santarém, estado do Pará, região Norte do país.

A chegada das religiosas ao país se deu por meio de um convite feito por Dom Amando Bahlmann¹² (1862 – 1939) da Ordem Franciscana Maior de Santarém,

¹² De nacionalidade alemã, nasceu em 8 de maio de 1862 e faleceu em 1939. Entrou na Ordem dos Frades Menores em 1879. Iniciou os seus trabalhos no Brasil em 1891, na cidade de Desterro, atual Florianópolis, e outras cidades do Sul. Em 1907, foi nomeado por São Pio X, prelado de Santarém, Pará; funda em 1910 a Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus. Primeiro Bispo a convidar as Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição para sua diocese em 1911. Congregação era aprovada pela Santa Sé. Faleceu em 1 de dezembro de 1899. Disponível em: <http://www.confhic.org.br/a_provincia/fundadores.php>. Acesso em: 2 fev.

que buscava apoio para as atividades no campo educacional. Nesse mesmo ano, chegaram as dez primeiras religiosas da congregação: Irmãs Maria da Circuncisão (Delegada), irmã Delfina da Conceição (Superiora), irmã Maria de São Carlos, irmã Rosa Maria de São Francisco (Superiora), irmã Maria Estela, irmã Maria Amada de Jesus, irmã Maria Constantina de São José, irmã Maria de Santa Justa, irmã Rosália do Espírito Santo e irmã Maria Alcina da Conceição. Todas foram acolhidas na Casa Convento das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição, onde ficaram por dois anos. Na imagem abaixo podemos visualizar a sede da Casa-Convento das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição, na cidade de Santarém, no estado do Pará, local onde as pioneiras da Ordem aqui pesquisada passaram algum tempo após a sua chegada ao Brasil.

Figura 3 – Primeira casa que abrigou as religiosas em Santarém/PA



SANTARÉM - PA 1911
CASA-CONVENTO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS
DA IMAC. CONCEIÇÃO, ONDE AS NOSSAS
PIONEIRAS PASSARAM DOIS LONGOS MESES

Fonte: <http://www.confhic.org.br/a_provincia/nossa_historia.php>. Acesso em: 14 maio 2015.

As religiosas foram distribuídas nas diversas cidades daquele estado de acordo com as necessidades da Igreja local, incentivadas em construir novos colégios.

As irmãs fundaram no estado do Pará os colégios: São Francisco, em Monte Alegre (1911); Santo Antônio (1911), em Alenquer; e Colégio Pio X (1911), na cidade de Itacoatiara. Com o apoio da sociedade local, esses colégios buscavam

atender às necessidades tanto educativas quanto pastorais, ao educar apenas meninas inicialmente com o ensino primário. Esses colégios são as primeiras células da Congregação no Brasil¹³, ou seja, de acordo com o que nos define Magalhães (2004): “A instituição é contexto, representação, materialidades e é apropriação”. Por vincularem-se a um projeto político local ou regional, os colégios são o paiol da sociedade.

Abaixo identificamos uma foto do Colégio Santo Antônio, em Alenquer, que se dedicou a educar a princípio apenas as moças daquela região.

Figura 4 – Colégio Santo Antônio, Alenquer/PA



Fonte: Disponível em: <<http://www.ferias.tur.br/fotos/4529/alenquer-pa.html>>. Acesso em: 14 maio 2015.

Esses primeiros colégios tiveram um forte significado na história da educação da região Norte, ao contribuir com o desenvolvimento cultural dessas cidades instruindo jovens e moças. São também os primeiros a serem criados pela Ordem no Brasil e dirigidos por religiosas de origem europeia. Segundo Magalhães (2004, p. 147), “a história de uma instituição educativa inicia-se pela reinterpretação das histórias anteriores”.

¹³ Esta cruzada educativa ocorreu na gestão da primeira Delegada Geral da CONFHIC no Brasil, Ir. Maria da Circuncisão (Ir. Rosa Ribeiro Gonçalves), cujo governo iniciou em 1911 e terminou em 1923. Foi realizada a pedido de Dom Frederico Benício da Costa, Bispo de Manaus (AM).

Fundados os colégios, coube à Congregação a tarefa de dar início à instrução de jovens, acolhendo-as nas recém-criadas instituições educativas, orientadas pelas recomendações sacerdotais do clero brasileiro. O ensino oferecido pelos colégios da Ordem dava ênfase ao ensino religioso, espelhando-se na sacralidade dos santos e na vida de Jesus. Neste sentido, afirma Azzi (2008, p. 13), “existe outro aspecto fundamental que se deve levar em conta no estudo desta etapa histórica. Para realizar o seu projeto, os bispos contam com a direta colaboração das Ordens religiosas europeias e a orientação da cúria Romana”.

Contudo, uma das possibilidades lançadas pela Igreja Católica brasileira era a expansão das instituições educativas pelo intermédio das congregações religiosas que se estabeleceram desde o século XVI, atuando em todo o país. Paulatinamente, religiosas e padres difundiram em diversas cidades preceitos educativos e religiosos, ao educar meninos e meninas. Neste sentido, afirma Bourdieu:

O trabalho religioso realizado pelos produtores e porta-vozes especializados, investidos do poder, institucional ou não, de responder por meio de um tipo determinado de prática ou discurso a uma categoria particular de necessidade própria a certos grupos sociais (BOURDIEU, 2009, p. 33).

Assim sendo, as instituições confessionais educativas católicas, por sua vez, reproduziam dentro de seus muros a mesma concepção de outras ordens com práticas educativas cotidianas de cunho moral e cívico. “Diversas instituições religiosas deram uma colaboração importante para o governo, estabelecendo em seus colégios a instrução militar” (AZZI, 2008, p. 298).

Em fina sintonia com o discurso católico da época em salvar as almas do pecado original, valiam-se as religiosas do Colégio para educar as moças de forma reta na imagem de Maria, a Mãe de Jesus, inspirando-as futuramente a exercer o papel de mãe e boas donas de casa.

Ainda em território brasileiro, as Irmãs se dividiram mais uma vez partindo da região Norte para a região Nordeste, em um pequeno grupo de religiosas¹⁴. Nesta região, a Ordem esteve presente com seus colégios nos estados do Rio Grande do Norte: Colégio Sagrado Coração de Maria (1912), em Mossoró; em Alagoas: o

¹⁴ O primeiro grupo de Irmãs foi formado pelas seguintes religiosas: Ir. Leocádia do Menino Jesus (Superiora), Irmã Rosária de São Francisco, Irmã Maria do Divino Coração, Irmã Helena da Cruz, Ir. Maria Ruth da Conceição, Ir. Maria da Visitação. No primeiro ano de funcionamento o Colégio registrou uma matrícula de 57 alunas.

Colégio Imaculada Conceição, na cidade de Penedo, (1913); no estado da Bahia: o Colégio São José de Ação Fraternal de Itabuna, na cidade de Itabuna (1947), o Instituto Educacional Nossa Senhora de Fátima na cidade de Campo Formoso (1958), e em Salvador o Colégio São José (1926) e o Hospital Sagrada Família (1943).

Em Sergipe destacam-se três instituições educativas confessionais católicas: o Colégio Nossa Senhora das Graças, fundado na cidade de Propriá (1915); na cidade de Estância, o Colégio Sagrado Coração de Jesus (1937); e em Aracaju, o Colégio Patrocínio de São José (1940). Todas essas instituições iniciaram suas atividades com instrução feminina.

As instituições fundadas nestes estados pela Ordem atuavam em sua maioria oferecendo o ensino primário e a escola normal, na forma de internato, semi-internato e externato. Esses colégios estavam todos vinculados às dioceses de cada cidade.

A chegada da Ordem às localidades acontecia como uma forma de atender aos pedidos feitos pelas Dioceses locais, os sacerdotes eram encorajados pela Encíclica *Divini Magistri*, promulgada pelo Papa Pio XI, em 1929. A bula Papal se dirigia a um mundo que devia ser unicamente cristão, o documento orientava o clero que fora do pensamento católico não poderia haver exceções ou minorias. No documento observamos quatro pontos referentes à educação, os agentes educativos, objeto, o instrumento e a finalidade, que de certa forma dava uma oficialidade no seio do campo católico a sua atuação. É o que observamos a seguir em um dos trechos do documento.

Acção Católica em favor da Escola
 CARTA ENCÍCLICA
DIVINI ILLIUS MAGISTRI
 DE SUA SANTIDADE
PAPA PIO XI
 AOS PATRIARCAS, PRIMAZES,
 ARCEBISPOS, BISPOS
 E OUTROS ORDINÁRIOS
 EM PAZ E COMUNHÃO
 COM A SANTA SÉ APOSTÓLICA
 E A TODOS OS FIÉIS DO ORBE CATÓLICO. ACERCA DA
 EDUCAÇÃO CRISTÃ
 DA JUVENTUDE

Tudo o que fazem os fiéis para promover e defender a escola católica para seus filhos é obra genuinamente religiosa, e por isso especialíssimo dever da « Acção católica »; pelo que são

particularmente caras ao Nosso coração paterno e dignas de grandes encómios aquelas associações especiais que, em várias nações, com tanto zelo, se dedicam a obra tão necessária. Por esta razão, procurando para seus filhos a escola católica (proclame-se bem alto e seja bem compreendido por todos) os católicos de qualquer nação do mundo não exercem uma acção política de partido, mas sim uma acção religiosa indispensável à sua consciência; e não entendem já separar os seus filhos do corpo e do espírito nacional, mas antes educá-los dum modo mais perfeito e mais conducente à prosperidade da nação, pois que o bom católico, precisamente em virtude da doutrina católica, é por isso mesmo o melhor cidadão, amante da sua Pátria e lealmente submisso à autoridade civil constituída em qualquer legítima forma de governo. Nesta escola, em harmonia com a Igreja e com a família cristã, não acontecerá que, nos vários ramos de ensino, se contradiga, com evidente dano da educação, o que os discípulos aprendem na instrução religiosa; e se for necessário fazer-lhes conhecer, por escrupulosa consciência de magistério, as obras erróneas para as refutar que seja isso feito com tal preparação e tal antídoto de sã doutrina que resulte para a formação cristã da juventude grande vantagem e não prejuízo. Igualmente, nesta escola, nunca o estudo da língua pátria e das letras clássicas redundará em detrimento da santidade dos costumes; pois que o professor cristão seguirá o exemplo das abelhas, que das flores colhem a parte mais pura, deixando o resto, como ensina S. Basílio no seu discurso aos jovens acerca da leitura dos clássicos (VATICANO, 1929, p. 2).

Desta forma, atendendo aos pedidos das diversas dioceses da região Nordeste que começaram a se estabelecer a partir do estado do Rio Grande do Norte, na cidade de Mossoró, a convite do Bispo de Natal, Dom Joaquim Antônio de Almeida, em 2 de agosto de 1912, que em seu chamado teria incentivado as irmãs na fundação do Colégio Sagrado Coração de Maria, destinado à instrução feminina na forma de internato e semi-internato. Abaixo uma foto do prédio do Colégio criado pela Ordem na cidade de Mossoró.

Figura 5 – Inauguração do Colégio Sagrado Coração de Maria (1912), Mossoró/RN



Fonte: Disponível em: <www.cscm.com.br>. Acesso em: 19 ago. 2015.

Neste contexto as Irmãs chegaram ao estado de Alagoas, em 1912. Um ano depois, ou seja, em 13 de abril de 1913, outro grupo da Ordem fundava, em Penedo, o Colégio Imaculada Conceição, o qual foi estabelecido em um palacete próximo ao Rio São Francisco e no seu primeiro ano contava com 43 alunas matriculadas no primário. No mesmo estado, na cidade de Arapiraca, em 1956 é criado o Colégio Normal São Francisco de Assis. Todas as instituições citadas representavam verdadeiros “palácios do saber”.

No estado de Sergipe, a primeira experiência da Ordem, no que se refere à fundação de instituições educativas, foi na cidade de Propriá, com a fundação do Colégio Nossa Senhora das Graças, no ano de 1915. Segundo Melo:

No dia 21 de novembro do ano de 1914, durante a festa da apresentação de Nossa Senhora, o Cônego Antônio dos Santos Cabral, então vigário de Propriá e futuro Arcebispo de Belo Horizonte, dirigiu-se à cidade de Penedo, em Alagoas para solicitar à Madre Maria da Circuncisão, Delegada Geral da Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição no Brasil, o envio de algumas religiosas para abrirem uma escola, voltada para a educação das moças da região. Obtendo uma resposta favorável afirmou Bendita República Portuguesa que mandou para o Brasil as religiosas (MELO, 2007, p. 34).

A instituição foi localizada em uma área ampla e bem ventilada, situada na Praça Tobias Barreto, em uma avenida larga como identificamos na foto abaixo. Também se podia avistar a Igreja Matriz de Santo Antônio e o Rio São Francisco. Era um local afastado do centro da cidade e da vida cultural (bares, restaurantes, casas de shows) que se localizavam na margem do rio. Assim, o local escolhido para a sua construção e permanência preservava, naquele período, o silêncio e afastava as moças de possíveis perigos quanto ao desvio da conduta apresentada pela instituição.

A seguir observamos a imagem do Colégio Nossa Senhora das Graças.

Figura 6 – Colégio Nossa Senhora das Graças, em Própria/SE



Fonte: Disponível em: <www.cnsjg.com.br>. Acesso em: 19 ago. 2015.

Ao fazer o chamamento para que as religiosas estabelecessem um colégio de instrução voltado para o ensino feminino na cidade, monsenhor Antônio dos Santos Cabral alegou que havia poucas instituições na região do Médio ao Baixo São Francisco¹⁵. Desta forma, como era comum as demais instituições criadas pela Ordem, o Colégio recebeu prestigiosamente apoio da sociedade local.

¹⁵ São cidades do Médio e Baixo São Francisco em Sergipe: Nossa Senhora de Lourdes, Canhoba, Amparo de São Francisco, Propriá, Santana de São Francisco, Neópolis, Ilha das Flores e Brejo Grande. Boa parte dessas cidades tinha suas atividades voltadas para agricultura com o cultivo do

No que se refere à questão do ensino feminino nas primeiras décadas da República, Freitas afirma que “o início da República aponta para a necessidade de educar mulheres, vinculando-as à modernização da sociedade, à higienização da família e à formação dos futuros cidadãos”. (FREITAS, 2003, p. 50).

Neste sentido, entendemos que as instituições confessionais contribuíram de forma marcante na tentativa de ampliar os esforços do Governo Federal na instrução pública feminina, diminuindo os altos índices de analfabetismo existentes naquele período. É o que nos orienta Rosemberg.

Uma prova eloquente provém do índice de analfabetismo de homens e de mulheres – informação que, desde o primeiro recenseamento brasileiro da população, o censo de 1872, até o de 1953, vem denotando uma realidade praticamente imutável: os índices de analfabetismo de mulheres eram vários pontos percentuais maiores que os dos homens. (1872 analfabetismo feminino 88.5% masculino 80.5%); (1890 analfabetismo feminino 89.6% masculino 80.8%); (1920 analfabetismo feminino 77.4% masculino 68.7%); (1940 analfabetismo feminino 70.6% masculino 68.5%); (1950 analfabetismo feminino 66.7% masculino 61.3%). (ROSEMBERG, 2012, p. 334).

No Brasil, o acesso legal das mulheres à educação pública deu-se a partir da Lei de 15 de outubro de 1827, ao determinar no seu artigo 1º que as Escolas de Primeiras Letras deveriam ensinar para os meninos a leitura, a escrita, as quatro operações de cálculo e as noções mais gerais de geometria prática. As meninas aprenderiam prendas (costurar, bordar, cozinhar) para a economia doméstica.

Assim, nos primeiros decênios do século XX, ao analisarmos a legislação educacional no período investigado, partimos do pressuposto de que a estrutura do ensino no Brasil compreende elementos concordantes na instauração de colégios femininos no país, através das iniciativas privadas ou filantrópicas.

Desta forma, com o Estado Novo¹⁶, a educação brasileira na década de 1940, passou a ser regulamentada pelas leis Orgânicas do Ensino¹⁷, que se constituíam

arroz, pesca e pequena empresas. Ainda a respeito dessa região, havia um carecimento de instituições educativas em virtude dos poucos recursos estaduais destinados à instrução pública.

¹⁶ O Estado Novo ocorreu entre os anos de 1937 e 1945, configurando-se uma ditadura, ao funcionar sem a presença do Congresso Nacional, sem partidos políticos e eleições. (GHIRALDELLI JR., 2006, p. 80).

¹⁷ As Leis Orgânicas do Ensino, também conhecidas como Reforma Capanema, criadas durante a passagem do ministro Gustavo Capanema, foram promulgadas em 1942, na modalidade decreto-lei. Segundo Ghiraldelli Jr. o objetivo era estabelecer uma reforma no campo da educação para adequar o ensino ao contexto econômico e social e político da época. (GHIRALDELLI JR., 2006, p.

em uma série de decretos e leis que foram emitidas neste regime, na tentativa de organizar o ensino e ao mesmo tempo atender aos interesses políticos do regime Vargas.

No período de 1932 a 1947, as ideias pedagógicas movimentavam os debates políticos entre reformadores e católicos, pelo que nos orienta Saviani (2011, p. 271): “Ao unir novamente Igreja e Estado, os católicos reconheceram a presença do Estado na educação e diminuíram suas críticas ao chamado monopólio estatal do ensino, de que eram acusados os renovadores”.

Neste contexto político a Congregação iniciou suas atividades no campo educativo feminino em Sergipe na cidade de Propriá, com o Colégio Nossa Senhora das Graças. Esse interrompeu um ciclo estabelecido culturalmente na cidade, acerca da migração de moças para outras cidades com o intuito de se instruírem. Pode-se ponderar que quando a mulher saía do seio da família e passava a receber instrução educativa dentro de uma instituição confessional, estaria livre de algum mal, algo que afetasse a sua integridade moral.

Como instituição educativa o Colégio foi além dos seus muros na sua proposta de auferir jovens e moças predispostas ao ensino.

O estudo destas instituições vem corroborar com a importância que tiveram na formação da mulher na difusão do ensino ginasial pelo interior sergipano. Estas instituições são decorrentes da imigração das congregações religiosas da Europa para o Brasil com a finalidade de promover o projeto católico no âmbito da educação escolar (BERGER, 2012, p. 18).

As instituições confessionais femininas que se estabeleceram em Sergipe no início e até o meio do século XX atuaram em cidades prósperas economicamente, resultados da industrialização e ampliação das forças produtivas, gerando o desenvolvimento da agricultura local.

O Colégio Sagrado Coração de Jesus foi a segunda instituição no estado e a primeira na cidade de Estância atendendo à necessidade de educar as filhas das

134). Deste modo, são organizados os decretos: Decreto-lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942, que organizou o ensino industrial; Decreto-lei n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que criou o Senai; Decreto-lei n. 4.244, de 9 de abril de 1942, que organizou o ensino secundário; Decreto-lei n. 6.141, de 28 de dezembro de 1943, que organizou o ensino comercial; Decreto-lei n. 8.529, de 2 de janeiro de 1946, que organizou o ensino primário; Decreto-lei 8.530, de 2 de janeiro de 1946, que organizou o ensino normal; Decretos-lei n 8.621 e 8.622, de 10 de janeiro de 1946, que criaram o Senac; e Decreto-lei n. 9.613, de 20 de agosto de 1946, que organizou o ensino agrícola.

famílias de classe média mais abastadas. Neste cenário, a cidade evoluía aos poucos culturalmente e interrompia também o processo de migração para outras cidades onde houvesse instituições educacionais próprias na formação das moças.

Segundo Cruz e França,

O Colégio Sagrado Coração de Jesus foi fundado pelas Irmãs Franciscanas Hospitaleiras em conjunto com a Diocese de Aracaju, o Governo do Estado de Sergipe e autoridades locais, com o objetivo de oferecer os cursos primário, ginásial e normal, inicialmente, apenas para meninas. Teve como a sua primeira diretora a Madre Dora da Santíssima Trindade, que muito se empenhou para a consolidação do Colégio (CRUZ; FRANÇA, 2011, p. 85).

Os escassos recursos destinados à educação, pelo Estado, inviabilizavam a ampliação das escolas já existentes, como também a construção de novas. Uma das alternativas encontradas pelos governos era incentivar a iniciativa privada e as instituições confessionais a atuarem neste campo. De acordo com Berger, “foi uma contribuição ao processo de civilização das mulheres da elite aracajuana e de todo o Estado de Sergipe bem como estados vizinhos” (BERGER, 2012, p. 72).

O terceiro colégio fundado pela Congregação no estado de Sergipe foi o Colégio Patrocínio de São José, que como os demais colégios recebeu apoio da Arquidiocese de Aracaju para sua instalação na capital, e também de personalidades políticas e dos governos estadual e municipal, liberando sua construção em um local remoto da cidade naquele período. O quadro abaixo ilustra os colégios fundados no início do século XX pela congregação, as cidades e suas modalidades de ensino.

Quadro 1 – Instituições fundadas pela Congregação no Brasil

INSTITUIÇÃO	ANO	LOCALIDADE	MODALIDADE DE ENSINO
Colégio São Francisco	1911-1915	Monte Alegre/PA	Ensino primário feminino
Colégio Santo Antônio	1911- 1915	Alenquer/PA	Ensino primário feminino
Colégio Pio Décimo	1911- 1915	Itacoatiara/PA	Ensino primário feminino
Colégio Sagrado Coração de Maria	1912	Mossoró/RN	Ensino primário, secundário, escola

			normal, curso de economia doméstica de caráter feminino até o ano de 1970, passando a admitir o ensino misto.
Colégio Imaculada Conceição	1913	Penedo/AL	Ensino primário, secundário e escola normal.
Colégio Nossa Senhora das Graças	1915	Propriá/SE	Ensino primário, secundário e escola normal. Com internato, semi-internato e externato.
Colégio Patrocínio de São José.	1926	Salvador/BA	Ensino primário, secundário e escola normal.
Colégio Sagrado Coração de Jesus	1937	Estância/SE	Ensino: Jardim de infância, primário, secundário e escola normal.
Colégio Patrocínio de São José,	1940	Aracaju/SE	Ensino: Jardim de infância, primário, secundário e escola normal.
Ação Fraternal de Itabuna	1947	Itabuna/BA	Ensino primário e secundário.
Colégio Normal São Francisco de Assis	1956	Arapiraca/AL	Ensino primário, secundário e escola normal.
Instituto Nossa Senhora de Fátima.	1958	Campo Formoso/BA	Ensino primário, secundário e escola normal.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir de dados coletados em: <http://www.confhic.org.br/a_provincia/nossa_historia.ph>. Acesso em: 19 ago. 2015.

Todas essas instituições citadas no Quadro 1 são, de certa maneira, a materialização do modelo educacional da Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição no Brasil, e em diferentes cidades e estados contribuíram ao formar moças e posteriormente incluir o ensino misto nos seus colégios. Assim, “a educação é construção duradoura por referência e por integração” (MAGALHÃES, 2004, p. 38). Neste sentido, se faz necessário notar a ação católica ao criar e contribuir na fundação de diversas instituições¹⁸ culturais em Sergipe, a fim de difundir suas práticas educativas.

¹⁸ Em 3 de janeiro de 1910, o Papa PIO X, no documento papal *Divina bula disponente clementia*, desmembrou da Arquidiocese de São Salvador da Bahia, de Sergipe, e ampliou novos horizontes pastorais. Segundo Barreto, “a Igreja que estava na província de Sergipe Del’Rei, transformando-a em Diocese que era responsável por todo o Estado de Sergipe” (BARRETO, 2004, p. 67). Este fato analisado por nós configurou-se como uns dos primeiros passos na empreitada católica em

A Diocese de Aracaju, com o objetivo de intensificar o processo de ampliação do número de colégios de modelo educativo feminino, é auxiliada por diversas ordens que aqui se estabeleceram. No próximo subitem discutiremos as instituições que já atuavam na seara educativa em Sergipe, confessional e pública em diversificadas modalidades de ensino.

2.1 Das instituições educativas em Aracaju: o Colégio Patrocínio de São José (1937 – 1940)

A chegada da Congregação na cidade de Aracaju, no ano de 1937, foi representada por três Irmãs da Ordem, a Madre Provincial Rosa Maria de São Francisco juntamente com a Madre Cândida de Maria Imaculada, Superiora do Ginásio de Propriá, e Irmã Hercília da Assunção, atendendo ao convite do Bispo Metropolitano, Dom José Thomas Gomes¹⁹, que as recebeu no palácio episcopal, e após a audiência visitaram uma capelinha em construção, homenageando São José, localizada em uma ampla praça da cidade denominada de Tobias Barreto, e naquele momento o Bispo sugeriu às irmãs a edificação de um colégio para moças no terreno ao lado da capela.

A Diocese de Aracaju ficou responsável pela elaboração do projeto com a aprovação e licença da Marinha do Brasil, seção de Sergipe. Tal autorização era necessária em virtude da localização do terreno ser em área de manguezal e rio.

evangelizar e doutrinar novos fiéis no estado no início do século XX, tendo à frente religiosas e padres em instituições como cinemas, ações Solidárias, jornais e hospitais.

¹⁹ Eleito no dia 12 de maio do ano de 1911. D. José Thomas Gomes da Silva foi recebido com todas as honrarias, não só pelo clero, mas pelos políticos locais e membros da sociedade. Uma explícita demonstração de como seria a estadia do bispo no Estado. Passadas as comemorações, dois dias depois, o bispo D. José Thomas Gomes da Silva deu início ao trabalho de reestruturação da Igreja local, participando, desta forma, do projeto nacional de reforma do clero. D. José começou seu ofício fazendo as devidas nomeações para composição de sua diocese. Depois, fundou um boletim, meio pelo qual ele informava aos padres e paroquianos tudo que estava acontecendo com a Igreja em nível mundial e nacional, além de informações acerca de sua administração, pois era nesta publicação que D. José Thomas fazia as devidas cobranças, tanto financeiras como espirituais e morais. Visitas pastorais e criação de paróquias também foram atitudes importantes no tocante à ampliação dos domínios da Igreja, sem contar com a relação desenvolvida por D. José com os governantes do Estado e com os representantes da elite econômica e intelectual local. O bispo agiu como um estrategista, inseminando os preceitos da igreja em toda a sua circunscrição. Dentre os fatos que marcaram o seu bispado está o auxílio material e espiritual dado aos estabelecimentos escolares e assistenciais, a exemplo do Instituto Bento XV, do Ginásio Nossa Senhora das Graças, da cidade de Propriá, do Colégio Sagrado Coração de Jesus, do Ginásio Patrocínio de São José em Aracaju, do Orfanato da Imaculada Conceição, do Oratório Festivo São João Bosco, fundado por Genésia Fontes, a D. Bebê, e da Associação Santa Zita, destinado a menores carentes. Disponível em: <www.arquidiocesedearacaju.org>. Acesso em: 1 out. 2014.

Desta forma, buscou-se junto à Marinha do Brasil o licenciamento para a construção²⁰.

A construção do prédio teve como responsável o engenheiro José Rollemberg Leite²¹, a planta foi desenhada pelo desenhista Antônio Ramos. As obras começaram ainda no mesmo ano, logo após a visita das irmãs, o prédio apresentava uma arquitetura de características modernas. Segundo Santos (2013, p. 28), “o ano era 1911 a cidade de Aracaju era o cenário da trama que teria início naquele dia. A cidade celebrou o seu ingresso educacional nas searas da modernidade com a festa de inauguração do novo prédio da Escola Normal”.

Desta forma, o edifício da Escola Normal Rui Barbosa inseria Sergipe na paisagem das escolas republicanas construídas em outras capitais. Segundo Carvalho (1998, p. 225), “assim, a escola paulista é estrategicamente erigida como signo do progresso que a República instaurava”. Os edifícios construídos em anos posteriores seguiram o projeto de modernidade educativa ressaltando o embelezamento do prédio e o seu conforto.

Segundo Freitas (2003), nesse período a capital do Estado contava com poucos espaços educativos para moças. Sobre isso a autora afirma que

As possibilidades educacionais femininas em Aracaju, a partir de 1920, estavam vinculadas às seguintes instituições: Escola Normal Rui Barbosa, aos Colégios particulares, à Escola de Comércio Conselheiro Orlando e ao Colégio Atheneu (FREITAS, 2003, p. 32).

Os colégios femininos confessionais católicos situados na capital eram os mais procurados pelas famílias com condições econômicas suficientes para manter suas filhas, no internato ou no externato da instituição. Segundo Costa (2003), o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, criado pelas Irmãs Sacramentinas, tinha como objetivo “[...] instruir as jovens nos princípios fundamentais da doutrina religiosa católica, dando prioridade à formação das moças da elite sergipana” (COSTA, 2003, p. 30). Tal formação incluía na instrução daquelas jovens o refinamento dos modos, a educação dos corpos e civilização das mentes da futura mulher, dona do lar, mãe

²⁰Sobre o decreto imperial nº 4105, artigo 1º, § 1º, preconiza: “São terrenos de marinha todos os que banhados pelas águas do mar ou dos rios navegáveis até a distância de 15 braças (33 metros) para a parte da terra, contadas desde o ponto a que chega o pré mar médio. Este ponto refere-se ao estado do lugar no tempo da execução da lei de 15 de novembro de 1831”.

²¹ José Rollemberg Leite (1912 – 1996) governou Sergipe em duas ocasiões: de 1947 a 1951 e de 1975 a 1979. Em ambas as datas deu uma enorme contribuição à história da educação, criando escolas de nível médio e superior, criando o ensino rural. (SANTOS, 2002).

e esposa, atendendo aos desígnios católicos da época, representativos do papel da mulher na sociedade.

No que concerne à escolarização feminina em Sergipe, esteve presente antes da chegada das instituições educativas, ainda no século XIX. A educação das moças ocorria no próprio ambiente social da família, na sua residência com professores particulares e preceptores.

Este ensino ocorria mais em preparar as jovens a assumir a posição como esposa, junto aos trabalhos domésticos, do que aos profissionais, com uma instrução dirigida às responsabilidades domésticas. Segundo Rosemberg (2012, p. 338) “a modernidade argumentava que as mulheres pertenciam ao lar, os segundos alargavam o significado do papel familiar feminino ao enfatizar o poder das mulheres de direcionar o desenvolvimento moral de seus filhos(as)”.

Assim, acreditamos que a educação foi o instrumento por meio do qual os agentes educativos atingiam mais rápido e eficiente os filhos(as) das famílias sergipanas. Por isso, a igreja deu início à construção de instituições educativas baseadas na doutrina religiosa cristã.

A possibilidade de realizar o curso normal era, para as jovens sergipanas no final do século XIX e no início do século XX, uma das únicas oportunidades de continuarem estudando e de se prepararem para exercer uma atividade profissional fora do ambiente doméstico, uma vez que o magistério era socialmente aceito e entendido como prolongamento dos papéis femininos exercidos no lar (FREITAS, 2003, p. 44).

As escolas normais criadas no Brasil a partir de 1830 exerceram um importante papel na educação e profissionalização de diversas jovens. No caso de Sergipe, quem desejasse cursar o magistério no início do século XX recorria à Escola Normal Rui Barbosa e ao Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Estas instituições foram até metade século XX a única alternativa de muitas jovens e moças que buscavam sua independência e profissionalização.

Desta forma, temos então as instituições como representação do espaço social, de um determinado lugar e grupo, configurando-se como uma ação direta da razão humana determinada pelos interesses dos grupos que a atribuem importância.

De acordo com esta concepção, os agentes fazem uso dos discursos conforme seus interesses e de maneira distinta. Os homens e mulheres não são

indiferentes ao processo, pelo contrário, absorvem as informações e realizam uma interpretação das mensagens recebidas.

As instituições de ensino primário e secundário, públicas, particulares ou filantrópicas, representavam o que se tinha de “sistema” de ensino em Sergipe em atividade entre os anos de 1937 e 1940. Na avaliação de Freitas,

[...] no processo de instauração da República a escolarização de meninas e jovens é ampliada com o aumento do número de vagas nas escolas públicas e a criação de colégios particulares femininos e mistos, este movimento tem nuances específicas em cada região do país (FREITAS, 2003, p. 45).

Assim, no sentido de ampliar a compreensão em relação à forma como se deu este processo de escolarização em Aracaju, elaboramos um quadro demonstrando as modalidades de ensino de cada instituição existente no período de 1940 a 1953, lembrando que o foco aqui é demonstrar o modelo de funcionamento do sistema educacional por outras instituições educativas no período em que estava sendo criado o Colégio Patrocínio de São José.

Quadro 2 – Instituições educativas em Sergipe no início de século XX

INSTITUIÇÃO	MODALIDADES	HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO
Colégio Nossa Senhora de Lourdes	Ensino primário; Ensino Secundário; e Ensino Normal. Apenas feminino.	Fundado pelas Irmãs Sacramentinas de origem francesa em 1903. De caráter particular confessional.
Oratório Festivo São João Bosco	Ensino primário; Internato e Externato. Apenas feminino.	Fundado em 1914, a Congregação responsável é a Ministras dos Enfermos de São Camilo. De caráter filantrópico.
Colégio Todos Barreto	Ensino primário;	Sua trajetória vem do início do século XX,

	Ensino Secundário; Internato e Externato.	quando foi fundado na cidade de Estância/SE pelo professor José de Alencar Cardoso, em 9 de maio de 1909, passando a funcionar em Aracaju a partir de 1913. De ensino particular misto.
Colégio Jackson de Figueiredo	Ensino misto com primário e secundário, com internato, externato e semi-internato.	O colégio foi inaugurado em 1938, de iniciativa particular.
Colégio Senhora Santana	Com internato e externato de ensino feminino.	Em 1906 foi transferido de Laranjeiras para Aracaju, de iniciativa particular.
Colégio Nossa Senhora Auxiliadora	Ensino primário; Ensino Secundário; Apenas para homens.	Em 1908, os salesianos abriram um oratório e o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, que tinha como objetivo evangelizar e educar os jovens sergipanos. De iniciativa confessional particular.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Berger (2012).

Os dados apresentados no quadro acima são importantes para nossa compreensão quando desejamos identificar as instituições confessionais particulares de ensino feminino e misto. Esta paisagem educativa é parte do nosso estudo quando analisamos quais eram os colégios atuantes no período de 1937 a 1940, referentes aos anos antecessores à fundação do Colégio Patrocínio de São José.

Enfatizamos também que nas primeiras décadas do século XX, Aracaju recebeu outras instituições educativas católicas e Congregações voltadas à educação de meninos. Destacam-se: A Escola Agrícola de São José e o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, ambos fundados pela Congregação Salesiana. A prática educativa de separação dos sexos, muito bem difundida pela Igreja Católica no universo educacional de Sergipe, intensificava-se movida pelos preceitos religiosos, passando a ser revista a partir do meio do século XX, em virtude do cenário político, social e econômico do país.

A contribuição das instituições educativas sergipanas na formação cultural feminina e masculina, representadas em artigos de jornais da época divulgando a sua rotina interna, convocando a população a matricular os seus filhos e filhas, convidando para as festas de formaturas, programas culturais e bancas de avaliação, são representações do mundo social caracterizadas a partir da razão estabelecida pelos sujeitos deste campo, e sempre determinadas pelos interesses

dos grupos que as forjaram, como podemos perceber na nota abaixo, retirada do *Jornal A Cruzada*:

Educar um menino, diz uma criteriosa sentença, é educar um homem, mas educar uma menina é educar uma família. A mulher de hoje não basta uma instrução superficial; o seu papel na sociedade é grande e por isso rege habilitá-la para o seu desempenho dando à inteligência da jovem uma cultura esmerada a segundo as exigências do progresso e da sociedade de nossos dias; todavia, mas que tudo convém formar-lhe o coração, mediante o ensino prático da moral e da religião. Será isto que levantará o nível da mulher cristã, futura mãe e educadora no lar doméstico. Essa formação está confiada às religiosas que não pouparão nenhum sacrifício a sua realização (A CRUZADA, 7 de abril 1949, p. 2).

Desta forma, analisamos aqui, efetivamente, que a partir da primeira década do século XX as ideias educativas católicas circulavam nos periódicos em Sergipe. Tomando esta análise pelo artigo do *Jornal A Cruzada* de 07/04/1949, ao apresentar qual seria a melhor proposta educativa para meninos e meninas, definiria também que um dos melhores espaços de instruí-los é em instituições católicas em virtude do seu simbolismo e conduta moral.

Para tanto, este pensamento não se desvinculava da mentalidade nacional em se tratando das políticas de ensino no Brasil. Segundo Horta (1994, p. 102), “a doutrina católica não era apenas uma doutrina religiosa, mas uma doutrina de Estado”, ao envolver toda sociedade nesta cruzada pela manutenção de um Estado Católico. Buscava-se agentes aptos a disseminar ideias e valores morais.

Coube a outras mulheres freiras, professoras e preceptoras, educar as filhas da sociedade do início do século XX, instruir através dos ensinamentos cívicos e religiosos da época, modelando a imagem da futura mulher. Mesmo tendo a República oficializado o ensino laico e a separação entre a Igreja Católica e o Estado, o catolicismo permaneceu como moral religiosa dominante. Assim das representações de suas instituições buscou a Igreja Católica intensificar os seus esforços na educação de homens e mulheres com um forte apelo religioso.

Neste cenário todos os colégios tinham como referência os ensinamentos e a direção das ordens religiosas em Aracaju. Como afirma Chartier (1990, p. 27), “a representação aqui entendida como a forma como os sujeitos entendem o mundo e seu cotidiano de acordo com o que pensam e interpretam sobre sua realidade e sobre como gostariam que ela fosse”.

A República euforicamente tentava erigir suas instituições pelos ideais de ordem e progresso, pontos fundamentais do novo regime político fundado em 1889, e estruturantes na política liberal, afastando tudo que representaria o que fosse considerado passado e/ou ultrapassado.

Portanto, cabia à República educar e civilizar todos os seus filhos e a concretização dos ideais defendidos pelos intelectuais republicanos no campo educativo resultou na criação dos grupos escolares²² que representavam uma grande novidade em termos de educação no Brasil. Este processo teve seu início no estado de São Paulo e aos poucos os edifícios destinados à educação dos jovens iam se incorporando à paisagem urbana das cidades brasileiras.

Em Aracaju o primeiro Grupo Escolar foi o Grupo Modelo, criado em 1911 no governo de Rodrigues Dória, destinado à educação primária de caráter misto. A instituição funcionava no mesmo prédio da Escola Normal, em 1914. O Grupo Central, no governo de Siqueira de Menezes, funcionou durante um período no prédio do Atheneu Sergipense, sem as proporções para o ensino simultâneo. Além disso, não possuía pátio para recreação e os banheiros localizavam-se fora do edifício. Porém, houve a inauguração de outro prédio em 15/03/1915, localizado na Rua Itabaiana, atendendo aos pré-requisitos da pedagogia moderna da época, o qual passou a se chamar General Siqueira, em homenagem ao Governador. Em 1917 foi inaugurado o Grupo escolar Barão de Maruim, o terreno foi doado pelo Barão e teve como responsável pela construção o Estado, no governo de General Oliveira Valladão²³.

Em 1918 foi inaugurado o Grupo General Valladão, o qual foi fruto da campanha realizada pelos sócios do antigo Comício Agrícola em prol do progresso educacional em Sergipe. Em 1924, no governo de Graccho Cardoso (1922 – 1926), foi inaugurado o Grupo Manoel Luiz e o Grupo escolar José Augusto Ferraz foi fundado em 1925.²⁴

Os grupos escolares representavam a civilidade e o civismo brasileiro, é o que nos revela Santo (2013), ao pesquisar a arquitetura dos grupos escolares em

²² Segundo Saviani (2007), esses grupos eram também chamados de escolas graduadas, uma vez que o agrupamento dos alunos se dava de acordo com o grau ou série em que se situavam, o que implicava uma progressividade da aprendizagem. Uma das principais inovações pedagógicas dos grupos escolares era o sistema de seriação dos alunos que iniciava da primeira até concluir o último.

²³ Ao formamos como base os dados de Santos (2013), em seu estudo sobre os Grupos Escolares em Sergipe (1911 – 1922).

²⁴ Santos (2013).

Sergipe no período de 1911 a 1926: “o prédio que sedia essa nova forma escolar se caracteriza por sua monumentalidade e elegância, firmando a identidade de um tempo a serviço da instrução”.

Em Sergipe, as construções dos grupos escolares ocorreram com maior ênfase entre os anos de 1911 a 1924 em diversas cidades do estado. A cidade de Aracaju²⁵ recebeu sete grupos, a cidade de Capela²⁶ dois, a cidade de Estância²⁷ um grupo, São Cristóvão²⁸ um grupo, Lagarto²⁹ um grupo, Anápolis³⁰ um grupo, Propriá³¹ um grupo, Vila nova³² um grupo e Boquim³³ um grupo. O primeiro governo a construir um grupo escolar foi Rodrigues Dória, sucedido por General Siqueira Campos, General Oliveira Valladão e Graccho Cardoso. Segundo Santos (2013, p. 91), “no período compreendido entre 1911 e 1926 foram inaugurados 14 grupos e 16

²⁵ Em Aracaju o primeiro grupo escolar foi o Grupo Modelo, criado em 1911 no governo de Rodrigues Dória, destinado à educação primária de caráter misto. Funcionando no mesmo prédio da escola normal, em 1914, o Grupo Central no Governo de Siqueira de Menezes, funcionou durante um período no prédio do Atheneu Sergipense, sem as proporções para o ensino o ensino simultâneo. Além disso, não possuía pátio para recreação e os banheiros localizavam-se fora do edifício. Porém, houve a inauguração de outro prédio em 15/03/1915, localizado na Rua Itabaiana, atendendo aos pré-requisitos da pedagogia moderna da época, o qual passou a se chamar de General Siqueira, em homenagem ao Governador. Em 1917 é Inaugurado o Grupo escolar Barão de Maruim, o terreno foi doado pelo Barão e teve como responsável pela construção o Estado, no governo de General Oliveira Valladão. Em 1918 foi inaugurado o Grupo General Valladão, esse grupo foi fruto da campanha realizada pelos sócios do antigo Comício Agrícola em prol do progresso educacional em Sergipe. Em 1925, no governo de Graccho Cardoso é inaugurado o grupo escolar José Augusto Ferraz e Grupo Manoel Luiz. (VALENÇA, 2011).

²⁶ Na cidade de Capela, o primeiro em 1918, seu prédio foi doado pelo ministro Coelho e Campos, a cidade ainda se desenvolvia economicamente no curso de um processo agrícola no cultivo da cana de açúcar. Em 1926, o grupo passa por uma reestruturação ampliando sua estrutura. (SANTOS, 2013).

²⁷ Em Estância, no governo de Graccho Cardoso, foi inaugurado em 1923 um grupo denominado de Gumercindo Bessa, o qual embelezou a cidade com o seu monumental prédio abrigando os diversos jovens, matriculando crianças de ambos os sexos. (SANTOS, 2013).

²⁸ O grupo escolar vigário Barroso foi fundado em 1923, no governo de Graccho Cardoso. O prédio foi adaptado a fim de matricular crianças na educação primária. Mesmo não seguindo todas as recomendações da época, sua procura era grande pela população em geral. (SANTOS, 2013).

²⁹ O Grupo escolar Silvío Romero foi fundado em 1924, mesmo colocado em um prédio adaptado, o grupo tem uma grande importância na região. A matrícula era mista e atendia a uma parcela da população em idade escolar, principalmente da cidade de Lagarto. (SANTOS, 2013).

³⁰ Na cidade de Anápolis, denominada hoje de Simão Dias, o único grupo criado foi o Grupo Simão Dias, construído na praça da matriz e inaugurado em 1924. No ano posterior teve o seu nome alterado para Fausto Cardoso, homenageando o líder republicano. (SANTOS, 2013).

³¹ O Grupo Coronel João Fernandes, fundado no Governo de Graccho Cardoso, na cidade de Propriá, construído pelo próprio Estado, teve a sua relevância no cenário educativo da cidade, em virtude de que a única escolar organizada era o colégio das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição. (SANTOS, 2013).

³² A cidade de Vila Nova, atual Neópolis, localizada na região ribeirinha do Rio São Francisco, recebeu pelo Estado um grupo escolar denominado de Olímpio Campos, provido de instalações modernas conforme o discurso higienista, bem dividido em sua estrutura podendo receber muitos alunos da cidade na instrução primária. (SANTOS, 2013).

³³ O grupo escolar Severiano Cardoso foi inaugurado em 1926, construído pelo Estado no governo republicano de Graccho Cardoso. (SANTOS, 2013).

prédios escolares com características monumentais. As obras foram financiadas pelo governo do Estado ou fruto de doações”.

Os edifícios traziam uma nova tendência arquitetônica com novas propostas de higiene, em que eram valorizadas as áreas abertas, com janelas construídas no meio das paredes, corredores e pátios. Segundo Santos (2013, p. 134) “no início do século XX, Sergipe assistiu ao espetáculo da pedagogia moderna. Foi o momento em que a visibilidade da educação assumiu relevância no cenário urbano”.

A busca por novos conceitos educativos e conhecimentos impulsionou intelectuais sergipanos a conhecerem o que havia de moderno em outros estados. Um dos destinos mais visitados foi o estado de São Paulo, como afirma Nascimento:

[...] Uma das viagens de maior repercussão para o processo das reformas educacionais em Sergipe foi realizada, em 1931, pelo professor José Augusto da Rocha Lima. Ele visitou o estado de São Paulo, onde fez contato com Lourenço Filho (NASCIMENTO, 2006, p. 158).

No ideário da escola nova³⁴ cabia ao poder público financiar, organizar e promover uma educação comum em todo o território nacional. Esta proposta já era defendida pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação (1932), documento político com caráter social quando nos relata que a educação no Brasil é um problema social, questionando a falta de atuação dos governos na área. Os pioneiros, comumente como ficaram conhecidos, discutiam a elitização da educação que privilegiava os filhos da elite, porém acreditavam que as instituições particulares deveriam ser controladas pelo Estado.

Não diferente do restante do país, a educação em Sergipe aos poucos se transformava dando espaço à nova pedagogia. Esta nova representação foi escolar, a partir do que entende Chartier (1990, p. 67) “as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus e o seu domínio”.

³⁴ A escola nova em Sergipe não se configurou diferente aos outros estados do Brasil. Diversos higienistas e intelectuais de vários campos políticos compuseram um rol de agentes interessados em modernizar o ensino em Sergipe. É o que nos dizem Nascimento e Freitas (2011, p. 38): “o movimento Escola Nova como movimento como um projeto pedagógico capaz de auxiliar na resolução dos problemas referentes à educação, principalmente no que dizia respeito à difusão da escola pública, gratuita e laica. Bem como a renovação dos métodos de ensinar e aprender”.

A apropriação das ideias pedagógicas da escola nova no estado de Sergipe teve à frente os intelectuais da época, sendo que “a Associação Brasileira de Educação (ABE) ofereceu uma contribuição muito importante para a difusão, em Sergipe, das inovações pedagógicas que entusiasmaram o país” (NASCIMENTO, 2006, p. 159), e um dos pioneiros a aderir à associação foi o médico Helvécio de Andrade³⁵. As transformações sobre o olhar da escola nova em Sergipe começaram na formação das normalistas e nas iniciativas de diversos agentes educativos.

Certamente o mais importante contingente de entusiastas da Escola Nova em Sergipe foi o de Professores da Escola Normal Rui Barbosa, influenciando sobretudo na formação dos jovens professores das décadas de 1930, 1940, 1950, e 1960. Nos depoimentos das ex-alunas da Escola Normal Rui Barbosa (renomeada, a partir de 1947, de Instituto de Educação Rui Barbosa), que se formaram no período de 1920 a 1950, investigados por Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas (2003). A busca pela renovação dos métodos pedagógicos, através de diferentes práticas, fazia parte do cotidiano da formação (NASCIMENTO, 2006, p. 160).

No entanto, compreender a história dos grupos escolares e demais instituições educativas nos permitirá conhecer em qual momento histórico surgiram estes colégios e como ocorreu o seu desenvolvimento. Deste modo, procuramos recorrer aos pesquisadores e demais autores, na tentativa de conhecer a história da educação em Sergipe e no Brasil.

Ao analisar as informações colhidas neste breve levantamento, desejamos entender em qual momento da história educativa sergipana foi criado o Colégio Patrocínio de São José, quando junta-se aos demais colégios no ano de sua inauguração dando continuidade na instrução das jovens, e pelo auspício de seu patrono São José, distintamente homenageado pela congregação, passou a integrar o espaço urbano e social da cidade de Aracaju. No subitem seguinte buscaremos ampliar as reflexões em torno das representações e apropriações estabelecidas no campo educativo do Colégio pelos seus agentes educativos, marcas do tempo do Colégio mediante o que foi imposto nos itens a seguir.

2.2 “Construir um colégio é edificar uma nação católica”

³⁵ Formado em Medicina, em sua vida pública o intelectual atuou como Professor da cadeira de pedagogia da Escola Normal, criador da Associação Sergipana de Educação (ASE), em 1934, Diretor da Instrução pública. Suas ações no campo da educação auxiliaram na higienização dos prédios educativos e na formação das normalistas. (VALENÇA, 2005).

As pesquisas no campo da História das Instituições Educativas representam hoje uma área em expansão no campo da História da Educação, possibilitando aos estudiosos deste tema conhecerem o seu universo e melhor investigá-lo. Este reconhecimento ocorreu a princípio no século XX, precisamente nas décadas de 1950 e 1960, e de acordo com Nosella e Buffa:

Num período anterior a programas de pós-graduação, a produção, desenvolveu-se na antiga Seção de Pedagogia da USP (FFCL/USP). Outro momento é marcado pela criação e expansão dos Programas de Pós-Graduação em Educação e o terceiro momento, iniciado nos anos 1990, caracteriza-se pela consolidação da pós-graduação. É justamente nesse terceiro momento que são privilegiados temas como cultura escolar, formação de professores, livros didáticos, disciplinas escolares, currículo, prática educativa, questões de gênero, infância e, obviamente, as instituições escolares (NOSELLA; BUFFA, 2008, p. 13).

A História Cultural contribui sobre diversos aspectos metodológicos quando é consultada por pesquisadores da História das Instituições Educativas, ansiosos em desvendar os enigmas de uma instituição. Conhecer sua materialidade, o universo da instituição, sua importância na sociedade, saber quem foram os seus agentes educativos e aspectos da cultura escolar.

Neste campo surgem objetos relacionados à história das mulheres, questões étnicas, gêneros e sexualidade, documentos e as instituições educativas. No tocante às instituições educativas é consenso no meio dos historiadores da educação entender que a escola não é a única instância educativa. Esta assertiva é apresentada por Magalhães quando afirma que: “[...] um processo epistêmico pela busca gradativa de um saber, de uma comunicação, mas também uma hermenêutica. É interação de elementos humanos, sociais, processuais (materiais e organizacionais), culturais” (MAGALHÃES, 2004, p. 32).

Tudo aconteceu sobre o manto de “São José”, a sua matriz representava a primeira inspiração das religiosas em construir um colégio para moças em sua homenagem, assim relata a primeira diretora do Colégio: “São José ensinou Jesus a

ser homem, a conhecer as letras, e a manusear com as ferramentas as madeiras em seu ofício de carpinteiro.”³⁶

Figura 7 – Vista lateral da Igreja São José no ano de 1940



Fonte: Acervo do Colégio Patrocínio de São José. Autor desconhecido.

Um das primeiras construções da região foi a Igreja Matriz de São José, situada em um local de difícil acesso da capital Aracaju em virtude das poucas estradas e da falta de transporte para o local. Por conta disso a falta de urbanização dificultava outras construções.

Como descrito anteriormente, o Colégio Patrocínio de São José surgiu em um momento importante na ampliação das instituições educativas em Aracaju e, conseqüentemente, no estado. Sua construção ocorreu ao longo de três anos, de 1937 a 1940. A responsabilidade pela construção foi da Congregação das Irmãs Franciscanas da Imaculada Conceição, do clero local, do Estado e da sociedade local. Segundo Freitas:

A opção por determinadas instituições religiosas e o investimento das famílias no envio e na manutenção de seus filhos e filhas em colégios com prestígios, não era aleatória, mas resultado da posição

³⁶ Fonte: Jornal A Cruzada (18/04/1940), discurso de Inauguração do Colégio Patrocínio de São José em 7 de abril de 1940.

que ocupavam na sociedade e nas expectativas que depositavam nas futuras gerações (FREITAS, 2003, p. 52).

Acreditamos que um dos principais motivos em estabelecer o Colégio em um local despovoado, deve-se pelo afastamento dos vícios da vida urbana, que circulavam na cidade de Aracaju, possíveis comprometedores da moral e dos bons costumes, e desta forma a construção foi iniciada em 1937, com algumas dificuldades relacionadas ao terreno, como podemos perceber na notícia abaixo publicada no Jornal *A Cruzada*.

O próprio Estado, por vezes embargara tentativas de construção naquele local, dizendo estar em seus planos de urbanização. O certo é que o Santo não deixou de dar seu aparte e motivada por Monsenhor Olívio, Madre Rosa foi falar com o delegado fiscal o Senhor Pedro Alves feita a metragem do terreno que por ser de Marinha foi obtido por um verdadeiro milagre de S. José. O Bispo Dom. José Thomaz foi falar com o Governado Augusto Maynard que nada pode fazer em oposição (A CRUZADA, 8/10/1937, p. 2).

Portanto, a relação que o clero estabeleceu junto aos políticos sergipanos da época favoreceu a sua atuação no cenário educativo, por representar um forte aliado na formação cultural da população. Sobre a bandeira da fé alcançaria a todos em um projeto de moral e incorporaria o projeto patriótico nacional. Esta missão por último agradaria ao governo, quando na busca de uma estabilidade nacional.

De fato, a vontade da Arquidiocese Metropolitana de Aracaju e da Congregação superou a do Estado na ocupação do terreno de 11 mil metros quadrados, localizado em uma região de manguezal da capital. Ao analisarmos os principais colégios confessionais católicos em Aracaju, observamos algo muito instigante que é a construção destes edifícios ao lado de capelas ou igrejas³⁷. Desta forma, nos passando a ideia que tudo aconteceria sobre os olhos do sagrado.

Começaram a afluir os operários contratados pelo engenheiro Dr. José Rollemberg Leite. O bate-estaca trabalhava constantemente, e não se via nada a não ser água e mais água do mangue que dominava o terreno. Após muita paciência, meses talvez, apontaram os alicerces da grande obra, monumento que a mercê dos todos os contratemplos, surge nobre, sóbrio, altaneiro o prédio que deu vida àquela praça e se tornou a radiosa esperança das fundadoras e para

³⁷ Essa conclusão foi realizada após analisar a localização dos colégios: Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora fundado em 1911, Nossa Senhora de Lourdes (1924) e Colégio Patrocínio de São José (1940), são dados também observados em BERGER (2012).

não dizer de todas que fizeram parte da comunidade do Colégio Patrocínio de São José (A CRUZADA, 08/10/1937, p. 3).

Quando analisamos o desempenho da igreja no campo educativo, recorreremos a Horta (1994, p. 4): “Os esforços desenvolvidos pelo regime no sentido de utilizar-se da Igreja como instrumento de legitimação política e inculcação ideológica”. Desta maneira o autor refere-se ao período vivido no Brasil de 1930 a 1945, por configurar-se um momento de grandes movimentações políticas.

Terminada a construção, o Colégio – destinado ao ensino do sexo feminino e localizado na Praça Tobias Barreto, Bairro São José – ofereceria internato com 28 leitos, geralmente para moças do interior e de outros estados, semi-internato e externato.

Diante do que seria construído pela Congregação no Colégio, era importante a organização dos seus espaços educativos em conformidade com os conceitos de higiene e civismo, vigentes naquele momento, palco também da representação do Estado através dos novos conceitos educativos. De colégio a monumento, o edifício deveria encantar pela decoração, boa ventilação, ter observância a respeito da salubridade e iluminação adequadas.

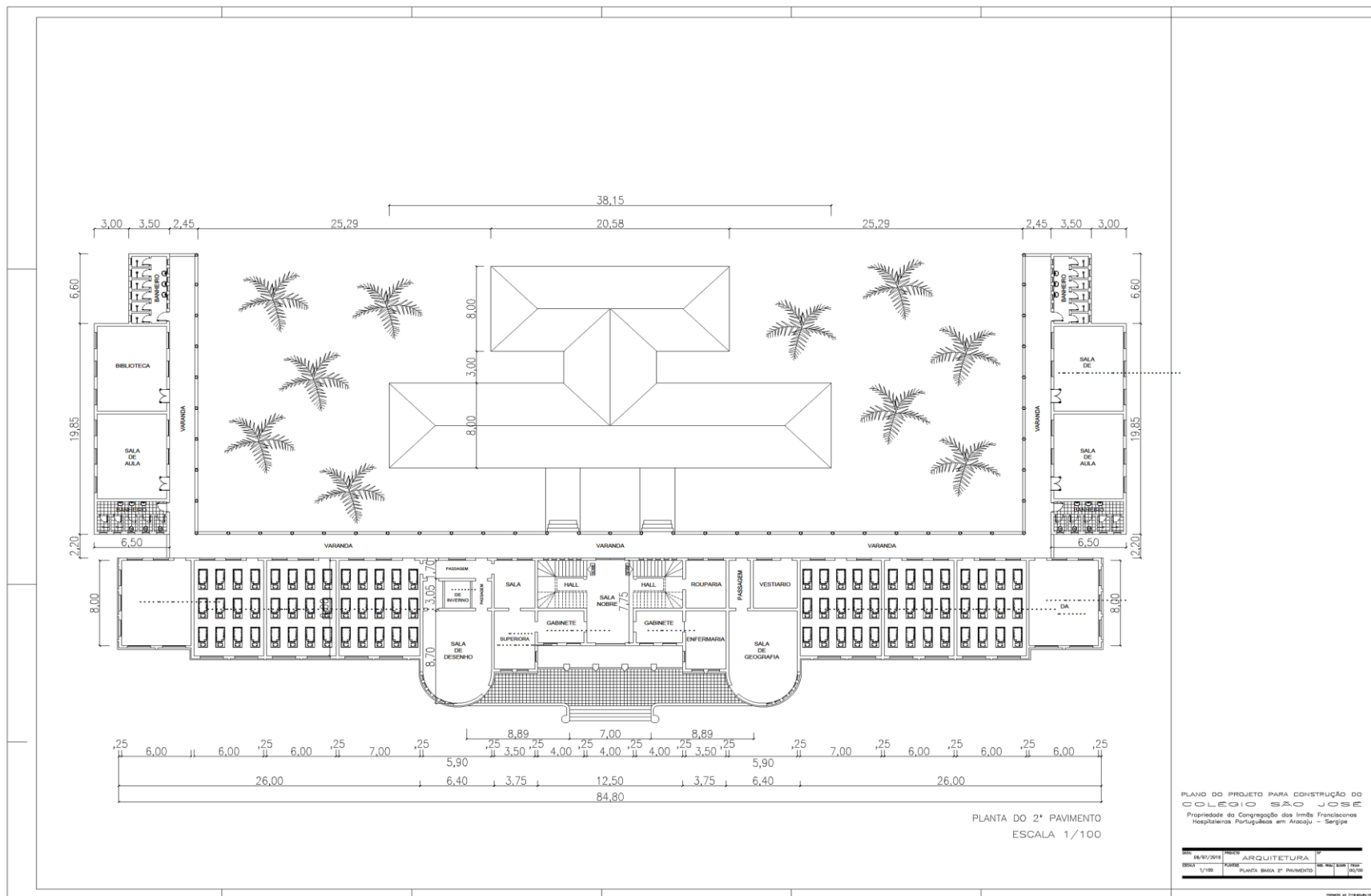
No que nos orienta Magalhães (2004) sobre os principais aspectos da arquitetura educativa, suas afirmações são importantes na análise das nossas fontes.

A disposição arquitetônica dos prédios educativos, a distribuição e ordenação dos espaços, a orientação estética, a acessibilidade influenciam o cotidiano educacional, quando à materialidade e à funcionalidade, mas também afetam as representações e os modos de estar, vivenciar, relacionar-se, referenciar e projetar por parte de todos os membros de uma comunidade educativa. (MAGALHÃES, 2004, p. 144).

Além disso, as instalações do Colégio deveriam atender às orientações legais da época. Por se tratar de uma instituição educativa, sua autorização e funcionamento estavam atrelados aos vários relatórios de inspeção escolar. Esta afirmação por nós é apresentada quando analisamos um dos ofícios³⁸ referente ao documento do ano de 1953, o qual apresenta uma série de informações a respeito da estrutura do prédio e sua divisão.

³⁸ O documento foi assinado pelo Inspetor Federal de ensino o Sr. Aristeu Accioly, e enviado ao Diretor do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura no Rio de Janeiro. Observar em Anexo XIII.

Figura 8 – Plano de projeto para construção do Colégio Patrocínio de São José (1937)



Fonte: Arquivo do Colégio.

No processo de construção desta nova instituição educativa em Sergipe, foram seguidas as mesmas normas relativas aos novos grupos escolares, como, por exemplo, o formato em U do edifício, que o alinhava-se aos preceitos vigentes à época, de acordo com o relatório de Inspeção Escolar, 27 de abril de 1940.

Segundo Berger (2012, p. 77), “havia todo um ambiente favorável à instalação das escolas em edifícios que chamassem a atenção e marcassem a paisagem urbana, fossem as instituições escolares públicas ou privadas”.

O edifício foi dividido em diversos compartimentos a fim de melhor utilizar os seus espaços aproveitando as áreas verdes que ficavam nas suas aproximações, como podemos perceber no quadro abaixo, retirado da planta original do edifício.

Quadro 3 – Distribuição dos espaços educativos do Colégio

SALA DE AULA	ÁREA	CAPACIDADE DE ALUNOS	ATIVIDADE DA SALA
Sala n. 01.	29.60m ² .	Local para 29 alunas.	Sala de aula comum.
Sala n.02.	48.80m ² .	Local para 48 alunas.	Sala de aula comum.
Sala n. 03.	54.00m ² .	Local para 54 alunas.	Sala de aula comum.
Sala n. 04.	54.00m ² .	Local para 54 alunas.	Sala de História Natural.
Sala n. 05.	63.00m ² .	Local para 63 alunas.	Sala de Trabalhos manuais.
Sala n. 06.	80.40m ² .	Local para 89 alunas.	Sala de Línguas Vivas.
Sala n. 07.	42.80m ² .	Local para 20alunas.	Sala de aula.
Sala n. 08.	12.m ² .	Local para 15 alunas.	Sala de aula comum.
Sala n. 09.	19.25m ² .	Local para 15 alunas.	Sala de aula comum.
Sala n. 10.	80.40 m ² .	Local para 60 alunas.	Laboratório de Física e Química.
Sala n. 11.	52.20m ² .	Local para 52 alunas.	Sala de Geografia.
Sala n.12.	52.20m ²	Local para 52 alunas.	Sala de Desenho.
Sala n.13.	48.00m ²	Local para 48 alunas.	Sala de aula comum.

Fonte: Planta original do Colégio, desenhada por Antônio Ramos e tendo como Engenheiro responsável o Sr. José Rollemberg Leite.

Conforme se observa no quadro acima, havia uma diversidade de funções pedagógicas em variadas salas, demonstrando o dinamismo em relação aos conteúdos ministrados. As salas de aulas com disciplinas pedagógicas específicas – tais como Geografia³⁹, História Natural⁴⁰, Línguas Vivas⁴¹, Trabalhos Manuais⁴²,

³⁹ V – Sala especial Geografia – Situada no andar superior, mede a sala de geografia 52.20m² de superfície com uma área de iluminação de 10m², cuja relação lhe confere nota 9. Nessa sala há trinta carteiras individuais para as alunas e uma mesa com 1,20 por 0,80 sobre um estrado para o professor, um armário para livros, um para mapas, outro para globos, termômetros, barômetros. Fonte: Relatório de inspeção federal (1953).

⁴⁰ VI – Em virtude das condições da fonte não foi possível a identificação dessa sala. Fonte: Relatório de inspeção federal (1953).

Desenho⁴³ e o laboratório de Física e Química⁴⁴ – eram separadas por seus objetos de pesquisa e experimentos específicos.

No sentido de apreendermos sobre a questão da apropriação do que era ensinado no espaço educativo do Colégio e a respeito da arquitetura escolar, recorreremos a Bencostta (2005, p. 45), que afirma que “a arquitetura monumental ostentava representações sociais e políticas e o convívio com longos corredores, grandes janelas, a higienização dos espaços e o destaque do prédio escola com relação à cidade”. Essa apropriação deu-se pela transmissão dos agentes educativos, ao incorporar uma prática pedagógica voltada aos conhecimentos científicos, práticos e experimentais. Sendo que outras salas do Colégio tinham determinados valores junto à administração da instituição. Sobre a função simbólica desse espaço, segundo Magalhães,

[...] os colégios que começaram por ser residência de estudantes evoluíram para instituições educativas multifuncionais, [...], cabia aos prefeitos a função de orientação e de acompanhamento, dos alunos ministrando a ordem e cuidando do aproveitamento pedagógico do aluno (MAGALHÃES, 2004, p. 47).

Temos então que o Colégio era dividido em dormitório das internas⁴⁵ com cinco banheiros e seis W/C, dormitório da superiora⁴⁶, dormitório das religiosas⁴⁷

⁴¹ Línguas – um aparelho cinematográfico e fonador de que dispõe o estabelecimento. Além de postais, revistas, livros e discos em português, inglês e francês. Fonte: Relatório de inspeção federal (1953).

⁴² A cadeira desta disciplina dispõe de um serrote, serrinhas, alicates, martelo, limas chatas e redondas, prego, parafuso, cartolina, barra para modelagem, arame, metal em folha tintas, vernizes, cola etc. Fonte: Relatório de inspeção federal (1953).

⁴³ A sala é bastante ampla e arejada. Mede 52,20m², achando-se iluminada por uma área de 10,28m². As carteiras são individuais, em número de 30, com tampo ligeiramente inclinado. Com modelos anatômicos em gesso, alguns sólidos geométricos. Há também quadro-negro, mesa para o professor, esquadros, réguas, transferidores. Fonte: Relatório de inspeção federal (1953).

⁴⁴ Laboratório de Física e Química. Sala mede 63,00m² com 7,68 da área de iluminação, dispõe de elementos de ótimo aparelhamento, conforme relação anexa: Fósforo branco, sódio metálico, lodo, enxofre, ácido sulfúrico, bióxido de manganês, cal, entre outros elementos. Fonte: Relatório de inspeção federal (1953).

⁴⁵ As instalações do internato comportando 39 alunas, dispõem de seis janelas, três portas que se comunicam com a varanda interna, próxima aos banheiros e aos aparelhos sanitários. Possui cama de patente, de madeira com lastro de arame de molas, colchões individuais de palha. A roupa de cama é numerada e de uso pessoal, as camas acham-se a uma distância conveniente. Fonte: planta superior do Colégio, de 1940, conforme distribuição dos espaços apresentados na planta da Figura 8.

⁴⁶ O dormitório da superiora ficava na parte superior do Colégio, em um quarto isolado das demais religiosas, com acesso direto ao dormitório das internas e demais dependências do pavilhão superior. Fonte: planta superior do colégio, de 1940, conforme distribuição dos espaços apresentados na planta da Figura 8.

com três W/C, e dois banheiros, gabinete dentário⁴⁸, gabinete médico⁴⁹, sala de enfermagem⁵⁰, rouparia, cozinha, refeitório, auditório, capela, biblioteca⁵¹, lavanderia e pátio. Era desta forma que se dividia o Colégio.

A arquitetura do Colégio Patrocínio de São José deveria dar visibilidade ao seu edifício, cumprindo muitas das exigências preconizadas pelos governos. Segundo Bencostta:

O plano arquitetônico em U indica, na sua fachada, rente à rua, função de resguardar o pátio interno em torno do qual estão interligadas as dependências do edifício. Este jogo combinatório, que coloca um limite à liberdade visual e espacial do observador, é decorrente da antítese entre o espaço exterior e o interior, que tem, na sua fachada, a linha divisória que desperta a admiração daquele que a contempla ao mesmo tempo em que produz o ocultamento de seu interior (BENCOSTTA, 2005, p. 111).

Em nossa pesquisa para a construção deste trabalho, feita em sua maior parte no Arquivo da instituição, percebemos a preocupação dos idealizadores do Colégio em apresentar à sociedade aracajuana uma construção moderna que atendesse aos anseios dos seus estudantes e que estivesse dentro dos novos padrões educacionais exigidos à época. Assim, segundo Santos (2013, p. 203), “as preocupações do início do século XX transpareciam nas construções. Ideias de higienismo, da pedagogia moderna e dos militares eram elucidadas em diferentes aspectos das construções”.

Ainda nos detendo sobre os espaços da instituição destacamos a capela: local pensado para o recolhimento, reflexão e celebrações; e o auditório: ambiente importante nas atividades sociais da instituição como festas beneficentes,

⁴⁷ O dormitório das religiosas ficava na parte superior esquerda do edifício com acomodação para 30 religiosas. Contava com camas individuais, rouparia, w/c e banheiros. Fonte: planta superior do Colégio, de 1940, conforme distribuição dos espaços apresentados na planta da página 60.

⁴⁸ A respeito do gabinete dentário só foi possível identificar pelos relatórios de 1941 – 1946 os seus materiais, sem conhecer os profissionais que lá atuaram. Fonte: planta superior do Colégio, de 1940, conforme distribuição dos espaços apresentados na planta da Figura 8.

⁴⁹ O gabinete médico era de responsabilidade da médica Maria do Céu, que era responsável pela avaliação biométrica e de saúde das alunas, atuando no tratamento e acompanhamento de alguma enfermidade. Fonte: planta superior do Colégio, de 1940, conforme distribuição dos espaços apresentados na planta da Figura 8.

⁵⁰ Local de guarda das roupas pessoais das internas que eram identificadas por nome, número e data. Era de responsabilidade da prefeita guardar e fiscalizar o uso. Fonte: planta superior do Colégio, de 1940, conforme distribuição dos espaços apresentados na planta da Figura 8.

⁵¹ A biblioteca do colégio tinha um variado acervo literário composto de obras nacionais e internacionais, havendo livros sobre saúde, línguas estrangeiras, civismo, romances, religiosos, entre outros. Fonte: planta superior do Colégio, de 1940, conforme distribuição dos espaços apresentado na planta da Figura 8.

formaturas, saraus, apresentações e reuniões de pais. A construção foi feita no sentido de divisão em células, em um espaço físico. Segundo Bencostta (2005, p. 188) “analisando-se a arquitetura escolar, pode-se perceber que cada lugar é pensado para uma função e destino especificamente a alguns indivíduos, num discurso em que arquiteto e pedagogo falam a mesma linguagem”.

No que se refere ao mobiliário do Colégio, esse também deveria receber uma maior atenção dos seus agentes, seguindo as normas vigentes sobre educação. Com requinte e sofisticação, ser confortável, respeitando principalmente as áreas de maior visibilidade ao público. Para cada agente educativo da instituição deveria haver um mobiliário específico que se harmonizasse com a nova construção. Neste prisma os agentes apropriam-se do espaço, ordenando-o, definindo onde cada coisa deve ficar, sendo que as relações estabelecidas após esta representação formavam um campo que definia a lógica das coisas.

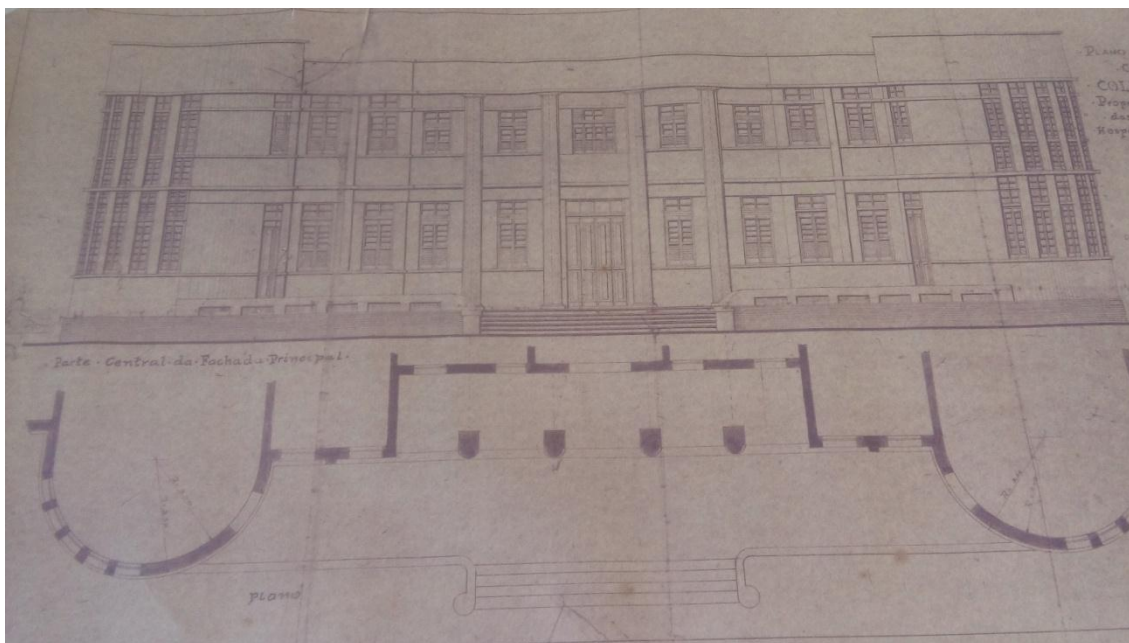
Figura 9 – Mobiliário do Colégio com armários de lençóis e sapatos e os materiais pedagógicos da sala de aula



Fonte: Arquivo da própria instituição, ano de 1949.

A representação de grandiosidade do edifício construído especificamente para funcionar o Colégio pode ser percebida pela sua planta. Na imagem a seguir observa-se a fachada principal do Colégio Patrocínio de São José, através da sua planta de 1937. Erguia-se, onde até então só havia terrenos alagados e casas em locais remotos, um majestoso edifício destinado a instruir a mocidade de Aracaju e Sergipe.

Figura 10 – Vista da planta da área frontal do Colégio Patrocínio de São José (1937)



Fonte: Arquivo do Colégio Patrocínio de São José.

Estudar o espaço físico de uma instituição é distinguir seus ambientes, suas intenções no local que ocupa. É pensar sobre a materialidade da escola, objeto disciplinador, socializador e civilizador. Associando ao tipo de aluno que vai atender. Ou seja, uma escola não é construída sem antes se pensar em sua clientela. Sobre este tema, Magalhães afirma que:

Conhecer o processo histórico de uma instituição educativa é analisar a genealogia da sua materialidade, organização, funcionamento, quadros imagético e projetivo, representações, tradição e memória, práticas, envolvimento, apropriação. A dimensão material alarga-se das estruturas e dos meios ao processo, à participação e ao produto, enquanto a dimensão simbólica (MAGALHÃES, 2004, p. 58).

Portanto, o bairro São José, localizado em Aracaju, tem a partir do século XX uma redefinição do seu espaço territorial com a construção do Colégio Patrocínio de São José, na década de 1940. A Prefeitura Municipal e o Governo do Estado decidiram investir nesta zona, abrindo ruas e as urbanizando. A imagem a seguir nos apresenta uma cidade ainda em desenvolvimento, com ruas de chão batido.

Figura 11 – Vista área do Colégio Patrocínio de São José (1948)



Fonte: Arquivo do Colégio, autor desconhecido.

A imagem nos é apresentada como importante documento quando queremos aprofundar nossas observações a respeito do Colégio. Estes detalhes são por nós evidenciados ao percebermos sua fachada e após analisar a planta física, suas 32 janelas distribuídas nos pisos inferior e superior, a arborização presente no local, dependências que se ligam por todo o prédio e aos fundos uma área para atividades recreativas e de educação física.

Desta forma, o espaço urbano aos poucos seria preenchido com novos prédios, edifícios, casas e demais construções importantes para sociedade. Desta maneira, a decisão do ocupar estes lugares se faz pela ação do governante, baseando-se em projetos de modernização que se reinventam a cada tempo.

As paredes não falam, mas o local, a área e as acomodações distinguem um homem do outro, uma paisagem e um lugar das outras. São os homens que a definem como locais apropriados para diversas funções sociais.

Era essa a Aracaju do emergir do século XX. As autoridades políticas tentavam construir a imagem de que Sergipe, guiado por sua capital tinha embarcado na modernidade, com palacetes, instituições culturais, escolas modernas, jardins e festas [...] com a implantação do regime republicano os discursos tentam evidenciar as transformações visuais da cidade (SANTOS, 2013, p. 186).

A influência da arquitetura escolar não se realiza por acaso, existe um planejamento, um objeto, uma intenção a serem cumpridos nos traços da planta. O Colégio, construído à frente de uma praça em direção ao Rio Sergipe e ao Oceano Atlântico, receberia os bons ventos que adentrariam pelas janelas de suas instalações.

Uma das preocupações nas edificações do Colégio era adequar o prédio às condições climáticas da região, aproveitando os bons ventos que vinham do mar ao circular por todo o edifício. Levando também em consideração as questões de higiene. Sobre isso Gondra afirma que:

Afastar-se desse quadro descrito e representado como negativo e insalubre constituía-se, pois, um critério para dispor sobre a localização das escolas obedecendo, assim as leis de natureza saudável e produtora de saúde. Tal afastamento era visto como uma estratégia de produção de uma escola e de formação de indivíduos afinados com a pedagogia da natureza, recurso que, no limite, possibilitaria um redesenho do urbano e do humano (GONDRA, 2007, p. 528).

Deste modo, o Colégio, projetado a princípio para ser uma instituição feminina, já se fazia pronto, terminado, suntuoso e nobre. Seguiu os projetos de seus principais mentores, ligados aos campos católicos, intelectuais, políticos e culturais de Aracaju. O palco estava pronto e adequado para receber alunas, professores e familiares.

A princípio a instituição atuou como educandário, ginásio e colégio. Nesse tempo a instituição criava novas modalidades de ensino, ampliando seus alcances no cenário educativo de Aracaju. Segundo Berger “em nome da modernidade, as irmãs investiram nas instalações físicas. Nos primeiros anos da instituição” (2012, p. 77), por sua vez, compreendemos arquitetura escolar como símbolos de uma época histórica marcada por ideias políticas e educativas, além de apresentar uma fonte para estudos da cultura escolar.

Nesta perspectiva, ao se estudar uma instituição educativa deve-se levar em consideração a sua estrutura física como reveladora da sua própria história, com missão a cumprir na formação cívica e moral do cidadão republicano.

Figura 12 – Vista dos fundos do Colégio Patrocínio de São José, em construção no ano de 1939



Fonte: Arquivo da instituição.

Encontramos no arquivo da instituição investigada, um vasto acervo iconográfico, fontes importantes para fundamentação da nossa pesquisa, à medida que cresce o uso deste tipo de fonte nos estudos históricos. Assim discorre Bencostta:

O uso de imagens fotográficas sobre o univérsum scholáris como fonte de pesquisa nas investigações sobre a história das instituições educacionais tem demonstrado potencial analítico suficiente para colaborar na busca e organização de compreensões e explicações acerca da cultura escolar manifestada nos ambientes em que ela interage (BENCOSTTA, 2005, p. 24).

Assim, as imagens têm um valor documental ao apresentar o espaço escolar da instituição nos possibilitando conhecer as cenas do passado, e resgatar a memória às vezes esquecida pelo homem ao passar dos tempos ou não relatada em documentos. Todas as medidas realizadas na construção do Colégio visavam oferecer conforto às suas alunas. No próximo subitem discutiremos a abertura desta casa que desde o ano de sua inauguração foi motivo de destaque na sociedade.

2.3 “Pela mercê de Deus e a caridade do povo de Aracaju” inaugura-se o Colégio Patrocínio de São José

Figura 13 – Foto da fachada principal do Colégio Patrocínio de São José (1940)



Fonte: Arquivo do Colégio Patrocínio de São José.

Na manhã do dia 7 de abril de 1940, em alvorada festiva, a Matriz de São José, após a celebração de uma missa solene, badalava copiosamente os seus sinos, junto à queima de fogos, espantando os pássaros das copas das árvores da Praça Tobias Barreto. Pontualmente às 8 horas da manhã, as irmãs receberam no salão principal do Colégio os convidados, dando início à programação com a execução pela banda da Polícia Militar dos Hinos Nacional, de Sergipe e do Colégio. Este último com música do Major Teles e letra das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição (IFHIC), que apresentamos a seguir:

São José cobrirá com seu manto
A instrução que a todos conduz
Ao saber que produz brilho tanto
Na missão de educar para a luz

**Em busca do ideal
Procurando ter de pé
A luta sem igual
Do ensino pela fé.**

Eia avante, ó jovens lutemos
Pra tornar o estudo um farol
No colégio o lema tracemos
O caráter se faz no crisol.

**Em busca do ideal
Procurando ter de pé
A luta sem igual
Do ensino pela fé.**

É por Deus que o bem conquistamos
Nessa casa de sã instrução
Densas trevas com letras rasgamos
Para Glorificar de nossa nação.

(Música: Major Teles; Letra: IFHIC, 1940, grifo do autor).

Recorremos ao Hino do Colégio para desvendar sua história e perceber como seus agentes se importaram com o espaço educativo, que além da instrução se destinava às outras atividades como o ensino cívico, moral e a catequese. Sua execução ocorre de forma solene em ocasiões e datas importantes para instituição educativa.

Desta maneira, o hino representava o avivamento, o desejo republicano de construir uma pátria forte com homens educados. Esta apropriação era feita por seus agentes quando ouviam os hinos executados nas instituições educativas. Ou seja, esse momento cívico era a celebração dos signos republicanos representados pelas bandeiras do Brasil e do estado de Sergipe. Segundo Horta (1994, p. 1): “Os pais e mestres são agentes da sociedade, encarregados de iniciar a criança no asseio, na obediência, no respeito às conveniências, nos costumes e na grande lei do trabalho”.

Deste modo, a palavra “hino” transitava por todos os programas para identificar como conteúdo pedagógico o Hino Nacional, Hino da Bandeira, Hino da Vitória, Hino da Independência e a Canção do Expedicionário. Como podemos observar pelas finalidades do Canto Orfeônico⁵², no Colégio, nem sempre eram priorizados o desenvolvimento da sensibilidade musical, a intelectualidade e estética das alunas.

Em nossa análise, a disciplina de cântico orfeônico incutia nas alunas posturas e ordenamentos planejados pelo programa da disciplina que iniciava com

⁵² Foi na década de 1930, que a disciplina de Canto Orfeônico passou a ser contemplada nas leis e decretos federais para o ensino secundário. Segundo Horta (1994, p. 147): “A Reforma de ensino de Francisco Campos em 1931 foi resultado da intervenção do maestro Heitor Villa-Lobos em prol da educação musical e, em particular, do Canto Orfeônico na escola”. Com esta reforma, o Governo Federal procurou expandir e tornar o ensino do Canto Orfeônico obrigatório nas escolas, não apenas no ensino primário, como também no ginasial e alçando o curso normal. Ou seja, todas as modalidades de ensino estavam contempladas neste projeto de instrução cívica.

os hinos nacionais e o da escola⁵³. Esta relação se dava exatamente no sentido de despertar nas estudantes o espírito cívico.

O prisma vocacional do Colégio enfatizava a formação de uma mulher cristã para o Brasil republicano, e de acordo com os preceitos da Igreja Católica ao defender a existência de uma sociedade hierarquizada por classes e voltada aos dogmas cristãos.

As famílias tradicionais sergipanas detentoras do capital cultural, econômico, político e social agregados aos seus sobrenomes, buscavam os “bons colégios”, geralmente confessionais, para instruir seus filhos(as), em virtude dos métodos de ensino e sua austeridade. Não faltaria vigor aos agentes educativos às devidas instruções, como podemos perceber na nota do Jornal *A Cruzada*, que descrevemos a seguir.

Festa de cultura e distinção social

Localizado em um dos recantos mais aprazíveis da cidade, na Praça Tobias Barreto, junto a Matriz que lhe empresta o nome, o Ginásio “Patrocínio de São José”, já goza de muito prestígio em nosso círculo educacional é inaugurado com a presença do Governador do Estado Dr. Eronildes Pereira de Carvalho, o Prefeito do município Dr. Godofredo Diniz Gonçalves, Dom José Thomas Gomes, a Diretora do Colégio Irmã Hercília d’Assunção e demais autoridades da boa sociedade sergipana. (A CRUZADA, 18 de abril 1940, p. 1).

Bourdieu afirma que a respeito do que seja distinção social e cultural “A gestão do depósito de capital religioso (ou sagrado), produto do trabalho religioso acumulado, e o trabalho religioso necessário para garantir a perpetuação deste capital garantindo a *conservação e a restauração*” (BOURDIEU, 2014, p. 59, grifo nosso). As instituições são celeiro cultural, que por meio da estratégia discursiva difunde valores sociais.

Ainda de acordo com Bourdieu (2014, p. 157), “no topo da pirâmide estavam as ‘classes altas’, herdeiras de uma tradição nobre e aristocrática, destinadas a

⁵³ O programa para a primeira prova parcial em junho (1946) seguia os pontos: “1º ponto: Classificação das [sic] Vóses – Cantar para viver – prática; 2º ponto: Gama musical – Hino Nacional – Prática; 3º ponto: Pauta musical – viva o sol – prática, 4º ponto: Linhas suplementares – Hino da Bandeira – Prática; 5º ponto: Voz Feminina – Hino da Vitória – Prática; 6º ponto: Soprano – timoneiro – prática; 7º ponto: Tenor – solfejar – prática; 8º ponto: Canon – o sino da Igrejinha – práticas; 9º ponto: Efeito de acorde – Hino da Independência – Prática; 10º ponto Notas antigas – Canção do Expedicionário – Prática [...]”. Segue o programa oficial do Colégio para as avaliações de junho de 1946 (Anexo XIV), e o programa para segunda prova parcial de novembro de 1946 (Anexos 09 e 15).

reger os destinos da nação”, são os colégios os responsáveis pela renovação e progresso da sociedade onde estarão envolvidos educação cívica e civilizadora.

Assim sendo, com o advento do governo de Getúlio Vargas, especialmente no Estado Novo (1937 – 1945), as ideias republicanas simbolizavam a necessidade de reparar a sociedade, regenerando-a para desenvolver o país, oratória comum aos governantes daquele período. Podemos melhor entender ao analisar o discurso oficial do governador na cerimônia de inauguração do Colégio.

Educar um menino, diz uma criteriosa sentença, é educar um homem, mas educar uma menina é educar uma família. A mulher de hoje não basta uma instrução superficial; o seu papel na sociedade é grande e por isso rege habilitá-la para o seu desempenho dando á inteligência da jovem uma cultura esmerada a segundo as exigências do progresso e da sociedade de nossos dias; todavia, mais que tudo convém formar-lhe o coração, mediante o ensino prático da moral e da religião. Será isto que levantará o nível da mulher cristã, futura mãe e educadora no lar doméstico. Essa formação está confiada às religiosas que não pouparão nenhum sacrifício a sua realização (A CRUZADA, 18/04/1940, p. 2).

O discurso do governador alertava as irmãs para sua real vocação e responsabilidade na educação feminina na sociedade, chamando atenção das religiosas para formação daquelas moças, e demonstrando a importância em inaugurar mais um colégio em Aracaju.

A modelagem de uma instituição é feita no campo social onde ela está inserida, sobre aspectos educativos, culturais, econômicos, políticos e religiosos. É o que define Magalhães (2004, p. 67): “as instituições educativas desenvolvem uma identidade com base na relação com o contexto”.

Para Magalhães “a história das instituições educativas é um campo de investigação em que a instituição e a educação se articulam por ação dos sujeitos” (MAGALHÃES, 2004, p. 67). Deste modo, o autor nos orienta a respeito dos agentes educativos, não se reservando apenas aos professores e aos alunos, mas aos legisladores na formulação das leis, aos governos nas iniciativas públicas, aos líderes religiosos na doutrinação e a toda a interação humana. O campo de uma instituição educativa é amplo na sua materialidade e na sua opção investigativa.

O brilho que ilustrava o Colégio em sua inauguração não o afastava de outros palácios do saber já construídos em Aracaju. Ou seja, sua grandiosidade era a síntese da vontade dos seus agentes em modernas instalações. A aproximação com

a Igreja Matriz de São José era um traço da marca do catolicismo na capital. Para Bencostta, “o edifício escolar manteve historicamente a função de servir também como suporte para outros símbolos que estivessem de acordo com os valores e interesses religiosos, morais e nacionais da sociedade da época” (BENCOSTTA, 2005, p. 189).

Segundo o livro de registro da Congregação (1940), a estrutura do edifício foi apresentada às autoridades presentes, pelas religiosas, durante a inauguração da seguinte maneira: com um sistema de água encanada e um poço artesiano com três caixas d’ água, esgoto sanitário que se destinava à Rua Socorro e o recolhimento do lixo pelo serviço público sanitário. Assim sendo, a capacidade material do estabelecimento atribuía um metro quadrado a cada aluna, comportando 176 alunas em cada turno. O horário de funcionamento era das 8h às 12h e das 13h às 17 horas.

Após apresentação do programa oficial da inauguração, os convidados percorreram todo o edifício a fim de conhecerem as instalações, acompanhados pelas religiosas, segundo o jornal *A Cruzada*,

O perfumado florir da juventude estudantil que por ali passara sob a égide gloriosa do Padroeiro do Bairro São José ergue-se altaneiro e majestoso o edifício do nosso querido estabelecimento de ensino, instituição onde gerações sobre gerações era bebido dos seus sadios ensinamentos, saciando a sede do saber. Algo já sentido pelas autoridades presentes ao visitar seus corredores, as salas de aula, capela, dormitórios e os demais salões. Nesse acolhedor ambiente vai se desenvolver a ação educativa, numa interação recíproca entre alunas e irmãs. (A CRUZADA, 18/04/1940, p. 2).

No entanto, até o período pesquisado, o Colégio ocupa o mesmo lugar de sua fundação, com apenas algumas modificações e ampliações em virtudes do tempo e exigências legais, pouco interferindo na sua suntuosidade, chamando atenção de quem circula pela sua frente.

A fundadora da instituição foi a Irmã Cândida de Maria Imaculada, nascida em Aracaju, no dia 4 de maio de 1895⁵⁴, e que era irmã do Monsenhor Floduardo de Brito Fontes, o primeiro padre ordenado por Dom José Thomas. Na qualidade de diretora e professora, Irmã Hercília de Assunção permaneceu na instituição entre os anos de 1940 a 1945, e como professoras as Irmãs Maria Augusta da Eucaristia e

⁵⁴ Fonte: <www.colegiopatrocinio.com/#!/historia>. Acesso em: 20 jan. 2016.

Irmã Consolação do Bom Jesus. Esta última também era cozinheira do Colégio. Ambas atuaram inicialmente oferecendo o ensino primário. As primeiras religiosas se revezavam nos trabalhos pedagógicos e diários do Colégio. Porém, este número foi aumentando à medida que o Colégio implantou outras modalidades de ensino, ampliando o número de matrículas.

Esta análise será mais bem compreendida na seção seguinte, na qual evidenciaremos os principais cursos, a rotina de cada modalidade e as disciplinas ministradas.

3 “AO SABER QUE PRODUZ BRILHO TANTO” – OS CURSOS PRIMÁRIO, GINASIAL, SECUNDÁRIO E ESCOLA NORMAL

Os documentos analisados que compõem as fontes revelaram que havia uma preocupação com a formação integral, científica humana cristã. Os programas que deveriam ser observados pelos professores (as) revelam princípios científicos e religiosos. Através do desenvolvimento de comportamentos e habilidades, quando deveriam adquirir princípios científicos e religiosos organizados pelos programas de ensino do Colégio e observados de perto por seus agentes educativos.

O Colégio de seguimento confessional privado primava no seu regimento pelo cuidado com suas internas ao definir as recomendações em consonância com a legislação em vigor. Exigia-se de suas alunas uma conduta moral e ética norteada pelos princípios morais, católicos e patrióticos, detalhados minuciosamente nos seus artigos.

Desta forma, as famílias e as alunas no ato da matrícula recebiam o regimento que era um instrumento de orientação e regulamentação, que circulava como norma em toda a instituição, independentemente do grau de ensino. Este apresentava um sentimento de controle, vigilância, obediência, as normas, respeito à hierarquia na instituição.

O estatuto do Ginásio Patrocínio de São José previa: 1). As alunas internas terão um dia de saída, no mês (último domingo) de acordo com as médias de comportamento e aproveitamento devendo estar de volta até as 18h. 2). A falta de observância da hora determinada para o regresso ao estabelecimento importa para a menina a perda do direito à saída no mês seguinte. 3). As alunas não deverão trazer joias nem objeto de valor, pois o estabelecimento não se responsabiliza por isso. 4) Devem as alunas escrever aos pais de 15 em 15 dias, mais frequentemente, sendo necessário, todas as correspondências, porém, serão entregues abertas à diretoria, bem como serão abertas por esta toda que vier dirigida às educandas. 5). É permitido as alunas serem visitadas aos domingos e dias santos, das 9h às 11h. Às famílias fora da cidade, permite-se a visita em qualquer hora depois da 8h e antes das 18h, fazer o possível para serem breves além de evitar perturbação no horário escolar. 6). Para se consentir qualquer visita além dos pais, ou irmão, requer-se por escrito o consentimento daqueles, sendo recusada a rapazes, embora parentes das alunas. 7). As alunas concorrerão para as despesas comuns extraordinárias, tais como: passeios, excursões etc. 8). Em caso de doença mandar-se-á aviso aos pais ou correspondentes a fim de providenciarem a respeito do tratamento, salvo se o mal for passageiro e sem consequências. 9). A aluna que

se tornar prejudicial às outras será despedida do estabelecimento. Os objetos que pertencerem às alunas que deixarem de frequentar o Ginásio, devem ser retirados dentro do prazo de dois meses, fim dos quais, serão os objetos dados às alunas pobres. 10). As famílias que residirem fora terão um correspondente encarregado das prestações e com quem a diretoria se entenderá havendo qualquer necessidade. 11). A diretoria não se encarregará de despesas extraordinárias, a não ser que os pais tenham anteriormente se entendido com a mesma. 12). As anuidades serão pagas em três prestações (entrada, junho e setembro). 13). As alunas que entrarem depois de uma prestação começada pagarão por inteiro. No caso de demissão antecipada considera-se finda a prestação começada. As prestações não sofrerão desconto por ausência ou férias. As famílias que tiverem duas ou mais filhas no Ginásio terão abatimento de Cr\$ 100,00 (na anuidade), na pensão sendo de Cr\$ 50,00 na 1ª prestação e de Cr\$ 25,00 na 2ª e 3ª. 14). As alunas que desejarem a roupa lavada no Ginásio pagarão a mais Cr\$ 75,00 por prestação. 15). É terminantemente vedado às internas conversas e as externas trazer para o ginásio revistas, romances, novelas; livros de quaisquer publicações alheias ao estudo. 16). Qualquer outro esclarecimento deverá ser pedido à diretoria do estabelecimento. Eram também ofertados cursos particulares: Piano Cr\$ 30,00 por mês, Pintura Cr\$ 30,00 por mês, Corte e costura Cr\$ 50,00 por mês, Datilografia Cr\$ 30,00 por mês. (A CRUZADA, 15/05/1949, p. 3).

Um dos documentos que melhor define uma instituição educativa é o estatuto, ao expor suas ações por diversos artigos. O pesquisador deve tomá-lo como ponto de partida para alcançar os objetivos da pesquisa, esta fonte auxilia a evidenciar a materialidade da instituição aquilo que se quer conhecer. Assim, convém analisar o Estatuto do Colégio Patrocínio de São José, por representar o que melhor define que “a pedagogia escolar desenvolve estruturas de enquadramento, orientação e avaliação formativa, e ação pedagógica e didática caracteriza-se por uma grande sistematicidade, gerando rotinas e fatores reflexivos” (MAGALHÃES, 2004, p. 35).

Desta forma, convém destacar na pesquisa alguns artigos do Estatuto do Colégio, quando identificamos quais seriam as punições previstas na ocasião em que o mesmo fosse infringido. No primeiro artigo as saídas só ocorriam quando a aluna alcançava algumas medidas tais como: média nas matérias, pontualidade nos horários e bons comportamentos. O Colégio prezava também pela regularidade dos horários, a fim de preservar sua rotina.

Não encontramos nenhum documento que anunciasse algum tipo de punição além do estatuto, porém nessa fonte encontramos a censura a respeito do envio e recebimento de correspondências, a definição dos casos de expulsão, e o controle

com outros tipos de literaturas não recomendadas pelo Colégio. Havendo também um parlatório destinado às conversas apenas com os familiares.

Sendo assim, o Colégio continuava consagrado ao que preconizava o seu hino na busca de uma casa de sã instrução. Na missão de educar não poderia haver adversidades ou dilemas, a instrução deveria seguir a retidão, é o que traz a instituição como propósito.

Os jornais eram tipos de vitrines dos colégios na época. Ao apresentar seus serviços com manchetes e artigos, traziam os leitores a espaços não permitidos pela moral e os bons costumes. Esta vitrine era vista de fora do espaço educativo confessional, só sendo rompida em comemorações e festas, sendo mais bem compreendida por nós em Bourdieu:

O campo de produção simbólica é um microcosmo de luta simbólica entre as classes: é ao servirem os seus interesses na luta interna de produção (e só nesta medida) que os produtores servem os interesses dos grupos exteriores ao campo de produção. (BOURDIEU, 2009, p. 12).

Desta forma, as recomendações acima citadas no regimento serviriam para alcançar os objetivos do Colégio que se especializava em educar moças dando-as melhores condições para o mercado de trabalho, motivadas pelo acompanhamento das religiosas, ao instruí-las no ensino primário, ginásial e escola normal.

Nesta seção, temos como objetivo apresentar as modalidades de ensino ofertadas pelo Colégio Patrocínio de São José, o curso primário, o secundário, com internato, externato e semi-internato, funcionando nos períodos matutino e vespertino.

Os princípios educativos do Colégio também se pautavam no amor e no acolhimento, tentavam as religiosas criar ambiente familiar, na vivência com as internas e externas, sobre as bem-aventuranças e das obras de misericórdia e no respeito às criaturas de Deus. Ideias recorrentes cristãs que primavam pela dimensão pessoal e social das alunas, respaldadas nos seus cursos e currículo.

Os cursos seriam instrumentos para elevar as jovens e moças ao mais alto grau intelectual e moral, respeitando sempre os desígnios da fé católica e as normativas legais, pois de acordo com o que nos afirma Bencostta (2005), “a escola, no início do regimento republicano, trona-se o símbolo da nova ordem”. As escolas-

conventos não agiriam de outra forma, se não seguir os preceitos da nova ordem política e social.

A intenção educativa da instituição visava ao que elas entendiam como formação integral, humana e cristã, através do desenvolvimento de comportamentos e habilidades. A aluna deveria adquirir princípios científicos e religiosos organizados pelo programa de ensino do Colégio.

As células que constituem esta nova ordem são por nós detalhadas no subitem seguinte ao analisar as modalidades de ensino do Colégio e as suas especificidades pedagógicas.

3.1 O curso primário

O curso primário do Colégio Patrocínio de São José iniciou suas atividades no mesmo ano de sua fundação, sobre Inspeção Federal preliminar⁵⁵ para o sexo feminino, no período matutino e vespertino. O curso era destinado às jovens do internato, externato e semi-internato, oriundas da capital e do interior do estado. Em seguida apresentamos uma fotografia das primeiras alunas internas do curso primário.

⁵⁵ No Anexo 02: ofício Ministerial expedido pelo Ministério da Educação e Saúde.

Figura 14 – Foto das primeiras alunas internas do curso primário (1940)



Fonte: Acervo do arquivo do Colégio. Não foi possível identificar os nomes e nem o autor.

A respeito do curso primário, as fontes são escassas. Sobre esta modalidade, no arquivo da instituição só encontramos registros nos relatórios dos inspetores de ensino do Professor José Theles (1947), segundo o inspetor.

Aos trinta dias do mês de maio do ano de mil novecentos e quarenta e sete, estive neste moderno estabelecimento de ensino, em visita de inspeção ao curso primário, pude constatar que as aulas estavam seguindo dirigidas com eficiência, que perfeitamente ajustadas, às normas pedagógicas. As alunas mostraram nas arguições feitas em minha presença aproveitamento e pleno conhecimento dos pontos cursados. [...] Também percorri toso o edifício que além de ser suntuoso é magnificamente distribuído. Obedecem-se com rigor aos mais rígidos preceitos higiênicos, nada ficando a desejar. (José Theles, Aracaju, 30 de maio de 1947).

Portanto, as visitas dos inspetores de ensino justificavam-se pela ação do Estado em acompanhar as práticas pedagógicas da instituição. As atribuições ao

cargo, no Colégio, resultavam na participação das bancas de admissão e provas orais, inspecionar os documentos oficiais referentes aos docentes e discentes, além de averiguar se professores estavam ministrando os conteúdos de forma adequada e se as alunas tinham absorvido as competências necessárias de cada conteúdo. Conforme salienta Valença, “os inspetores como agentes funcionais da normalização e controle dos princípios constituídos pela Diretoria de Instrução, conduziam os professores e estes, os alunos, como fio condutor formado por uma hierarquia funcional”. (VALENÇA, 2005, p. 14).

Por sua vez, o inspetor relatou na sua visita as disciplinas de Português, Latim, Francês, Matemática, História Geral, Geografia Geral, Desenho, Educação Religiosa e Trabalhos Manuais. O currículo representava a prescrição legal da legislação vigente no país e os propósitos da Igreja Católica na formação cristã. Segundo Saviani (2007, p. 57), “as ideias pedagógicas no Brasil foram marcadas por um equilíbrio entre a pedagogia tradicional representada predominantemente pelos católicos e a pedagogia nova”.

As alunas que frequentavam essa modalidade de ensino tinham que apresentar no ato da matrícula: idade de sete anos, atestados de vacina, e que não sofriam de nenhuma moléstia, seguindo um rígido padrão de higiene e saúde. É o que observamos na imagem a seguir.

Figura 15 – Atestado de saúde

DEPARTAMENTO DE SAUDE PUBLICA DE SERGIPE
CENTRO DE SAÚDE

Atestado de Saúde

CARTEIRA N. 9220

Atesto que *Elizabeth Matilde Góis*
com *14* anos, de cor *morena* natural de
Est. Sergipe de profissão *Estudante*
residente em *Grajaú* N. *32*
não sofre de moléstia infecto contagiosa, não apresenta defeito
físico e tem integros aos órgãos dos sentidos.

Aracaju, *26* de *Novembro* de 194 *7*

D. José Carlos Jr.

Fonte: Acervo do arquivo do Colégio.

O atestado de saúde nos apresenta algumas observações interessantes a respeito da admissão de futuras alunas. O Colégio não matricularia, por exemplo, candidatas que sofressem de algum tipo de moléstia física, doenças infectocontagiosas, ou algum agravam de saúde que compromettesse seu desenho na Instituição. Esta era a função do documento. A aluna que comprovasse, quando submetida a exames clínicos, não sofrer nenhuma doença que poderia impossibilitar o seu contato com outras alunas ou suas atividades discentes, era admitida na instituição com o respaldo da Diretoria da Instrução Pública do Estado de Sergipe.

Para algumas alunas o curso primário foi a primeira representação de uma educação formal estabelecida fora dos seus lares. Coube a instituições como o Colégio Patrocínio de São José instruir aquelas moças pela luz de um modelo civilizatório preconizado pelos manuais de ensino. De acordo com Julia (2001, p. 17), “a escola deixa de ser apenas um local de aprendizagem e de saberes para tornar-se também um lugar de incorporações dos comportamentos ensinados”.

A apropriação desses comportamentos é transmitida pelos seus professores e demais agentes envolvidos por diversas metodologias, a exemplo das disciplinas

curriculares, recursos pedagógicos, festividades, normas e disciplinas responsáveis pela preservação da moral e da ordem.

O modelo de avaliação era de provas baseadas na oralidade e escrita, conforme o entendimento dos professores, que seguia a relação de conceitos básicos para cada disciplina. Segundo o diário da professora Ir. Maria Branca, que ministrava aula de Economia doméstica: “Os conteúdos por nós analisados são comuns às prendas do lar e os conhecimentos de receitas e pratos culinários”.

A imagem a seguir mostra um mapa de apuração de notas finais do ensino primário, a média era cinco pontos para qualquer disciplina. É importante observar na imagem que das 17 alunas submetidas ao processo avaliativo, apenas cinco alunas foram reprovadas porque não obtiveram média suficiente. Não ficando claro durante as nossas pesquisas se houve outros tipos de avaliações em disciplinas que estavam fora do currículo oficial, a exemplo da religião e trabalhos manuais.

A composição desta grade curricular seguia parâmetros legais visando ao desenvolvimento intelectual das alunas neste ciclo de estudo, preparando-as para futuras modalidades de ensino. Segundo Berger (2002, p.45), “muitos educadores, preocupados com o progresso do aluno e a socialização dos saberes, têm-se valido da avaliação com o objetivo de obter informações sobre o desempenho do educando”.

Figura 16 – Mapa de apuração dos exames

Mapa de Apuração
dos
Exames Finais do 4º ano primário
Educandário Patrocínio de S. José
Ano letivo de 1947

N.º de Ordem	Nomes	Portug.	Matr.	Geogr.	Hist.	Ét. Civ.	Médias
1	Diana Castro Aragão	39	19	17,5	15	11	49 -
2	Emília Virginia Soares Lima	34,5	15	23	18	9	52
3	Elisabete Matilde Jões	26	18	23,5	20,5	11,5	50
4	Francelina Horta Ribeiro	34	30	30,5	26	14,5	68
5	Jara Rúcia de Almeida	31,5	15	15,5	22	8	46 -
6	Josefina Traha Cerqueira	25	23	23,5	23	15,5	55
7	Maria Eunice Carvalho Fontes	20	10	24	28	14	48 -
8	Maria Estela Brito Amaral	33	18	20	17	13	50
9	Maria Elza de Vasconcelos	23	17,5	25	23	12,5	51
10	Maria Emília Felizola Soares	34	31	27,5	24	17,5	67
11	Maria Lina de Vasso Teles	34,5	31	19,5	26	15,5	63
12	Marlene Loyal Dantas	30	16	36	25	14,5	62
13	Leiza Barreto Kolemberg	24	17,5	25,5	18	10	48 -
14	Maria José Ferreira	42	8	20	24	23	59
15	Maria José Alves dos Santos	46	27	28	20	20	71
16	Maria Gilda Porto	25	26	23,5	13,5	13	50
17	Valdete Alves Campos	24	14	13	11,5	9,5	36 -

Obs.: Reprovadas - 5 alunas

Fonte: Arquivo do Colégio.

As avaliações ocorriam no primeiro e segundo semestre com a média no final do ano. Esse período era de grande euforia pelas alunas, desejosas em saber os resultados finais e chegar ao período de férias. O ensino ginásial para aquelas que

fossem aprovadas seria a entrada em um novo mundo com mais disciplinas e conhecimentos, como. Será apresentado por nós no subitem a seguir.

3.2 O curso ginásial

O curso ginásial, criado no ano de 1945, esteve sobre a inspeção provisória com o processo nº 48.426/45 até a sua inspeção permanente sobre o Decreto Federal: 24764/1948, registro nº 6.340. É nesse ano que o Decreto-Lei nº 8.347, de 10 de dezembro de 1945, altera alguns artigos da carta de 1942, ou seja, a respeito do ensino ginásial, permanecendo o Artigo 25 que fala sobre a educação feminina inalterada. Não é o nosso objeto de estudo a legislação da época, mas a sua representação enquanto ação educativa foi seguida pela instituição que pesquisamos.

Do ensino secundário feminino

Art. 25. Serão observadas, no ensino secundário feminino, as seguintes prescrições especiais:

1. É recomendável que a educação secundária das mulheres se faça em estabelecimento de ensino de exclusiva frequência feminina.
2. Nos estabelecimentos de ensino secundário frequentado por homens e mulheres, será a educação destas ministrada em classes exclusivamente femininas. Este preceito só deixará de vigorar por motivo relevante, e dada especial autorização do Ministério da Educação.
3. Incluir-se-á, na terceira e na quarta série do curso ginásial e em todas as séries dos cursos clássico e científico, à disciplina de economia doméstica.
4. A orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão dentro do lar (BRASIL, 1945).

A entrada dos primeiros professores leigos na instituição ocorreu após a implantação do seu Ginásio, em virtude da diversificação das disciplinas e a formação das religiosas que só obtinham registros provisórios expedidos pelo Ministério da Saúde e Educação. Os primeiros agentes leigos contratados na instituição, de acordo com o livro de ponto dos professores, datado em 1945, eram a médica Maria do Céu⁵⁶; Maria de Lourdes David professora de inglês e francês;

⁵⁶ A médica Maria do Céu (1913 – 1982), por nós apresentada neste estudo, foi a primeira agente educativa com formação em saúde admitida pelo Colégio por apresentar diploma de especialista em Educação Física. Segundo Santana (2009, p.166): “Ganha uma bolsa de estudos para a Escola Normal de Educação Física e Desporto da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro.

Adalberto Campos Silva, professor de educação física; Silvério Reis, professor de história; José Bezerra, juiz de direito e professor de português.

Desta forma, o ingresso de novos professores (as) não consagrados à vida religiosa na instituição representava um novo corpo educativo, pois já tinham uma larga experiência educativa por lecionar em outros colégios. A contratação desses professores dava-se por banca de avaliação.

No caso do Colégio Patrocínio de São José, o seu regimento coadunava com o pensamento do legislador e intelectuais da época quando observamos o anúncio feito pelas religiosas no Jornal *A Cruzada*.

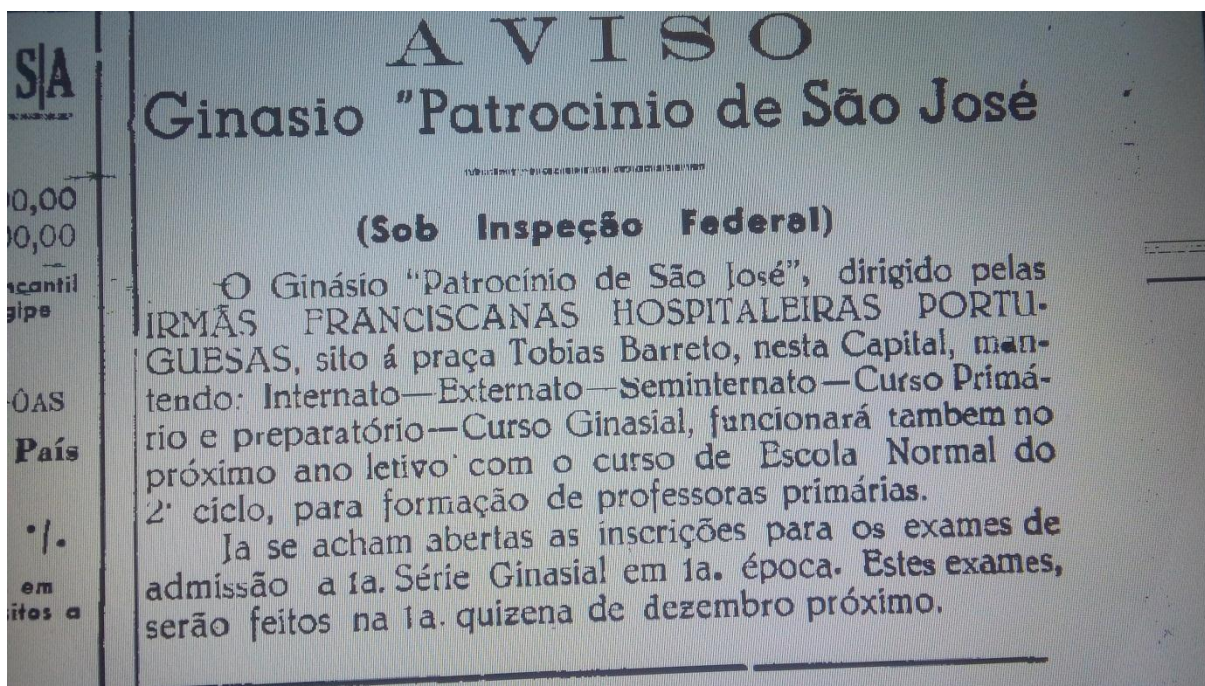
[...] Regime do Ginásio. O ano letivo começa para o Curso Ginásial a 15 de março, termina na primeira quinzena de dezembro e para o curso Primário, em 3 de fevereiro, terminando a 20 de novembro. O ensino está dividido em: Curso Ginásial, de Admissão, Primário e Pré-primário. Recebem-se alunas internas, semi-internas e externas. Serão ministradas às alunas lições graduadas de Religião, Instrução Moral e Cívica, Desenho, Pintura, Trabalho Manuais, a começar pela Costura mais simples até aos mais finos e artísticos (A CRUZADA, 15/05/49, p. 2).

Assim, ao terminar o ensino primário as alunas não precisariam voltar para casa ou procurar outras instituições educativas para cursar o ensino ginásial, passando mais tempo no Colégio. Importante estratégia da instituição quando se pretendia difundir novos saberes, como também elevaria o Colégio no campo social pela importância que se tinha o curso ginásial na época.

As propagandas pedagógicas emitidas pelo Colégio, em jornais e outros meios de cultura, representavam o discurso educativo da instituição na sociedade. Desta forma, o processo de consolidação contou com os meios de comunicação pelo chamamento a matricular jovens e moças em sua diversificada modalidade de ensino. É o que observamos na imagem a seguir.

Estabelecendo duradoura amizade com Maria Lenk. Diploma-se em março de 1944 como médica especialista em Educação Física”. A atuação da médica no campo educativo em Sergipe teve seu início, para Santana (2009), com o convite feito pelo então Governador do Estado, Doutor José Rollemberg Leite, para trabalhar no Departamento de Educação do Estado para o Serviço de Educação Física. É patrona da cadeira vinte e sete da Academia Sergipana de Medicina e empresta o seu nome a uma Unidade Básica de Saúde Localizada na rua Maruim, no centro de Aracaju. É importante ressaltar que a médica foi a pioneira a exercer esta atividade em Aracaju. Segundo as pesquisas de Santana(2009).

Figura 17 – Anúncio de matrícula do Colégio Patrocínio de São José



Fonte: Jornal A Cruzada, 12/11/1945.

Os jornais eram meios de circulação de notícias no campo social, por ser um impresso importante na informação de fatos. Neste sentido, o Colégio divulgava suas ações por acreditar na sua importância social e por ser um impresso da própria Igreja Católica, vinculado à diocese de Aracaju. Outras instituições utilizaram o veículo de informação para promover suas ações educativas.

A preferência em divulgar o Colégio e as suas práticas educativas em jornais de circulação na capital e no interior devia-se para o que é discorrido por Chartier (2009, p. 7) como a “investida de um grande valor simbólico e social, a posse da escrita significava o ingresso no seio de uma cultura gráfica conhecida e partilhada mesmo pelos que não sabiam ler ou escrever, pela difusão de objetos e de suas práticas”. É o que observaremos no *Jornal A Cruzada*.

Os exames de admissão eram exigências legais para o curso ginásial, constituíam a forma de entrada das alunas na instituição e ocorriam nos meses de janeiro a fevereiro de cada ano. Segue nos Anexos XXI e XXII o primeiro Livro de registros dos exames admissionais do Colégio Patrocínio de São José, de 2 de fevereiro de 1945⁵⁷.

⁵⁷ Segundo o livro de registro de 1945, aos dois dias do mês de fevereiro de mil novecentos e quarenta e cinco, foi iniciada a inscrição para exame de admissão à 1ª série do curso ginásial, com o prazo de vinte dias a encerrar-se de acordo com o artigo treze do regulamento vigente conforme edital publicado no Diário do Estado e afixado na portaria deste Ginásio. Ginásio Patrocínio de São

A banca avaliadora era composta por duas religiosas professoras da instituição e um inspetor de ensino designado pelo Estado. As perguntas voltadas a temas das disciplinas de Matemática⁵⁸, Português, Latim, Francês, Inglês, Ciências Naturais, História Geral⁵⁹, Geografia Geral, Geografia do Brasil⁶⁰, Trabalhos Manuais, Desenho e Canto Orfeônico. Além da prova oral havia prova escrita. Era considerada reprovada a aluna que atingisse média inferior a seis.

A instituição mantinha um curso de preparação para os exames, que se realizavam próximo ao início de cada ano letivo. No ano de 1945, encontramos 24 alunas inscritas, naturais das cidades de Maruim, duas; Frei Paulo, duas; Aracaju, 11; Canhoba, uma; Japarutuba, uma; Neópolis, uma; Ribeirópolis, uma; Lagarto, uma; Itaporanga, uma; Carmópolis, uma; Laranjeiras, uma; e uma aluna da cidade Porto Real do Colégio/AL. Aracaju tinha a maior taxa de alunas matriculadas no exame e isso se deve à implantação do ginásial em algumas cidades do interior.

No livro constam os nomes de Antônia Maria Menezes Maynard; Ana Maria Cardoso; Domitila dos Santos Lobão; Enilde Guimarães; Edelzuita Mendes da Silva; Maria Auxiliadora de Souza Torres; Lucia Maria Rodrigues dos Santos; Maiza Morais Ferra; Mariana Barbosa de Oliveira; Aliete Leite de Mendonça; Maria Augusta dos Santos Mendonça; Iêda Carmelo; Ineida Maria de Santana Velame; Maria de Lourdes Ramos; Maria do Carmo Barreto; Venancia Anita dos Santos; Valdeci Prédís Falcão, Iolanda de Carvalho Dória; Jaci Madureira Melo; Marieta Rodrigues de Menezes; Maria Acioli Gomes; Ubiraci Banarino Jorge; Maria de Lourdes Barreto; Cândida Regina Sampaio Pereira⁶¹.

A matrícula das alunas se efetivava com a aprovação dos exames de seleção realizados pelos agentes educativos da instituição. Segundo Graça (2002, p. 37), “obter aprovação nos exames de admissão tinha uma importante comparação à aprovação nos vestibulares atuais”. Pelo que relata a autora na pesquisa, a maioria das alunas vinham de famílias tradicionais do Estado.

O Ginásio do Colégio Patrocínio de São José iniciou com a primeira série do ensino ginásial até o ano que compreende a pesquisa. Segundo o seu livro de

José, Aracaju, 2 de Fevereiro de 1945, Benedita da Silva Pereira (Irmã Maria Branca do Cordeiro Imolado – Diretora).

⁵⁸ Segue em Anexo 03 o programa da disciplina Matemática.

⁵⁹ Segue em Anexo 04 o programa da disciplina de História.

⁶⁰ Segue em Anexo 05 o programa da disciplina de Geografia do Brasil.

⁶¹ Informações encontradas no livro de registro (1945).

registro, as disciplinas do currículo seguiam as diretrizes da legislação e os preceitos da religião católica. O boletim de frequência nos apresenta os dias e a quantidade de aulas ministradas⁶².

Mesmo não constando no Boletim de Frequência, de acordo com o Anexo VI, a disciplina de Religião esteve presente na vida ginásial das alunas. A imagem a seguir nos revela três religiosas ministrando as lições de religião ao inculcar a moral por meio da ideologia católica. Formaria a mulher virtuosa espelhada na Virgem Maria, consciente da sua missão na sociedade em educar. Portanto, de acordo com Cruz e França, “emerge a preocupação da Igreja com as ideias de liberdade, do movimento de luta das mulheres pelos direitos humanos” (CRUZ; FRANÇA, 2011, p. 91).

A seguir observamos uma aula de Religião para alunas ginásiais, ministrada por três religiosas do Colégio, em que ao centro da mesa podemos ver a imagem de Maria. As fontes analisadas permitiu-nos afirmar que a disciplina de Religião era ministrada pela diretora, secretária e a prefeita do Colégio. Ambas se revezavam nos conteúdos, envolvendo os práticos e teóricos. Um dos mais identificados foi o estudo dos santos (as), as autoridades da igreja, a bíblia e os apóstolos. As práticas correspondiam aos dias santos, missas e rezas. Mesmo não constando nos boletins nenhum conceito, acreditamos que o desejo maior da disciplina era formar espiritualmente as jovens e moças.

⁶² Segue em Anexo 06 o primeiro boletim de frequência dos meses de março e abril de 1945.

Figura 18 – Imagem da aula de religião (1945)



Fonte: Acervo da instituição.

É nos colégios católicos que melhor difunde-se esta prática por seus agentes, assim afirma Horta:

A elaboração dos programas de ensino religioso e a escolha dos manuais seriam de responsabilidade das autoridades religiosas. A elas caberia também designar os professores e vigiá-los, no que se referisse à doutrina e à moral. Assim, na prática, o ensino religioso equivalia a ensino da religião católica (HORTA, 1940, p. 100).

Ainda sobre as fontes a respeito do ensino religioso no Colégio, essa era uma modalidade ministrada nos cursos primário, secundário e curso normal, tendo não apenas a sala de aula como seu ambiente de estudo, mas a capela do Colégio, o pátio e ainda as missas na Igreja Matriz de São José, as festa religiosas, rituais de primeira eucaristia e crisma, entre outras atividades religiosas.

Figura 19 – Imagem da Capela do Colégio Patrocínio de São José



Fonte: Arquivo do Colégio.

Nos colégios de tradição católica as imagens dos santos, quadros de religiosas e padres, ocupam lugares simbólicos reservados aos seus cultos e adorações por representar. Modelos de homens e mulheres que devotaram suas vidas à causa da educação e da fé cristã.

Desta forma, o ensino religioso alcançava sobre a nossa análise o que Bourdieu (2005) define como prática específica do campo religioso.

As diferentes instâncias religiosas, indivíduos ou instituições, podem lançar mão do capital religioso na concorrência pelo monopólio da gestão dos bens de salvação e do exercício legítimo do poder religioso enquanto poder de modificar em bases duradouras as representações e as práticas dos leigos, inculcando-lhes um *habitus* religioso. (BOURDIEU, 2005, p. 57).

Portanto, o campo educativo é repleto de significados incorporados por seus agentes quando definem suas ações e táticas, que buscam alcançar novos espaços em face do capital produzido por sujeitos especializados. Não se restringem apenas ao seu capital, mas atuam em diversos espaços sociais como hospitais, colégios, sindicatos, universidade, igrejas, dentre outras instituições educativas, definindo regras, valores, normas e discursos.

Ante outras instituições educativas em Aracaju, o Ginásio do Colégio Patrocínio de São José participou da vida social e cívica da cidade em vários eventos da época. Segundo Simone Amorim (2009, p. 27), “é importante salientar

que a memória não é somente construída por pessoas e acontecimentos, mas também por lugares de apoio à memória”.

Figura 20 – Alunas do pelotão da Bandeira no primeiro desfile cívico do Ginásio Patrocínio de São José (1946)



Fonte: Arquivo do Colégio.

A figura nos apresenta práticas culturais do Colégio, nas representações do civismo escolar. A imagem nos leva a um tempo que passou, esta viagem nos traz diversos significados. Alunas todas uniformizadas, agrupadas, demonstravam a importância da instituição no campo educativo em Aracaju. Além de atender às recomendações legais da época, a cultura cívica estava presente por todas as práticas educativas do Colégio. Segundo o seu próprio Hino: “É por Deus que o bem conquistamos nessa casa de sã instrução densas trevas com letras rasgamos para Glória de nossa nação” (Letra IFHIC, 1940).

Segundo Horta, “tratava-se de dar aos alunos a compreensão e despertar neles o sentimento da pátria como um patrimônio a ser defendido e ampliado”. Quem poderia dar continuidade a esta ideologia eram os colégios, deles saíam o(a) futuro(a) cidadão(ã).

A militância cívica não ficou apenas nas paradas do sete de setembro, mas se estenderia principalmente em colégios de ensino ginasial através das disciplinas de Cântico Orfeônico, História e Geografia do Brasil e adentrando outros espaços. É o que bem representa os Anexos 16 e 17, a respeito das relações entre o Colégio e o

Estado. O ofício recebido pelo Colégio, enviado pelo Departamento de Educação do Estado, demonstra o empenho em produzir esta cultura nacionalista, com postura favorável ao regime do Estado Novo.

Figura 21 – Imagem das ginásianas e normalistas em frente ao Colégio, recepcionando o segundo Bispo de Aracaju, Dom Fernando Gomes (1949)



Fonte: Arquivo do Colégio.

Assim, as datas cívicas foram comemoradas por meio de conferências, peças recreativas, concertos, apresentações de ginásticas, marchas e cantos cívico-patrióticos em muitas escolas, ruas e praças de Aracaju. Segundo Melins (2007), essa ocasião era aguardada por muitos estudantes dos tradicionais colégios da capital e seus familiares, por representar momentos de entusiasmo entre os familiares presentes.

Tudo deveria ocorrer com o maior brilhantismo e organização a fim de agradar às autoridades, convidados e sociedade local. Era nessa ocasião que muitas alunas do Colégio poderiam ter contato com outras alunas de outros colégios, ou até mesmo um ligeiro galanteio por parte dos rapazes. De acordo com Melins:

No dia da Independência, os preparativos para a grande festa começavam com as mães engomando as fardas dos rapazes. Esses engraxavam os sapatos pretos, com graxa “Enigma”. Já as moças,

passavam ferro em blusas e nas saias plissadas dos seus uniformes, cuidavam dos seus cabelos, untavam os cílios com “Cilion”, escolhiam as fitas, diademas, chapéus e luvas, pois sabiam que seriam observadas e admiradas naquela festiva tarde. A partir das 14 horas, as ruas já se encontravam bastante movimentadas com estudantes alegres que se dirigiam aos colégios, a fim de aguardar o início da parada. Muita gente deixava suas residências para procurar os melhores lugares nas calçadas das ruas e praças, por onde passaria o desfile. Os colégios diferenciavam-se pelas cores de suas fardas e guarnições: Atheneu Sergipense: azul-marinho; Colégio Tobias Barreto: Verde; Colégios Nossa Senhora de Lourdes, Patrocínio São José e Escola Normal Rui Barbosa: azul-marinho; Colégio Jackson de Figueiredo: grenat. (MELINS, 2007, p. 274-275).

Desta forma, as festividades eram abertas ao público, mas não obrigatórias aos familiares das alunas do Colégio. Coerente com Magalhães (2004, p. 127): “As instituições educativas são organizações criativas, na sua vivência interna, e construtivos no que se refere à relação com a comunidade e com os públicos a quem se destinam”. Desta maneira, ficou evidenciado pelas fontes encontradas que o Colégio não se manteve neutro à propaganda cívica do país, movimentando seus agentes em consonância com seus projetos educativos.

Figura 22 – Imagem das alunas formadas para o desfile cívico de 1946



Fonte: Arquivo do Colégio.

As paradas cívicas com seus alunos(as) bem uniformizados(as), alinhados(as), militarmente sincronizados(as), atendia aos desejos republicanos sobre uma unidade política e nacional. Ao tomar os colégios como palco deste projeto educativo, acabava-se por inculcar “em todas as crianças brasileiras ideias e sentimentos necessários à existência da nacionalidade” (CARVALHO, 2008, p. 54-55). A difusão do patriotismo sucedia no próprio ambiente educativo com diversas atividades ligadas a este campo.

Desta forma, o Colégio ampliou seu organismo vivo⁶³, criando novas modalidades de ensino, com cursos de aperfeiçoamento e profissionalizante. Esta expansão elevaria a instituição no mesmo nível dos colégios da capital e atenderia às necessidades da sociedade, uma possibilidade era cursar a escolar normal.

Ainda sobre as festividades cívicas em Aracaju, organizadas pelo cerimonial do Estado, quando nos referimos à ordem da formação dos pelotões, iniciava com o Exército, a Marinha e a Polícia Militar, após seguia a sequência com os colégios. Segundo Melins:

⁶³ Tomamos o conceito de Magalhães (2004) quando nos orienta sobre uma instituição educativa: “analisar a genealogia da sua materialidade, organização, funcionamento, quadros imagético e projetivo, representações, tradições e memórias, práticas, envolvimento, apropriação”. É por nós compreendido como organismo intrínseco formado por seus agentes educativos.

Geralmente, o desfile obedecia à seguinte ordem: 1 Atheneu Sergipense; 2 Colégio Tobias Barreto; 3 Colégio Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora; 4 Colégio Jackson de Figueiredo; 5 Escola Normal Rui Barbosa; Colégio das Freiras Nossa Senhora de Lourdes e o Colégio Patrocínio de São José. (MELINS, 2007, p. 276).

Assim, os colégios masculinos com seus organizados pelotões ginasianos puxavam o desfile, ficando por último os de seguimento feminino em Aracaju. Algo que não ofuscaria a exuberância da apresentação, quando o autor analisou a parada de 1946, deixando a plateia na expectativa.

Quando ao término do ginásio, algumas alunas ampliavam seus estudos quando cursavam na própria instituição o curso normal. É o que tratamos no tópico a seguir.

Além do Sete de Setembro, se comemorava o Dia da Bandeira, do Soldado, de Tiradentes, Independência de Sergipe, Aniversário da Cidade de Aracaju e Dia do Índio. Datas do calendário escolar cívico, inscrito no panteão republicano, simbolizadas por ícones e mártires. A apropriação desta simbologia cívica dava-se no ambiente escolar por definição dos seus agentes ao modo como seriam representados todos os acontecimentos históricos. Ou seja, era importante envolver as alunas na história de cada data, inculcando a elas valores patrióticos.

Diante disso, esta transmissão do saber deu-se através da arquitetura curricular, didático-pedagógico, tudo supervisionado e orientado por seus agentes educativos que, durante o período em que a escola dedicou-se à educação apenas feminina, compuseram seu quadro docente, a saber, padres, religiosas, leigos e demais colaboradores da instituição.

3.3 O curso normal

As escolas normais no Brasil surgiram nas primeiras décadas do século XIX, como principais instituições educativas na formação de professores para o Magistério primário. De acordo com Freitas (2003, p. 29) “no Brasil, as escolas normais datam do início do século XIX, nas províncias de Niterói (1835), Bahia (1836), Ceará (1845), São Paulo (1846), Pará (1839), Sergipe (1870) e Goiás (1882)”, e outros estados a exemplo da Escola Normal da Parahyba do Norte (1884). A autora nos orienta que inicialmente nessas escolas a matrícula era apenas masculina.

A historiografia do curso normal em Aracaju⁶⁴ seguia as iniciativas de presidentes da província inicialmente para formar professores posteriormente em ampliar o acesso feminino à educação, dos médicos higienistas ao incutir boas práticas de saúde e da igreja católica na doutrinação moral da mulher. Sobretudo, cabia à escola normal preparar professores competentes para o magistério primário.

As configurações da instrução feminina em Sergipe, representadas pelas instituições educativas no século XX, possibilitaram às jovens e moças o acesso à instrução mais elementar ao mais elevado grau. De acordo com Freitas (2003, p. 37), “as escolas normais constituíam um espaço de formação socialmente aceito, responsável pela profissionalização de um grande número de mulheres. A possibilidade de exercer uma profissão socialmente permitida”.

A criação dos grupos escolares pautados em uma nova pedagogia, com modernas instalações, exigia um corpo docente mais preparado a assumir as escolas na capital e no interior do estado, ampliando o campo de atuação das normalistas.

Na década de quarenta do século XX, funcionou no Colégio Patrocínio de São José, a escola normal de segundo 2º ciclo feminino, autorizado sobre o Decreto-Lei Estadual nº 815057, de 31 de agosto de 1946, de acordo com a Lei Federal nº 8.530, de 2 de janeiro do mesmo ano. Foi equiparado à Escola Normal Rui Barbosa, sobre o Decreto-Lei nº 85 de 30 de julho de 1949.⁶⁵ Foi a segunda escola normal confessional criada em Aracaju.⁶⁶ O curso era voltado à formação de professores primários.

A instituição por nós estudada contribui para a feminização do magistério em Sergipe, em tempo que esteve em consonância com os planos republicanos ao incentivar a formação de mais professores primários até a metade do século.

Desta forma, a organização burocrática de uma instituição é composta de leis, regulamentos, normas, inspeções, calendários, contabilidade, cronogramas de

⁶⁴ A primeira Escola Normal em Aracaju foi fundada em 1870. Segundo Freitas (2003, p. 12): “A historiografia educacional em Sergipe marca o ano de 1870 como sendo o da fundação da Escola Normal, quando editou-se o regulamento de 24 de outubro, através do qual foi criado o Atheneu Sergipense.” Porém, de acordo com a autora, o curso normal de matrícula feminina somente existiu no ano de 1877, acontecendo suas aulas no próprio prédio do Atheneu. Enfatiza a autora que as ordens religiosas, no início do século XX, criaram e mantiveram cursos normais em Aracaju, a exemplo do Colégio Nossa Senhora de Lourdes (1936). Nesta paisagem educativa compreendemos que a Escola Normal do Colégio Patrocínio de São José é inserida como a segunda instituição confessional a formar professoras.

⁶⁵ Fonte: Livro de registro de reuniões da Escola Normal (1950). Acervo do arquivo do Colégio.

⁶⁶ A primeira Escola normal confessional em Aracaju foi a do Colégio Nossa Senhora de Lourdes.


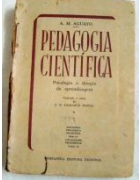
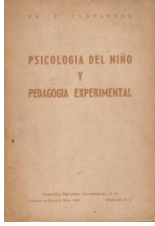
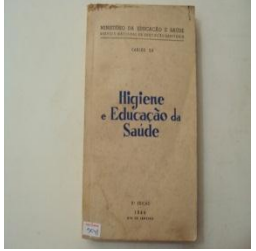
avaliações, estatutos, regimes e outras normas que validem o seu poder instituinte. “As instituições educativas, de forma particular e na sua dimensão sistêmica, são realidades dentro de uma outra realidade” (MAGALHÃES, 2004, p. 67).

A ação educativa exercida pelos sujeitos na instrução é um organismo vivo pelo qual os agentes apropriam-se das mensagens e normas, reproduzem o que foi aprendido para novos sujeitos. “O capital cultural é um ter que se tornou ser, uma propriedade que se fez corpo e tornou-se parte integrante da ‘pessoa’, um ‘*habitus*” (CATANI; NOGUEIRA, 2014, p. 65).

O gabinete de leitura do Colégio em 1953 contava com 1.124⁶⁷ obras diversificadas por vários temas, assuntos e autores. Os manuais do curso normal, por nós analisados, nos dão a dimensão da diversidade de conhecimentos pedagógicos necessários para a formação das normalistas. São importantes fonte quando buscamos identificar quem escrever a fim de conhecer as suas principais interpretações da sociedade da época. A respeito dos manuais da escola normal, considerando as principais obras no campo do ensino normal que constituíam o *corpus* deste curso, constam no quadro.

⁶⁷ Relatório apresentado pelo Colégio em 1953 ao Inspetor Federal de ensino, o professor Aristeu Acioly, este documento contém o inventário da Biblioteca Irmã Rosa.

Quadro 4 – Autores e títulos

Autores	Títulos	Editora	Capa
Bento de Andrade Filho	História da Educação	Saraiva, ano 1953.	
Everardo Bacheuser	Manual da Pedagogia Moderna	Globo, ano 1948.	
A.M. Aguayo	Pedagogia Científica	Companha Editora Nacional.	
Dr. E. Claparede	Psicologia del Niño	Editora Albatroz, 1944.	
Teobaldo Miranda Santos	Metodologia do Ensino Primário	Editora Fernandes e Guimarães, ano desconhecido.	
Carlos Sá	Higiene e Educação da Saúde	Ministério da Educação e Saúde, ano 1944.	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do acervo da biblioteca Irmã Rosa, apresentado em relatoria de inspeção em 1953, no Colégio Patrocínio de São José.

Os manuais da escola normal difundiam novas práticas pedagógicas sobre saúde e higiene, seguindo um programa de estudos modernos em que a apropriação pela normalista de técnicas e saberes, designadamente como estrutura do magistério primário, serviria para sua prática na sala de aula.

A apropriação pelas normalistas dos conhecimentos pedagógicos deu-se pelo currículo de 1946, amparado pela Lei nº 8.560 de 02/01/1946, com duração de três anos. O curso seguia com as disciplinas do campo pedagógico, religioso, médico e político, conforme observamos no Quadro 5.

Quadro 5 – Disciplinas do currículo da Escola Normal

Primeiro ano	Segundo ano	Terceiro ano
1) Português. 2) Matemática. 3) Física e química. 4) Anatomia e fisiologia humanas. 5) Música e canto. 6) Desenho e artes aplicadas. 7) Educação física, recreação, e jogos. 8) Ensino Religioso. 9) Puericultura. 10) Trabalhos Manuais.	1) Biologia educacional. 2) Psicologia educacional. 3) Higiene e educação sanitária. 4) Metodologia do ensino primário. 5) Desenho e artes aplicadas. 6) Música e canto. 7) Educação física, recreação e jogos. 8) Ensino Religioso. 9) Trabalhos manuais. 10) Agricultura.	1) Psicologia educacional. 2) Sociologia educacional. 3) História e filosofia da educação. 4) Higiene e puericultura. 5) Metodologia do ensino primário. 6) Desenho e artes aplicadas. 7) Música e canto. 8) Prática do ensino. 9) Educação física, recreação e jogos. 9) Ensino religioso. 10) Trabalhos Manuais.

Fonte: Relatório de inspetor das escolas normais do estado, Sr. Exupero Monteiro, ano 1946.

A apropriação do conhecimento pedagógico é compreendida pelo que nos orienta (BOURDIEU, 2010, p. 61) “o *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um *haver*, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural”. Possibilitando a construção de um *habitus* docente de acordo com o Estado Novo. Nessa construção o discurso político, encontra nas escolas um terreno permeável na busca da transmissão das principais ideias do regime.

Figura 23 – Diploma de conclusão do ensino normal

NOTAS E GRAUS DE APROVAÇÃO OBTIDOS PELA ALUNA	
<i>Maria de Lourdes Oliveira</i>	
NOS EXAMES FINAIS DO CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PRIMÁRIOS	
Matérias	Notas e Graus
Português	85
Matemática	93
Pedagogia	94
Metodologia do Ensino Primário	91
Biologia Educacional	94
Psicologia Educacional	94
Desenhos e Artes Aplicadas	92
Música e Canto Orfeônico	95
Educação Física, Recreação, Jogos	90,2
Fundamentos Sociais da Educação	85
Puericultura e Educação Sanitária	83
Prática de Ensino	91
Administração Escolar	100
<i>Literatura</i>	<i>77,2</i>
GINÁSIO "PATROCÍNIO DE SÃO JOSÉ", EM 5 DE <i>dezembro</i> DE 1952.	
<i>Smta. Maria Carmélia da Sousa</i> Secretária	

Fonte: Arquivo do Colégio Patrocínio de São José.

Ao analisar a imagem, identificamos as médias e disciplinas cursadas pelas normalistas nos anos de 1949 a 1952. Ao confrontar com o Quadro 4, identificamos que algumas alterações acerca do conhecimento da Literatura, administração escolar, fundamentos sociais da educação e pedagogia, compõem a base do curso.

O jornal *A Cruzada* nos evidencia que, mesmo que a Figura 23 não apresente a disciplina de ensino religioso, ela esteve presente no corpo das disciplinas educativas do ano de 1952. "O conceituado Colégio Patrocínio de São José, em solenidade distinta que contou com a presença do Paraninfo da turma, o Dep. Federal Dr. Leandro Maynard, diplomou 18 senhoritas habilitadas no curso normal e catequese" (*A CRUZADA*, 17/11/1952). Fazia parte da formação das normalistas estudos relacionados às escrituras sagradas com ênfase a vida dos santos.

Quadro 6 – Distribuição das disciplinas pelos dias da semana do curso de formação de professores em 1952

Disciplinas	1º ano: aulas por semana.	2º ano: aulas por semana.	Turnos
Português	04	03	Matutino
Pedagogia	03	04	Matutino/vespertino
Matemática	04	03	Matutino
Metodologia do Ensino Primário	02	03	Matutino/vespertino
Literatura	01	01	Matutino
Biologia Educacional	02	02	Matutino
Ed. Física Recreação e Jogos	01	01	Vespertino
Música e Canto Orfeônico	01	01	Vespertino
Psicologia Educacional	01	01	Matutino/vespertino
Desenho e Artes Aplicadas	01	01	Vespertino
Administração Escolar	_____	02	Matutino
Puericultura e Educação Sanitária	01	01	Vespertino
Fundamentos Sociais da Educação	01	02	Matutino
Prática de Ensino	_____	02	Vespertino

Fonte: Livro de registros de aulas e ponto de professores 1952.

O curso ocorria em período matutino e vespertino. Ao notarmos pela distribuição das disciplinas, os horários e o tempo de estudo de cada uma, podemos compreender que o curso era dividido em eixos temáticos. O primeiro da base pedagógica com as disciplinas Pedagogia, Metodologia do Ensino Primário, Biologia Educacional, Administração Escolar, Fundamentos Sociais da Educação, Prática de Ensino e Psicologia Educacional. Essas disciplinas preparariam as normalistas para sua vivência na sala de aula, por métodos estruturantes do saber, conhecer e fazer.

Além do livro de registros dos professores que permitiram a realização do Quadro 6, identificamos outro documento a respeito da vida escolar das normalistas. Esta fonte nos ilustra a disciplina de Inglês, exigida no exame de admissão, porém na formação escolar não havia a aplicação como requisito para sua formação

docente, apenas para a sua admissão, levando-nos a acreditar que se esperava um amplo capital cultural das candidatas. A esta regra melhor define Bourdieu (2005): “A lógica das relações simbólicas impõe-se aos sujeitos como um sistema de regras absolutamente necessária em sua ordem”.

Deste modo, os exames de admissão para a Escola Normal do Colégio Patrocínio de São José impôs às futuras normalistas as distinções ao apurar seus conhecimentos intelectuais por meio de bancas e provas. A seguir observaremos o histórico escolar da professorada Maria Helena Pereira.

Figura 24 – Histórica do curso normal

GINÁSIO "PATROCÍNIO DE SÃO JOSÉ"
ARACAJU — SERGIPE

Atendendo ao que requer a professoranda MARIA HELENA PEREIRA, seguem abaixo os dados referentes à vida escolar da mesma no Curso Normal 2^o ciclo no Ginásio "Patrocínio de São José", em Aracaju, Estado de Sergipe, desde os exames de admissão, notas estas arquivadas nos livros competentes da secretaria do respectivo estabelecimento.

Em 24 de fevereiro de 1951.

Exames de Admissão

Português- Cinquenta e cinco (55)	História do Brasil- Cem (100)
Matemática-Setenta (70)	Geografia do Brasil-Setenta e cinco (75)
Inglês- Sessenta (60)	Média Geral:- Setenta e dois (72)

Em 7 de dezembro de 1951.

1^o ano

Português.....	Cinquenta e seis (56)
Matemática.....	Setenta e nove (79)
Metodologia do Ensino Primário.....	Sessenta e seis (66)
Pedagogia.....	Setenta e cinco (75)
Psicologia Educacional.....	Oitenta (80)
Biologia Educacional.....	Oitenta e dois (82)
Desenho e Artes Aplicadas.....	Cinquenta (50)
Música e Canto Orfeônico.....	Noventa e três (93)
Educação Física, Recreação, Jogos.....	Setenta e um (71)
Média Geral: - Setenta e dois (72)	

Em 4 de dezembro de 1952.

2^o ano

Português.....	Sessenta e dois (62)
Literatura.....	Cinquenta e sete e dois décimos (57,2)
Metodologia do Ensino Primário.....	Oitenta e dois (82)
Psicologia Educacional.....	Setenta e nove (79)
Fundamentos Sociais da Educação.....	Sessenta e nove (69)
Puericultura e Educação Sanitária.....	Cinquenta e sete e dois décimos (57,2)
Desenho e Artes Aplicadas.....	Cinquenta e oito (58)
Música e Canto Orfeônico.....	Setenta e sete (77)
Prática de Ensino.....	Cinquenta (50)
Administração Escolar.....	Oitenta e dois (82)
Média Geral:-Sessenta e oito e dois décimos (68,2)	

Irma Maria Carmelia da Ascensao
Irma Maria Carmelia da Ascensao
Secretária

VISTO

Irma Maria Cecília da Ascensao
Irma Maria Cecília da Ascensao

ISENTO DE SELLO
em 1953 de
Doc-101 BCC 142 1045

Dr. Manoel Ferreira da Silva

Fonte: Arquivo do Colégio.

O segundo eixo temático era das matérias voltadas para o campo do saber médico (Puericultura e Educação Sanitária); as apropriações desse saber pelas normalistas justificam-se pelos projetos de civilidade republicana e de higiene das cidades. E por último as disciplinas Educação Física Recreação e Jogos, Desenho e Artes Aplicadas, as quais requeriam que a normalista fosse criativa nas suas atividades e as desenvolvesse com brilhantismo. São disciplinas mais práticas e que promoveria a criatividade das alunas no seu exercício pedagógico.

Figura 25 – Normalistas ao centro e duas religiosas com nomes não identificados (1948)



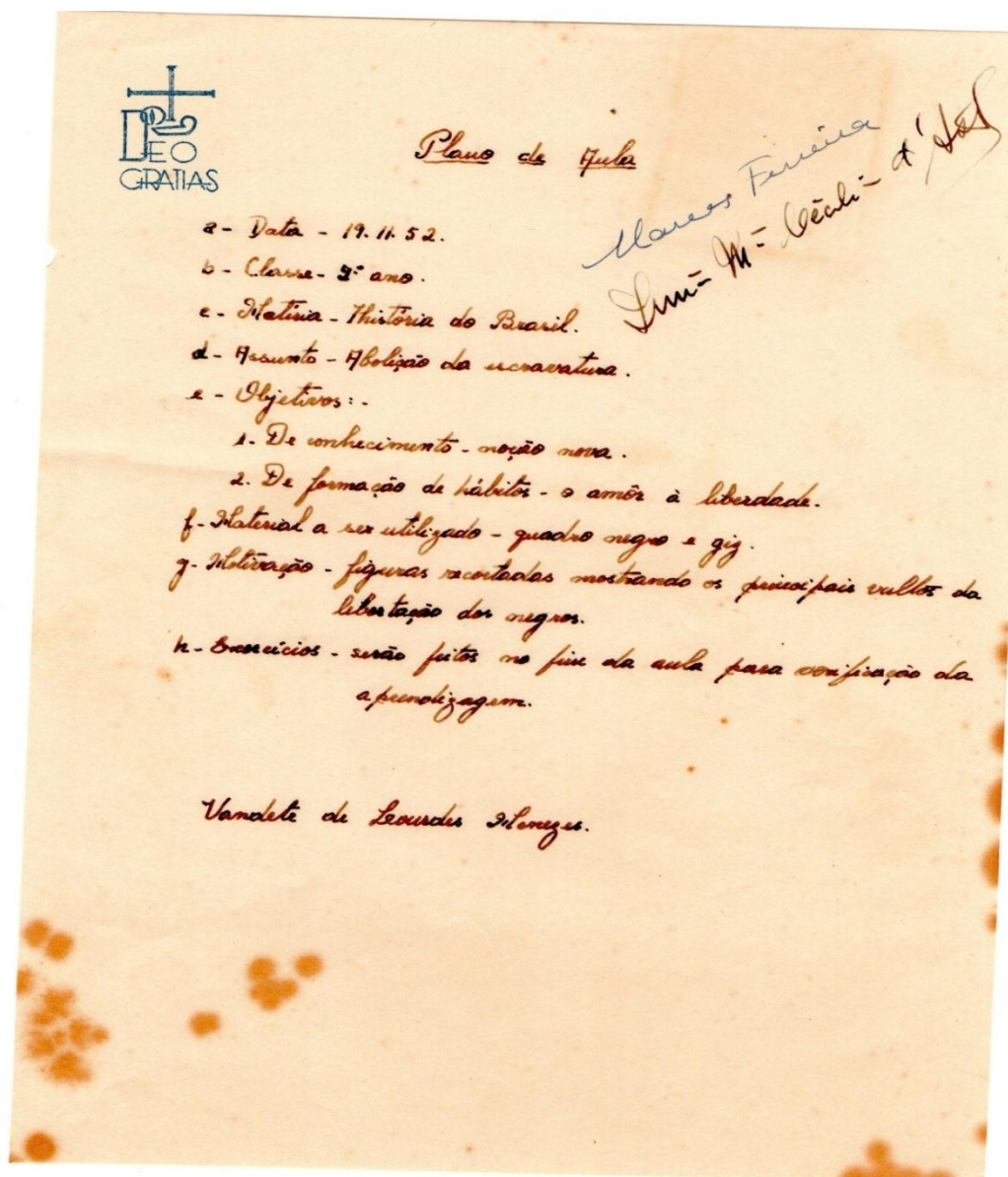
Fonte: Arquivo do Colégio Patrocínio de São José.

A Escola Normal Colégio Patrocínio de São José são por nós revelados pelo seu acervo iconográfico. Desta forma, as duas imagens nos apresentam alguns indícios acerca da sua história. A Figura 25 revela alunas do curso normal, seu uniforme, o modo de apresentam-se, constitui-se em um fazer ser normalista, que nos remete, inevitavelmente, à noção de *habitus* desenvolvida por Pierre Bourdieu (2009). A palavra é empregada para exprimir o resultado de uma ação organizadora, uma maneira de ser, um estado habitual.

Desta forma, o Colégio Patrocínio de São José se junta ao Instituto Rui Barbosa e ao Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Estas instituições configuram-se na paisagem educativa em Sergipe como as principais agências educativas que difundirão conhecimentos pedagógicos, cívicos, religiosos e higiênicos. Os protagonistas dessa história são as próprias normalistas dessas instituições.

Ao término de cada ciclo cabia a cada normalista realizar um plano de aula, orientada por uma das professoras. Esta atividade objetivava, segundo o livro *Ata da banca de concursos* (1952), moldar nas alunas o espírito do magistério.

Figura 26 – Plano de aula do Colégio Patrocínio de São José



Fonte: Acervo do arquivo do Colégio (1952).

O plano de aula foi identificado na ficha de matrícula da normalista Vandete de Lourdes Menezes⁶⁸, o documento apresenta as assinaturas do Inspetor Federal de Ensino Normal, o Professor Marcos Ferreira, e da Irmã Maria Cecília d'Assunção. A normalista, em seu plano, expõe a série, a disciplina, o assunto, objetivos, o material e a motivação. Nesta fonte encontramos a palavra amor como expressão de um *habitus*, porém acreditamos que o principal objetivo da normalista era demonstrar aos seus alunos os principais ícones responsáveis pela libertação dos escravos.

⁶⁸ Segue em Anexo XVIII, a ficha de matrícula.

Em tempo, a ficha de matrícula da professora apresenta um dado importante para o próximo tópico a respeito da sua residência, sendo a mesma do município de Lagarto/SE, apuramos em outras fontes que ela foi interna do Colégio.

3.4 O internato do Colégio Patrocínio de São José

Figura 27 – Dormitório do Colégio Patrocínio de São José (1944)



Fonte: Relatório da Inspeção Federal de Ensino, Arquivo do Colégio Patrocínio de São José. Autoria não identificada.

As pesquisas no campo da História da Educação a respeito dos recolhimentos femininos confessionais implantados em ordens religiosas no Brasil destacam o seu pioneirismo na condição de ensinar, por vocações e hábitos. O espaço dos conventos são espaços educativos e de convivência social, ao transmitir valores e conhecimentos aos seus agentes pelo viés da vida reclusa.

O primeiro convento no Brasil⁶⁹ foi instalado na segunda metade do século XVII, destinava-se à contemplação dos ícones católicos, à vida de reclusão religiosa e aos propósitos da caridade cristã. Em tempo o mesmo espaço era ocupado por

⁶⁹ Foi o de Santa Clara do Desterro, fundado na Bahia em 1677.

jovens, moças e mulheres. Essas, sem professar os votos da ordem, eram internadas a fim de aprender as artes domésticas⁷⁰.

Com o passar dos tempos e a construção de colégios, os internatos mudaram de função. É o que nos aponta Conceição (2007, p. 48), que diz: “O Internamento para fins de instrução foi assumido predominantemente pelos colégios particulares, confessionais ou não. Ficaram famosos os colégios fundados por congregações católicas”. Acerca das instituições confessionais religiosas, o Colégio Caraça⁷¹ foi criado em Minas Gerais, no início do século XIX, pela Missão de São Vicente de Paulo dos padres Lazaristas, originários da França. Ao longo da sua historiografia dedicou-se a instruir moral e civicamente alunos de diversas famílias tradicionais do país.

Por sua vez, os internatos em Sergipe eram localizados em colégios confessionais católicos, particulares e públicos. Tinham nesta modalidade uma alternativa para jovens do interior e estados vizinhos.

O internato é compreendido por nós como um espaço educativo com características próprias, um modelo de isolamento composto por várias regras, com determinadas ações orientadas por seus agentes educativos.

O seu ensino é totalmente integral, com práticas desenvolvidas no ambiente educativo, configuradas pelo controle das visitas aos alunos (as), os passeios, o tempo de férias, o recebimento de correspondências, as proibições de livros e revistas nocivas à imagem dos seus alunos, a visita de pessoas estranhas e o uso de alimentos alheios aos usados no Colégio.

Um dos poucos estudos a respeito desta pedagogia em Sergipe é de Joaquim Tavares da Conceição. O pesquisador investigou no mestrado o internato da Escola

⁷⁰ Aprendiam rudimentos da leitura e escrita, música, culinária, os principais pontos da costura, os principais cuidados com crianças e as tarefas do lar. Conforme as origens da ordem era comum a transmissão dos principais traços da sua cultura. (ANDRADE, 2000).

⁷¹ Situado nas montanhas mineiras, fundado pela Congregação Lazarista em 1820 e fechado em 1912. O Colégio de Caraça se propunha a formar a mocidade masculina mineira e brasileira, dentro do espírito cristão consciente do seu papel na definição do país. Chegou a ter mais de 300 alunos, sendo uma instituição nos moldes franceses, recrutou alunos em determinados segmentos sociais; proporcionou um tipo particular de ensino centrado nas humanidades clássicas, preparando-os eventualmente para a academia; com hierarquia, grade curricular e arquitetura definida para esse fim e, sobretudo, com notável dimensão preparatória para a vida pública – a carreira eclesiástica ou a magistratura. (ANDRADE, 2000).

Agrícola⁷², essa instituição foi responsável pela formação de diversos jovens, instruindo-os, profissionalizando-os e civilizando pela luz das práticas do internar.

O internato feminino do Colégio Nossa Senhora de Lourdes funcionou em Aracaju no período de 1903 a 1973, o seu “regime do internato era muito rigoroso. As infrações resultavam em punições. Era frequente algumas alunas perderem o direito ao passeio da quinta-feira ou a visita mensal à casa dos pais. Podiam ainda ficar em pé no corredor da escola” (COSTA, 2003, p. 67). Tal internato era dirigido por Irmãs Sacramentinas, originárias de Valence, França. Destacado em Aracaju pela boa formação intelectual e o refinamento social, era procurado por famílias de bom capital econômico do estado.

No campo educativo as regras surgem e se estabelecem a fim de validar as ações dos agentes envolvidos em várias práticas. Para Bourdieu (2014, p. 82, grifo do autor) “o campo religioso tem por função específica satisfazer um tipo particular de interesse, isto é, o *interesse religioso* que leva os leigos a esperar de certas categorias de agentes que realizem ações mágicas ou religiosas”.

O internato do Colégio Patrocínio de São José surgiu com a fundação da instituição, funcionando apenas para o sexo feminino, abrigando jovens e moças oriundas das diversas cidades do interior de Sergipe e de estados vizinhos. As famílias que desejassem matricular suas filhas no internato deviam seguir diversas exigências de ordem sanitária a institucionais. Segundo o Jornal *A Cruzada*:

Além do enxoval para cada aluna, era cobrada uma anuidade correspondente às outras despesas. Manter uma filha no internato significava uma educação refinada com bons modos e instrução severa. Até porque algumas meninas entravam no internato por indisciplina familiar, namoros proibidos e por falecimento de algum dos seus pais (A CRUZADA, 1948, p. 2-3).

O que definia a entrada dessas alunas no internato era o capital econômico de suas famílias, em virtude das obrigações com a anuidade, enxoval e outras necessidades no decorrer do ano. O investimento monetário dispensado na instrução associava-se aos esforços das famílias em elevar culturalmente suas

⁷² Internato da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão/SE (1934 – 1967), o autor analisou a materialidade da instituição através da pedagogia do internar. A origem da escola ocorreu em 1924, quando surgiu o Patronato Agrícola São Mateus. No ano de 1934, com a federalização do Patronato, foi implantado em seu lugar o Aprendizado Agrícola de Sergipe.

filhas. O internato funcionava como espaço de distinção, gerador de um *habitus*.⁷³ Desta forma, o sucesso escolar dessas alunas contribui para o capital cultural e econômico das famílias.

Em publicação de 15/03/1949, o Jornal *A Cruzada* (p. 3) evidenciava as peças necessárias para enxoval do internato: “três camisolas de meia, quatro combinações, 12 calças, oito pares de meias de cor bege escuro sendo dois pares de seda ou fio de Escócia, dois pares de meias esporte branca, um par de sapato esporte, dois robes, quatro toalhas de rosto, seis guardanapos, dois pares de sapatos pretos, um par de sapatos brancos, um par de chinelos, quatro lençóis, um cobertor de lã, duas colchas brancas, quatro fronhas, dois véus de filó branco, duas toalhas para banho, um uniforme de ginástica (segundo o modelo do Ginásio), seis saias azuis, sendo duas de seda conforme o modelo, um par de luvas brancas, um chapéu segundo o modelo, 12 lençóis, dois sacos para roupas, dois copos de metal, um talher completo, louça completa para uso próprio, um copo para dentes, dois pentes (grosso e fino), escova de dentes, de roupas e de sapatos-pastas, tesoura, dedal, agulhas, alfinetes, presilhas, linhas branca e de singer”.

Quando analisamos algumas peças desse enxoval, percebemos os utensílios referente aos trabalhos manuais tais como: tesoura, dedal, agulhas, alfinetes e linhas. Materiais necessários para os trabalho manuais, que na figura 27, observamos os travesseiros bordados pelas alunas na disciplina de trabalhos manuais.

O internato do Colégio Patrocínio de São José, a Diretora zelará pelo aproveitamento das alunas e lhes fornecerá boa e sadia alimentação afim de que conservem e aumentem as forças e bom estar físico requisito indispensável para o desempenho dos deveres colegiais substituindo quanto possível os desvelos da família ausente (A CRUZADA, 1949, p. 2).

⁷³ NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio M. Martins **Bourdieu, Pierre & Educação**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014 (Pensadores & Educação). O conceito de campo é utilizado por Bourdieu, precisamente para se referir a certos espaços de posições sociais nos quais determinados tipos de bens são produzidos, consumidos e classificados, dos quais são três tipos de capital: capital econômico, que consiste na apropriação de bens materiais acumulados pelos sujeitos; o capital social define-se pelos conjuntos das relações sociais (amigos, laços de parentesco, contatos profissionais etc.), o autor observa que os indivíduos podem se beneficiar dessas relações para adquirir benefícios materiais (um empréstimo, uma bolsa de estudos ou uma indicação para um emprego, por exemplo), assim o volume de capital social de um indivíduo seria definido em função da amplitude de seus contatos sociais. O capital simbólico é definido pelo prestígio ou a boa reputação que um indivíduo possui num campo específico ou na sociedade, ou seja, o modo como ele é notado pro outros que corresponde ao conjunto de rituais (como as boas maneiras ou o protocolo) ligados à honra e ao reconhecimento.

O internato do Colégio deveria cumprir algumas normas e recomendações em saúde de modo que o ambiente estivesse com boa salubridade, atendendo aos vários requisitos fundamentais para o funcionamento e admissão de novas alunas internas e semi-internas, fixadas pelo Ministério da Educação e Saúde.⁷⁴ Em nossa análise encontramos no estatuto do internato a oferta de cursos particulares de piano e pintura, cada um a trinta cruzeiros (Cr\$ 30.00) por mês; corte e costura, cinquenta cruzeiros (Cr\$ 50.00) por mês; e Datilografia, trinta cruzeiros (Cr\$ 30.00) por mês.⁷⁵

Mesmo não constando em diário, ficha de aproveitamento das alunas e até mesmo não encontrando nenhum programa sobre os cursos práticos particulares realizados na instituição, compreendemos que esses se destinavam às estudantes como alternativas educativas a fim de moldar certas habilidades da futura mulher, *habitus* de uma educação doméstica.⁷⁶ Desta forma, o Colégio atuava, nas palavras de Magalhães (2004), como organismo vivo, que se constitui na instituição com métodos e práticas educativas voltas a inculcar determinado saber.

A representação da vida educativa no internato é marcada pelo distanciamento da família e dos demais vínculos afetivos, dando a ideia de uma nova família, uma “nova casa.” Neste processo de transição entre família e Colégio, as internas deveriam apropriar-se das regras correspondentes ao espaço do internato, com horários estabelecidos para várias atividades.

A rotina das internas começava pelo badalar do sino do Colégio pela prefeita às seis horas da manhã, eram encaminhadas aos banheiros para a devida higienização, já uniformizadas se dirigiam para o refeitório onde tomavam o café da manhã e às oito horas iniciavam as aulas.

⁷⁴ O ofício dirigido ao Colégio pelo Ministério da Educação e Saúde sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Saúde e Delegacia Federal de Saúde da Sexta Região, localizada em Salvador/BA, apresenta em duas laudas as devidas instruções para o funcionamento do internato sobre aspectos físicos de saúde e higiênicos. (Anexo 20).

⁷⁵ Fonte: Tabela de preços para o ano de 1947.

⁷⁶ Segundo Louro (2002): “Não havia porque mobiliar a cabeça da mulher com informações ou conhecimentos, já que seu destino primordial, como esposa e mãe exigiria, acima de tudo, uma moral sólida e bons princípios. Ela precisaria ser em primeiro lugar, a mãe virtuosa, o pilar de sustentação do lar, a educação das gerações do futuro”. (LOURO, p. 447, 2002). Cabia aos colégios, históricas agências educativas e de boas formações sociais, conduzir seus alunos(as) no projeto educativo em curso socialmente. Ainda para esta autora: “A educação da mulher, seria feita, portanto, para além dela, já que a sua justificativa não se encontrava em seus próprios anseios ou necessidades, mas em sua função social de educadora dos filhos, na linguagem republicana, na função social de formadora dos futuros cidadãos” (LOURO, 2002, p. 447).

O período da manhã era dedicado aos estudos das disciplinas obrigatórias, já nos horários da tarde se estudava as disciplinas de prendas do lar, trabalho manual, música, catequese e reforço.⁷⁷ Este arsenal, incutido na formação dessas moças, configurava-se como uma educação secundária, tendo em vista que a primeira era própria do capital cultural de cada aluna.

A primeira educação é de caráter familiar, investida de *habitus* primário, comum à cultura de cada família. Podemos considerar como *habitus* secundário, no caso do internato, a socialização do espaço, as atividades coletivas, o comer, o banhar-se, o estudar e a recreação, realizados por todas as alunas, orientadas pela prefeita ou diretora.

Desta maneira, por ser dinâmica, a instituição educativa assumiu modelo de múltiplas funções, segundo Magalhães (2004, p. 15): “assim, educação/instituição traduz toda a panóplia de meios, estruturas, agentes, recursos, mas também as marcas socioculturais e civilizacionais que os estados e outras organizações mantêm em funcionamento”.

A regulação e a vigilância do tempo eram importantes para disciplinar seguindo as regras da ordem religiosa e os horários estabelecidos deviam ser aproveitados para construção de novos conhecimentos de segunda a sexta-feira nos meses de março a novembro. As interrupções ocorriam em períodos definidos no calendário escolar, os feriados, dias santos, férias, visitas à família e alguma eventual doença.

O conjunto de normas e disciplinas do Colégio Patrocínio de São José atendia ao regime interno da instituição, não admitindo contravenções à sua ordem. Para que essas ações tivessem corpo, era necessário um conjunto de agentes envolvidos nas diversas atividades da instituição. Neste sentido, o espaço educativo não é território apenas de professores e alunos, mas de porteiros, controlando a entrada e saída, da cozinheira no preparo e controle da dispensa, da servente organizando e limpando os espaços de convivência. Sem o comprometimento desses agentes não se viabilizaria o funcionamento da instituição.

Desta forma, os agentes educativos do Colégio alicerçaram a vida escolar de cada aluna, assumiram o paládio em educar pelos princípios do Estado e da Igreja, seus principais coautores. “A igreja, portanto, continuava a ter plena liberdade para

⁷⁷ Fonte: Quadro de horários do ano de 1947, acervo do arquivo do Colégio.

exercer a sua atuação religiosa, comprometendo-se em troca a defender a ordem social estabelecida” (AZZI, 2008, p. 232). As instituições educativas confessionais não se dissociariam do campo político, pelo contrário, apropriaram-se de estratégias que legitimavam suas ações no campo educativo.

Em vista disso essas considerações acerca do conceituado Colégio Patrocínio de São José, dedicado a polir suas alunas em diversas modalidades, primários, ginásial, secundários e escola normal, possibilitou a permanência desses agentes por um longo período na instituição. Esta estratégia era aceita pelas famílias para não interromper a formação das moças.

No interior das instituições há um quebra-cabeça a ser decifrado. Uma vez dentro da instituição, trata-se de se fazer o jogo das peças em busca de seus respectivos lugares. Legislação, padrões disciplinares, conteúdos escolares, relações de poder, ordenamento do cotidiano, uso dos espaços, docentes, alunos e infinitas outras coisas ali se cruzam (SAVIANI, 2007, p. 75-76).

Os principais sujeitos da instituição são os dirigentes e professores(as) e as alunas, que permitiram que o pesquisador conhecesse melhor a materialidade da instituição pelas fontes deixadas em seu arquivo.

3.5 Festas formaturas e comemorações

Um dos principais momentos institucionais são as comemorações organizadas pelos agentes educativos no espaço escolar. Portanto, analisamos as principais festividades que ocorreram no Colégio, não esquecendo as brincadeiras, os grêmios literários, festas dos santos e do patrono do Colégio, quermesses, desfiles, saraus, bailes e formaturas.

As festas de maior proeminência na instituição eram a do Patrono do Colégio, as de formaturas e os desfiles cívicos, como também chás beneficentes, saraus, entre outras atividades.

Para Magalhães (2004, p. 124-125) “as instituições educativas, se transmitem uma cultura (a cultura escolar), não deixam de produzir culturas, cuja especificidade lhes confere uma identidade histórica”. A materialidade de uma instituição educativa se transforma pelas ações dos sujeitos no contexto escolar ao apropriar-se de ações presentes na sua pedagogia.

Ginásio Patrocínio de São José

Com grande fervor e entusiasmo, celebraram as alunas deste Ginásio a festa de “Patrocínio de São José”, glorioso protetor no dia 23 do correte mês, às 7 horas houve missa cantada pelo revmo. Cônego José Feliz de Oliveira, capelão da comunidade, sendo mestre de cerimônia o Cônego Valdemar Resende. A festividade foi precedida de um retiro espiritual três dias, dirigido pelo revmo. Cônego Valdemar Rezende. Foram dias de bênçãos e consolações espirituais passados em silêncio, ouvindo os ensinamentos da fé que iluminava a inteligência e fortificam a vontade para a prática do bem. Assim, piedosamente preparadas e fortificadas fizeram nesse festivo dia a sua comunhão pascal. Depois da missa foi oferecido às alunas chocolates e doces. Às 19 horas, realizou-se um festival infantil promovido pelas alunas do 1º, 2º e 3º ano primário, em benefício da obra das vocações sacerdotais. Dia 24, pela manhã, foi feito um sorteio para premiar a aluna que mais trabalhou durante estes mês em prol da obra de vocações Sacerdotais, tudo se sob um ambiente de simplicidade e alegria juvenil, deixando no coração de todas as mais santas recordações (A CRUZADA, 28/03/1947, p. 30).

Portanto, as celebrações e festas religiosas do Colégio promoviam atividades recreativas voltadas à promoção das alunas e à interação com o espaço escolar. Nesses dias havia a movimentação de todas as estudantes orientadas por seus professores. Desta forma, não se configurando um local de disputa, mas momentos de descontração e alegria. Segundo Magalhães:

As funções básicas de uma instituição educativa centram-se na dimensão sociocultural e concretizam-se pela transmissão e pela produção de uma cultura científica e tecnológica, bem como pela socialização e pela formação de hábitos e mudanças de atitudes e pela interiorização de valores. (MAGALHÃES, 2004, p. 145).

Desde a fundação do Colégio ocorria uma vasta programação cultural religiosa, a respeito disso a primeira comunhão e a crisma representavam a consagração das alunas aos dogmas católicos. Esta celebração contava com um ritual especial, desde a preparação da festa pelos agentes educativos, a escolha dos convidados e a programação social. As alunas também participavam de eventos externos ao Colégio a exemplo de missas, procissões, novenas, festas comemorativas em outras instituições educativas de Aracaju, gincanas beneficentes em prol das vocações sacerdotais.⁷⁸

⁷⁸ De acordo com o livro de ponto dos professores do ano de 1946, observamos as anotações e observações a respeito dos períodos de recesso e dias festivos.

O campo da cultura escolar é o espaço educativo onde por nele ocorrem as relações entre os agentes que se estabelecem como produtores de conhecimentos, competências e habilidades. “A incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização)” (JULIA, 2001, p. 3).

A fotografia a seguir contextualiza um momento cultural da instituição em acompanhar suas alunas à missa. Ao que é compreendida por Bourdieu (2009), a cultura é transmitida arbitrariamente pela instituição escolar de forma institucionalizada pelos seus agentes educativos, em ações, gestos e posturas, quando se busca instruir seus sujeitos. A figura 28, demonstra um dos principais eventos do Colégio, responsável pela iniciação dos dogmas católicos.

Figura 28 – Crisma da turma de normalista de 1948, pátio da Igreja São José, localizada na praça Tobias Barreto s/n, em Aracaju/SE



Fonte: Autor desconhecido, arquivo do Colégio.

Por ocasião do natal e da páscoa, o Colégio celebrava seguindo uma programação especial que contava com a presença dos pais e de demais familiares na própria instituição, as alunas se revezavam nas apresentações musicais, teatrais e declamações de poesias. Tudo supervisionado por suas professoras, e de acordo com os critérios de avaliação, levar-se-ia em consideração a oralidade, a postura

corporal, a escrita e a aparência das alunas, que seriam ao final premiadas com doces, terços, livrinhos da vida de santos e bombons.

Portanto, o campo religioso, ao transmitir suas práticas através das ações dos agentes educativos, interagindo com as famílias e a sociedade de modo geral, inculca mensagens que são absorvidas pelos sujeitos comuns do campo ao dispor-se de um *habitus*. Consideramos o que Nogueira (2014) comenta a respeito do conceito de “campo” e “*habitus*” de Bourdieu⁷⁹: as atitudes dos sujeitos não são autônomas, mas passam a ser orientadas, observadas, pela estrutura social em que estão inseridos.

As práticas educativas do Colégio Patrocínio de São José, concebidas por nós como “práticas festivas religiosas,” caracterizaram-se na preparação das alunas ao formá-las culturalmente sobre aspectos do campo religioso, dando ênfase na formação de um *habitus* religioso. A este capital cultural, se constituiu o que podemos chamar de todos os rituais católicos difundidos na instituição. São pistas compreendidas por nós como o desejo dos seus agentes educativos em formar uma mulher cristã.

A representação do *habitus* religioso, intencionalmente incutida por seus agentes educativos, objetivava formar a futura mulher devota, recatada e propagadora do conhecimento católico, cabendo a ela o dever de educar sua família devotamente e cumprir as tarefas diárias da casa.

O término do ano letivo era esperado por todas as alunas em virtude das férias, os bailes de formaturas, as quermesses de fim de ano, o resultado final das provas, as prováveis viagens e a volta das internas às famílias.

Esta movimentação iniciava-se já no mês de novembro de cada ano, quando, pelo que colhemos nos anais da instituição, iniciava o período de provas, e ao final era divulgada a relação das aprovadas. As aprovadas tratavam de organizar a formatura escolhendo juntamente com seus professores a data e a hora do evento.

⁷⁹ O conceito de “campo” é utilizado por Bourdieu (2009) como um sistema de trocas em determinados espaços e posições sociais, na tentativa de legitimar a produção dos seus bens, ao valer-se das ações dos próprios sujeitos. São palcos desses campos as instituições educativas, os partidos políticos, a igreja, as famílias, a academia ou qualquer outra organização social. De acordo com Nogueira (2014, p. 33): “Da mesma forma, seria possível dizer que, no conjunto da sociedade, os agentes travam uma luta, mais ou menos explícita, em torno dos critérios de classificação cultural.” Ou seja, cada campo detém um capital seja econômico, cultural ou político. É por esse capital que os sujeitos se reconhecem no campo. Para Bourdieu (2009, p. 68): “o capital cultural apresenta-se em três modalidades: objetivado, incorporado ou institucionalizado [...] o segundo refere-se à cultura legítima internalizada pelo indivíduo, ou seja, habilidades linguísticas, postura corporal, crenças, conhecimentos, preferências e *habitus* adquiridos e assumidos pelos sujeitos.”

Segundo os anais do livro de formatura do ano de 1949, haveria uma representante do primário, secundário, ginasial e escola normal. Constituíam as alunas uma comissão responsável em arrecadar fundos para realização da programação festiva.

As formaturas das principais instituições educativas em Aracaju causavam euforia nas famílias, em virtude da distinção do evento no meio social da cidade. Haja vista, para Magalhães (2004, p. 134): “a relação entre as instituições educativas e a comunidade envolvente estrutura-se numa abordagem cruzada.” O autor fia-se que as instituições como organismos vivos são como as pessoas portadoras de memórias e criatividade nas suas ações.

Os cursos ginasiais e pedagógicos encerravam-se com a festa de formatura que abrangia diversas solenidades, constando de diversas solenidades. Nos meses que antecediam as comemorações, era de praxe as residências dos formandos, dos parentes ou das famílias amigas, que possuíam piano ou radiola, abrirem suas salas para, aos sábados e feriados, efetuarem os “Ensaio,” chamados vesperais dançantes. [...] Os alunos aprovados procuravam a casa Amador, do fotógrafo Artur Costa, o Foto Studio de Francisco Barreto, Foto Brasil do Sr. Orlando e outros estudos. [...] As fotos eram trocadas entre os colegas mais chegados, oferecidas a parentes e amigos. [...] As solenidades de formatura começavam com uma missão. [...] As senhoritas com seus vestidos luxuosos, em branco, azul, verde ou cor de rosa, combinando com os sapatos e luvas (MELINS, 2007, p. 111).

Desta forma, o espaço educativo é institucionalizado e campo de ações simbólicas próprias da sua estrutura, que por momentos são incorporadas pelos agentes educativos quando ao definirem suas atividades. De acordo com Bourdieu (2009, p. 69): “por outro lado, famílias ricas, sobretudo em capital cultural tenderiam a priorizar o investimento escolar e a transmitir aos seus filhos a percepção de que sua posição social futura depende principalmente do sucesso escolar”.

Figura 29 – Formatura das normalistas da turma de 1950



Fonte: Arquivo do Colégio. Autor desconhecido.

Figura 30 – Imagem da normalista Maria José Leal Soares (1952)



Fonte: Arquivo do Colégio. Autor desconhecido.

Desta forma, para alunas do Colégio Patrocínio de São José, fechava-se mais um ciclo de convivência com as religiosas. Com o esperado baile de formatura, o

qual tinha uma vasta programação cultural e religiosa, que se iniciava sempre com uma missa⁸⁰ e estendia-se pela noite com a entrega dos diplomas e o baile das formandas, essa festa ocorria sempre entre os meses de novembro a dezembro de cada ano, antes das férias, e era esperada por todos os familiares e alunas.

Os principais agentes que contribuíram para formação cultural desta juventude são os(as) professores(as), ao longo do trabalho educativo desenvolvido na instituição, que é compreendido por nós e no próprio *hino* da instituição: “na missão de ensinar⁸¹” atravessaria densas trevas para glorificar a nação. É o que passaremos a conhecer na seção seguinte.

⁸⁰ Fonte: Jornal A Cruzada (1950)

⁸¹ Fonte: Verso retirado do hino do Colégio ver na página 66.

4 “NA MISSÃO DE EDUCAR PARA A LUZ” – OS AGENTES EDUCATIVOS

Ao Meu Colégio

Amo as campinas da minha pátria amada
 Amo seus prados coberto de lilás
 Os floridos vergéis e meigas violetas
 Mas a ti, meu Colégio, eu amo ainda mais!

Amo a aurora rósea deslumbrante
 Um dia de sol doirado, de cristais!
 Amor a cor freze da saudosa tarde
 Mas a ti, meu Colégio, eu amo ainda mais!

Amo o estrelado firmamento
 Esmaltado de luz, focos reais!
 O plenilúnio em noite de verão
 Mas a ti, meu Colégio, eu amo ainda mais!

Encanta-me o deslizar das águas cristalinas
 O sibilar do vento entre as palmeiras
 O sussurrar das altas cachoeiras
 Mas a ti, meu Colégio, eu amo ainda mais!

Eu amo o canto da avezinha terna
 Sem ter enfado de o ouvir jamais
 Doce saudade relembrando n'alma
 Mas a ti, meu Colégio eu amo ainda mais!

Amo os jogos infantis da minha idade
 As Coleguinhas alegres sem rivais
 Amo os meus livros, amigos dedicados
 Mas a ti, meu Colégio, eu amo ainda mais!

E como não te amar, ó meu Colégio santo!
 Meu oásis feliz de encantos divinais
 Se em ti sorri a minha primavera
 Oh! Como não te amar, ainda mais e mais!

(Autora: Irmã Cândida de Maria Imaculada.
 1950)⁸²

O pesquisador da História da Educação, quando envereda na pesquisa em busca das pistas que revelam ao seu objeto de estudo, depara-se com duas situações: a primeira é a escassez de fontes ou a irregularidade de dados, dificultando o processo de análise. A segunda, quando encontradas as muitas

⁸² Fonte: Poema oferecido ao Colégio no seu aniversário de uma década de fundação, acervo do arquivo do Colégio.

informações que constam nas fontes, representam um oásis⁸³ de informações sobre o tema pesquisado. Para Le Goff (1994, p. 537): “a intervenção do historiador que escolhe o documento, extraindo-o do conjunto dos dados do passado, preferindo-o a outros, atribuindo-lhe um valor de testemunho”.

Desta forma, esta seção tem como objetivo principal analisar a atuação dos sujeitos envolvidos na história da instituição aqui analisada. Entre estes sujeitos destacamos o corpo dirigente, docente e discente. As fontes utilizadas na construção desta seção foram aquelas do período que vigorou apenas a instrução feminina, os anos que demarcam esta pesquisa: 1940-1953. Entre estas fontes destacamos: ofícios, relatórios, livros de contratação, relatórios pedagógicos e dos inspetores de ensino e o próprio livro da Congregação.

Todo este material foi fundamental na pesquisa uma vez que a partir dele podemos analisar as aulas ministradas pelas religiosas e professores(as) laicos, a formação de cada um(a) das religiosas e o tempo que estiveram como docentes no Colégio, como também a admissão de professores não pertencentes à vida religiosa da Congregação. Nesse sentido entendemos que,

Na pesquisa sobre uma instituição escolar não é pertinente abdicar da análise referente à composição do seu corpo docente. A atuação dos professores na instituição, sua formação acadêmica e seus trajetos são importantes no processo de reconstituição histórica de uma determinada escola (BUFFA; NOSELLA, 2009, p. 3).

O testemunho revelado pelos documentos nos motivou a compreender quais foram as práticas educativas que o Colégio, por intermédio dos seus agentes educativos, desenvolveu no cotidiano escolar. Assim, foi necessário um diálogo com os autores que compõem que dão o embasamento para este trabalho na medida em que nos apontam para a importância dos sujeitos, que construíram a história da instituição.

Neste trabalho com as fontes, levamos em consideração que toda fonte tem uma finalidade, um propósito, por trazer uma ideia de ação direta ou indireta dos sujeitos, quando atribuímos a elas uma categoria, “a identidade dos sujeitos, suas memórias, destinos e projetos, como a memória e a representação da instituição cruzam-se” (MAGALHÃES, 2004, p. 66).

⁸³ Colocamos a palavra oásis atribuindo a ela metaforicamente a quantidade abundante de fontes encontra pelo pesquisador.

Contudo, percebemos que são escassas as fontes sobre os registros de aulas, diários, planos de ensino, provas, avaliações e anotações sobre sanções relativas ao descumprimento das normas estabelecidas pelas alunas na sala de aula. Mas o trabalho do pesquisador em busca dos documentos tem a qualidade da perseverança, preparando-nos para o encontro com os diversos relatórios, por exemplo, da disciplina de educação física, organizados pelos seus principais agentes educativos que atuavam no Colégio.

Desta forma, buscamos identificar não apenas quem foi e de onde vieram os professores (as), mas conhecer quais agentes estiveram envolvidos na materialidade escolar. Nesse sentido entendemos aqui que um Colégio, ou uma Instituição, não é apenas suas estruturas físicas que o sustentam, mas todo o complexo de coisas que o definem.

Nesta direção, a participação das mulheres no campo social foi se definindo “a partir da década de 1930 com a imposição da sociedade urbana a mulher passou a ocupar lugar mais destacado na vida pública, resultado de uma lenta conquista.” (AZZI, 2008, p. 128), importante referência quando analisamos as fontes, identificamos que durante o período de 1940 – 1953, que o corpo docente do Colégio Patrocínio de São José constituía-se na sua maioria de mulheres e religiosas.

A educação representava um dos principais campos de atuação da mulher, desde o fim dos Oitocentos ao início do século XX elas exerciam cargos e funções docentes e administrativas em colégios, alguns também com tradição na formação feminina. É o que define Freitas (2003 p. 50-51): “nesse sentido, vocação-magistério-mulher são representações como realidades intrinsecamente relacionadas”, que ocorriam em local moralmente aceito pela sociedade da época, quando tentavam preservar seu corpo e mente.

As fontes nos indicam que, em defesa da educação confessional católica no Brasil, a Igreja contava com o apoio das mulheres de diversos seguimentos sociais. Apoiadoras das práticas religiosas, essas disseminariam o evangelho nos seus lares, como também organizariam e promoveriam em algumas cidades associações de caridade.

Desta forma, as religiosas que tradicionalmente viviam sob votos devocionais, abnegadas aos serviços pastorais, foram importantes instrumentos na preservação

da Instituição Católica Romana, quando tomaram a missão de dirigir diversas instituições.

Deste modo, os agentes educativos de uma instituição compõem-se também por seus alunos (as) que estiveram envolvidos no processo de aprendizagem, neste caso as alunas do Colégio que recebiam diversos ensinamentos dos seus professores a fim de inculcar saberes necessários ao seu cotidiano dentro e fora da instituição.

Segundo o Jornal *A Cruzada* (1945), em uma reunião com religiosas e um grupo de estudantes na Itália, o Papa Pio XII se expressou do seguinte modo: “Assim falou sua Santidade a um grupo de religiosas e de dirigentes juvenis membros da ação católica Italiana, para frisar que as educadoras devem ver nas meninas a esperança da Pátria e da Igreja” (A CRUZADA, 07/11/1945). O pensamento da Igreja, tanto de Roma como no Brasil, era cultivar um ambiente fértil com o Estado em virtude dos seus diversos interesses sociais.⁸⁴

4.1 A equipe diretiva

No seu estatuto de 1940, documento que organizava o funcionamento do Colégio Patrocínio de São José, percebe-se como eram definidos e em quais lugares seria a atuação das religiosas além do tempo específico que permaneceriam na instituição. Este tempo era geralmente de três anos, podendo ser renovado.

Temos então que as primeiras agentes educativas do Colégio foram as religiosas. As primeiras professoras da Instituição foram: a Madre Cândida de Maria Imaculada, fundadora; na qualidade de diretora: Irmãs Hercília d’Assunção; e como professoras as Irmãs Maria Augusta da Eucaristia e Maria Consolação do Bom Jesus.⁸⁵ Essas foram as pioneiras da Congregação nos trabalhos educativos em Aracaju, com a criação do Colégio.⁸⁶ A seguir observamos a imagem da fundadora Instituição

⁸⁴ Segundo Horta (2004): “A partir de 1935 a Igreja procurará fazer valer o princípio de colaboração recíproca também no setor da educação”. Esta movimentação é sentida nos poderes nas principais esferas do Governo.

⁸⁵ Fonte: Ata da fundação e inauguração do Colégio (07/04/1940).

⁸⁶ Fonte: Livro de Tombo nº 1, da Diocese de Aracaju – (Cúria Metropolitana) p. 117-119, 171- 172.

Figura 31 – Irmã Cândida de Maria Imaculada



Fonte: Disponível em: <www.colegiopatrocínio.com>. Acesso em: 27 jan. 2016.

Com relação à primeira direção, compunha-se de uma diretora eleita pela Congregação, secretária e prefeitas. Segundo a ata de fundação do Colégio foram elas que acolheram as primeiras alunas matriculadas. Em nossa análise acerca das prefeitas, as fontes foram escassas, só sabemos da passagem delas pelo Colégio através do Relatório de Inspeção Federal de 1953, onde são apresentadas as suas atribuições.

A atuação dessas religiosas já era sentida em outros espaços educativos da Congregação, estratégia importante na administração de novos espaços educativos. Trabalhavam em hospitais, colégios e asilos para idosos. Na pesquisa identificamos que a fundadora do Colégio Patrocínio de São José já havia atuado como diretora do Colégio Nossa Senhora das Graças, em Propriá/SE. Segundo Melo:

A Congregação das Irmãs Hospitaleiras da Imaculada Conceição, também conhecida como Irmãs Hospitaleiras ou Franciscanas, é uma instituição da Igreja Católica Apostólica Romana, [...] e se constituíram em sociedade civil, conforme o Decreto Brasileiro em 18 de outubro de 1945. Todas as religiosas da Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição no Brasil estão integradas juridicamente em duas sociedades civis distintas denominadas de Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição – Província do Sagrado Coração de Jesus, com sede em São Paulo e a Congregação das Irmãs Franciscanas Província de Santa Cruz, com sede na cidade de Salvador, Estado

da Bahia, rua Alto do Bonfim, N1, Bairro de Monte Serrat (MELO, 2007, p. 60).

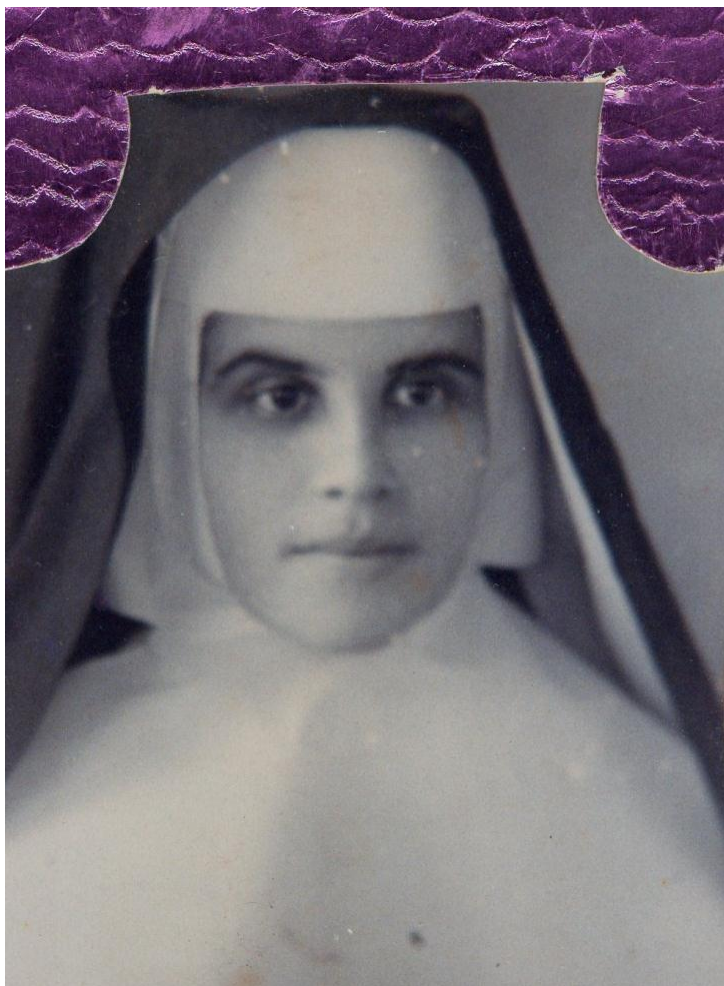
De acordo com os preceitos da Congregação, as religiosas que ocupariam os cargos de maior importância das instituições deviam preencher alguns requisitos como: tempo na congregação, experiência no campo profissional e formação. Sobre a idade, seria um ponto a ser observado pela Madre Superiora da Ordem. De acordo com Magalhães:

Torna-se necessário conhecer e caracterizar os órgãos de gestão e direção; explicar como se efetua a comunicação interna e externamente; conhecer e caracterizar as relações de poder, as hierarquias e as instâncias com capacidade de decisão; conhecer e caracterizar os corpos docentes, administrativo e auxiliar; conhecer e avaliar as formas de participação por parte dos diversos atores a título individual, grupal ou de representação; conhecer a relação e a participação da comunidade envolvente; conhecer e caracterizar as relações com o poder central e com os poderes regionais e locais (MAGALHÃES, 2004, p. 144-145).

Desta forma, as instituições educativas compõem-se de quadros administrativos e pedagógicos em que cada agente atua de acordo com as suas habilidades, contudo são sujeitos comuns ao mesmo campo de ação. Por fim, o pesquisador da área da História das Instituições tem uma missão importante em conhecer como em cada lugar esses agentes difundiram suas atividades.

Agentes envolvidos em um só espaço participam de decisões, articulam ações e planejam estratégias, mas em uma instituição educativa a posse do poder é para aquele que exerce uma maior influência perante os outros, um poder central, que nem sempre é caracterizado como poder autoritário. Mas fiscalizador, normatizador e disciplinador. A seguir apresentaremos a imagem da primeira diretora do Colégio.

Figura 32 – Primeira diretora, Irmã Hercília d' Assunção (1940)



Fonte: Arquivo do Colégio Patrocínio de São José, autor desconhecido.

De acordo com o livro de registro da Congregação (1942), a primeira Diretora da instituição nasceu em Mossoró, no estado do Rio Grande do Norte, foi aluna do Colégio Sagrado Coração de Maria, após a conclusão dos seus estudos ingressou em 1927 na ordem, recebendo os votos perpétuos em 1935. O quadro a seguir apresenta a relação das primeiras diretoras, secretárias e prefeitas do Colégio Patrocínio de São José.

Quadro 7 – Relação das primeiras diretoras, secretária e prefeitas do Colégio.

Religiosa	Função administrativa no Colégio	Período
Irmã Maria Hercília de Assunção.	Diretora	1940 a 1945

Irmã Cândida de Maria Imaculada.	Diretora	1946 a 1950
Irmã Maria Cecília d'Assunção.	Diretora	1951 a 1956
Irmã Branca do Cordeiro Imaculado.	Secretária	1940 a 1949
Irmã Maria Iolanda do Coração Eucarístico	Secretária	1950 a 1956
Irmã Maria Izabel da Hungria	Prefeita	1953 a 1956
Irmã Inês de Assis	Prefeita	1953 a 1956

Fonte: Livro de registro acervo do arquivo do Colégio (1940 – 1960).

Assim, considerando as atividades de cada religiosa, o relatório de inspeção federal adverte, no seu artigo 7º, que compete à Diretora representar o Ginásio, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, organizar e superintender todos os serviços do estabelecimento; e no artigo 8º, que compete à secretária: substituir a Diretora em sua ausência e seus impedimentos temporários; ter a seu cargo a secretária, tesouraria e escrita do estabelecimento, com poderes de receber, passar recibos e dar quitação; zelar pela boa ordem e conservação do arquivo; organizar o horário das aulas, submetendo-o à aprovação da Diretora.⁸⁷

A distribuição das atividades educativas no Colégio seguia o quadro específico de cada função desempenhada pelas religiosas, assim aquela que estava a zelar e cuidar das alunas eram as prefeitas, mesmo fora ou dentro das salas. Delas esperava-se a total vigilância sob as internas e externas, não as deixando sobre qualquer ameaça ou dificuldades, como também cabia às alunas se reportarem a ela sobre qualquer assunto que lhes interessassem, e de acordo com a importância transmitiria para diretora para as devidas providências. Essas agentes educativas deviam seguir à risca o que se preconizava nos artigos que tratavam o corpo discente do Colégio⁸⁸, sobre pena as alunas sofreriam algum tipo de sanção.

⁸⁷ O documento (Anexo 20) apresenta o relatório do Inspetor de Ensino Professor Aristeu Accioly (1953). Fonte importante, pois ele pode identificar a atuação de outra agente educativa na administração do Colégio, que é a Prefeita, cujo compromisso é substituir a Secretária em sua ausência e seus impedimentos; inclusive quando estiver substituindo a Diretora; a qualquer delas manter a disciplina fora das aulas, cuidar das educandas e ensinar-lhes os princípios de higiene, civilidade e educação religiosa.

⁸⁸ Do corpo discente. “Deveres e Direitos dos Alunos. Art. 116 – O corpo discente é constituído de todas as alunas regularmente matriculadas no estabelecimento. Art. 117 – Constituem deveres das alunas: Obedecer aos preceitos da bôa educação, nos seus hábitos, gestos, atitudes e palavras, tendo especial acatamento a tudo que vise ordem e disciplina. Acatar a autoridade da diretora, dos professores, e funcionários, do Colégio e trata-los com urbanidade e respeito. Obedecer às determinações gerais do regimento, da diretora, dos professores e dos funcionários investidos de autoridades. [...] (e) Apresentar-se corretamente uniformizada, bem como decentemente trajadas e

Mesmo não encontrando nenhum documento que tratasse sobre expulsão, ou outros tipos de advertências, em nossa análise, o que se esperava das alunas era o cumprimento das determinações institucionais, sem haver nenhum desvio de conduta. O Colégio, enquanto instituição burocrática, exercia interlocução com as autoridades locais.

É importante destacar que a comunicação oficial do Colégio acontecia mediante ofícios, mensagens, telegramas e telefonemas enviados aos diversos órgãos institucionais do Estado de Sergipe e da capital, como também a outras instituições educativas. Segundo Pimentel (2014, p. 66), “a instituição escolar, ao fazer parte de um Sistema Educacional, configura em seus diferentes locais, culturas escolares distintas que se consolidam com diferentes interpretações”.

Através das fontes consultadas chegamos à conclusão de que as religiosas – no caso a Diretora do Colégio – mantinham importantes relações administrativas com outros colégios e repartições públicas. Assim, destacamos o ofício enviado pela Prefeitura Municipal de Aracaju:

Gabinete do Prefeito do Município de Aracaju
Estado de Sergipe
Aracaju, 16 de março de 1948.
Ofício n. 104
Exma. Sra.

Diretora do Colégio “Patrocínio São José”

De acordo com o entendimento havido entre esta Prefeitura e a Irmã Superiora, apresento a Professora da Escola Municipal Aliéte Filqueiras, que vai instalar em um dos compartimentos desse Colégio, cedido gratuitamente a esta Municipalidade, um curso supletivo, com o numero suficiente para compor essa classe. Prevaleço-me do momento para apresentar-lhe as seguranças de minha estima e elevado apreço.

Marcos Ferreira de Jesus
Prefeito.⁸⁹

Ao buscarmos mais informações a respeito do ofício enviado pela Prefeitura de Aracaju, identificamos que cordialmente o Colégio cedeu por tempo

com asseio, na própria pessoa e no vestuário. (f) Ser assíduas aos trabalhos escolares, comparecendo pontualmente às aulas, exames, sessões de Educação Física, ensaios de coral, atos religiosos, excursões e outras atividades oficiais do Colégio. [...] (n) Levantar-se em classe, à entrada e à saída da diretora, dos professores, da secretária, das autoridades de ensino ou dos visitantes, à chamada a arguição. [...] (p) Ter adequado comportamento social, onde quer que se apresente uniformizada. (q) Comparecer aos atos religiosos, as comemorações cívicas, desfiles e solenidades quando para isto forem convidadas”.(Estatuto do Colégio Patrocínio de São José, 1953). O mesmo ano em que foram eleitas as novas prefeitas do Colégio.

⁸⁹ Fonte: Arquivo do Colégio.

indeterminado uma sala de aula para que ocorresse um supletivo feminino no período noturno com as operárias das fábricas: Sergipe Industrial e Confiança⁹⁰. Entretanto, não era de responsabilidade legal da instituição o curso e as estudantes não pertenciam ao quadro de alunas do Colégio.

Outro documento analisado por nós que representava a relação que o Estado tinha com o Colégio é a circular a seguir:

Estado de Sergipe
Secretaria da Justiça e Interior
Circular n. 6
Aracaju, 08 de Setembro de 1947.

Senhor Diretor,
Em nome do Senhor Doutor Governador do Estado, tenho satisfação em transmitir-vos as felicitações de S. Excia. pela maneira brilhante e disciplinar com que desfilastes no dia 7 do corrente, quando Sergipe comemorou a passagem de mais um ano da Independência Política do Brasil.
A compreensão de deveres cívicos e o entusiasmo patriótico das alunas desse estabelecimento foram outros tantos motivos da satisfação do Governo pelas festas da nossa Independência.
Saudações.

João de Araújo Monteiro
Secretário de Justiça e Interior.⁹¹

Desta forma, entendemos que a Instituição não se restringia apenas aos seus espaços de atuação, mas a toda dimensão educativa, social, política e econômica, quando a mesma é também uma realização da própria sociedade por específicas definições culturais e ideológicas. De acordo com a circular n. 6 enviada pelo Secretário de Justiça e Interior do Estado, o que agradou ao governador⁹² era a atuação do Colégio na parada cívica, ao atender o chamado patriótico contribuía muito para o brilhantismo da festa em Sergipe.

Portanto, segundo Bourdieu (2009, p. 134), “os agentes e grupos de agentes são assim definidos pelas suas *posições relativas* neste espaço. Cada um deles está acantonado numa posição ou numa classe precisa de posições vizinhas, quer dizer, numa região determinada do espaço”.

⁹⁰ Fonte: Livro de registro da congregação (1948). Porém, o documento não nos esclarece se foi em forma de aluguel ou com outras compensações. As citadas fábricas ficavam no Bairro industrial de Aracaju/SE. Uma importante literatura sobre o tema do trabalho feminino industrial e o problema da escolarização de jovens em Aracaju é o romance *Os Corumbas*, de Armando Fontes (1967).

⁹¹ Fonte: Arquivo do Colégio.

⁹² No período o Governador era o engenheiro José Rollember Leite, que governou Sergipe de 1947 a 1951.

As fontes nos apresentam as posições que cada agente ocupava no campo social, que são definidas pelo capital que eles possuem, atribuindo-os determinados valores e prestígios sociais. Desta maneira, o próximo tópico tem a finalidade de apresentar os professores(as) desta casa destinada ao saber, os quais foram importantes personagens.

4.2 O corpo docente

Toda instituição educativa dispõe de quadros importantes para o seu funcionamento. Com ocupações distintas exercem atividades imprescindíveis para esse funcionamento. Desta forma, a pesquisa ao tratar do Colégio Patrocínio de São José tem como um dos propósitos analisar quem são estes agentes educativos, neste caso professores(as) e outros sujeitos.

Como já apresentado anteriormente, as religiosas foram as primeiras professoras do Colégio. Por razões canônicas, os colégios confessionais católicos devem ter à frente religiosos(as) consagrados(as) à vida religiosa.⁹³ Mas à medida que foram implantados novos cursos na Instituição, houve a necessidade de incorporar novos agentes educativos na ministração de diversas disciplinas.

A passagem desses(as) professores(as) pelo Colégio nos é importante quando analisamos a sua relação com diversos fatores pedagógicos, dos quais formariam a atividade docente. Os desígnios católicos, cívicos e sociais seriam reforçados. Segundo Melo (2007, p. 93) “os colégios católicos controlados pela Igreja, através das ordens religiosas, apresentavam o melhor caminho para a mulher adquirir os padrões essenciais á formação da família”.

Além do registro da ata de fundação do Colégio (1940), uma das fontes que nos informa a respeito dos professores do Colégio é o relatório de registro docente do ano de 1945, sobre o qual apresentamos o quadro a seguir.

Quadro 8 – Corpo docente em exercício em 1945⁹⁴

Série	Matéria	Nome do Professor	N. Registro
1ª e 2ª	Português	Tecla Leão	19343

⁹³ Fonte: Estatuto da Congregação (1942).

⁹⁴ O quadro apresenta o nome das religiosas no civil. Segue os respectivos nomes de professoras: (Tecla Leão, Irmã Maria Amada de Jesus), (Benedita da Silva Pereira, Irmã Maria Branca do Cordeiro Imaculado). Livro de registro da Congregação. Não identificamos se as demais professoras eram religiosas da Congregação.

1 ^a e 2 ^a	Latim	Cônego Oliveira Teixeira	19316
1e 2	Francês	Maria de Lourdes Davi	22280
2 ^a	Inglês	Tecla Leão	19343
1 ^a e 2 ^a	Matemática	Benedita da Silva Pereira	20581
1 ^a e 2 ^a	Geografia Geral	Leonor Luna Linhares	18784
1 ^a e 2 ^a	Desenho	Tecla Leão	19343
1 ^a e 2 ^a	Canto Orfeônico	Leonor Luna Linhares	14402
1 ^a e 2 ^a	Educação Física	Adalberto Campos da Silva	Registro não identificado

Fonte: Acervo do Colégio.

O quadro, quando analisado, nos apresenta importantes informações a respeito dos professores(as), ao nos evidenciar seus registros, a série que o docente lecionava. Outra informação relevante para o nosso estudo é o nome do primeiro homem leigo contratado pela Congregação, para disciplina de Educação Física, o professor Adalberto Campos da Silva, que atuou até o ano de 1947, permanecendo na instituição por dois anos.

Desta forma, o primeiro homem leigo a lecionar na instituição quebrava uma tradição comum aos colégios católicos femininos, quando as religiosas se revezavam no próprio trabalho pedagógico em seus colégios.

Já no ano de 1947, o corpo docente do Colégio se renova com a inserção de dois agentes educativos, ao compararmos com o quadro de 1945 e ao analisarmos a imagem a seguir.

Figura 33 – Relatório final de inspeção a respeito do corpo docente

Unesco II-1

Modelo 4.244 - 1
(Formato 33 x 22)

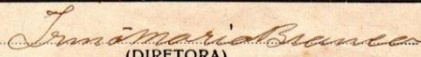
Ginásio Patrocínio de São José


Cidade de Aracaju **Estado de Sergipe**

Corpo Docente em Exercício — Curso Ginásial

Ano Letivo de 1947.....

SÉRIE	MATÉRIAS	NOME DO PROFESSOR	N. REGISTO	Reservado para o visto da Secção de Registro
1a. 3a.	Português	Tecla Leão	3.979	Definitivo
2a.	"	Maria de Lourdes David	4.622	"
4a.	"	Dr. Carlos Fernandes de Melo	25.246	Provisório
1.2.3.4	Latim	Benedita da Silva Pereira	4.621	Definitivo
1a.	Francês	Tecla Leão	3.979	"
2a. 4a.	"	Maria de Lourdes David	4.622	"
3a.	"	Regina Costa	4.600	"
2a. 3a.	Inglês	Tecla Leão	3.979	"
4a.	"	Dr. Carlos Fernandes de Melo	25.246	Provisório
1a. 2a.	Matemática	Benedita da Silva Pereira	4.621	Definitivo
3a. 4a.	"	Maria de Lourdes David	4.622	"
3a.	C.Naturais	Maria de Lourdes David	4.622	"
4a.	"	Dr. Carlos Fernandes de Melo	25.246	Provisório
1.2.3.	H.G.eBrasil	Regina Costa	4.600	Definitivo
4a.	"	Dr. Carlos Fernandes de Melo	25.246	Provisório
1.2.3.4	G.G.eBRASIL	Benedita da Silva Pereira	4.621	Definitivo
1a. 2a.	T.Manuais	Maria de Miranda Leite	4.281	"
3a. 4a.	E. Domest.	Maria de Miranda Leite	4.281	"
1. 2a.	Desenho	Maria de Miranda Leite	4.281	"
3a. 4a.	"	Tecla Leão	3.979	"
1.2.3.4	C.Orfeônio	Regina Costa	13.890	Provisório
1.2.3.4	E.Física	Rosália Bispo dos Santos	1.727	"


 (DIRETORA)
 Irmã Maria Branca


 (INSPETOR)
 Oswaldo Sampaio

Fonte: Arquivo do Colégio.

Ao examinar o documento e compararmos com o quadro do ano de 1945, encontramos o professor Dr. Carlos Fernandes de Melo, as professoras Maria de Miranda Leite, Rosália Bispo dos Santos e Regina Costa atuando no Colégio. No

caso do Professor Dr. Carlos Fernandes de Melo⁹⁵, era médico e lecionava três disciplinas; e a Professora Rosália Bispo dos Santos⁹⁶ substituiu o professor Adalberto Campo da Silva nas atividades de Educação Física.

Nesta análise, identificamos algumas personalidades do magistério sergipano, a exemplo da professora Rosália Bispo dos Santos. Segundo Nunes (2012), foi a primeira diretora do Colégio de Aplicação de Sergipe (1959). Essa professora desde antes já se destacava no campo da Educação Física ao promover torneios, campeonatos de ginástica entre as alunas do Colégio e do Instituto de Educação Rui Barbosa, antiga Escola Normal.⁹⁷

É inegável que a contribuição da Educação Física na formação cultural das alunas contou também com as contribuições da medicina, ao atuar na instituição realizando avaliações, consultas, orientações de higiene e saúde. Eram reivindicações dos médicos higienistas e das propostas educativas republicanas. Para ampliar essa análise identificamos a atuação desses agentes educativos no Colégio, com a presença da médica Maria do Céu Pereira Santos, sua pedagogia visava à preparação do condicionamento físico das alunas ao acompanhamento da saúde.

Desta forma, coube à médica difundir os preceitos médicos e de higiene na instituição. Com sua supervisão e orientações, a professora Rosália Bispo dos Santos ministrava as práticas de Educação Física, assim cada aluna tinha uma ficha individual com anotações de medidas, peso e outros aspectos sobre sua saúde. Cabia também à médica realizar a cada trimestre um relatório, enviando-o ao Departamento de Educação e Saúde do Estado.

A atividade da médica Maria do Céu. Sobre as representações do saber médico nas instituições educativas, nos define Pinheiro (2011) que “[...] o papel da escola era claro, ou seja, para formar o aluno em cidadão era preciso ensinar a chamada urbanidade (cultivar as crianças nas boas maneiras, próprias de um ser urbano) e a higiene desempenhava essa função nas escolas”. (PINHEIRO, 2011, p. 143). Neste contexto, as instituições educativas são importantes agências

⁹⁵ Formou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1932, foi prefeito de Propriá (1938 – 1945), transferindo-se para Aracaju nesse mesmo ano, é Patrono da cadeira seis da Academia Sergipana de Medicina. (SANTANA, 2009, p. 46).

⁹⁶ Fonte: Contrato entre a professora e o Colégio (Anexo 12), segundo o livro de registro (1947) a docente possuía Curso de Educação Física na Universidade do Brasil, e já atuava no Instituto Rui Barbosa e Colégio de Aplicação como docente.

⁹⁷ Fontes: Relatório do Inspeco Federal Aristeu Accioly (1947).

disseminadoras de ações e ideias relevantes na construção das mentalidades dos seus alunos.

Não foi possível identificarmos fontes a respeito do corpo docente dos anos de 1948 a 1949. Já sobre o ano de 1950, um dos documentos nos apresenta a seguinte redação:

Juiz Eleitoral da 2ª Zona
Aracaju, 07 de Outubro de 1950.
Exma. Revma. Diretora do Ginásio Patrocínio de S. José
Nesta

É o presente, para comunicar a V. Excia. Rema, que o Dr. Severino Pessoa Uchôa, professor desse Colégio, foi nomeado por esse Juiz, o presidente de uma das juntas apuradoras do pleito de Outubro corrente, tendo assumido no dia 4, não podendo conforme o disposto da Lei Eleitoral, perder os honorários a que tem direito por essa casa de ensino.

Com o ensejo que se me oferece, apresento a V.EXCIA, Revma. Protesto de consideração.

Saudações

Luis Pereira de Melo
Juiz Eleitoral da 2ª Zona
Presidente da junta Apuradora.⁹⁸

É importante ressaltar, quando analisamos a fonte, o que diz respeito sob o capital cultural do referido professor. Nos apropriamos do conceito de “campo” no que considera Bourdieu (2009, p. 57) “a arte de professores acostumados a associar a sua dignidade e a sua actividade tanto à afirmação da sua cultura histórica e literária como à manifestação da sua virtuosidade técnica”. O Capital cultural do professor compreendia o campo do direito, pois era Bacharel em Ciências Jurídicas e sociais⁹⁹. Ao seu respeito, além do ofício, o livro nos adverte que ele era professor do curso de História e Geografia da Faculdade Católica Filosofia de Sergipe (FCFS), campo de destaque para o magistério sergipano. O livro nos apresenta que a cadeira do professor era Geografia do Brasil na Escola Normal do Colégio.

O quadro a seguir apresenta os professores da Escola Normal do Colégio para o ano letivo de 1952.

⁹⁸ Fonte: Acervo do Colégio.

⁹⁹ Fonte: Livro de registro de empregados do Colégio (1951). O livro não apresenta a data do seu desligamento da instituição e não identificamos outra fonte.

Quadro 9 – Corpo docente da escola da escola normal (1952)

Ano	Professor	Matéria	Número de Registro
1ª e 2ª	Irmã Hilda de Maria Imaculada.	Português, prática do Ensino, Puericultura.	Não localizado.
1ª	Irmã Glória de Maria Imaculada.	Matemática e Biologia,	13.050
1ª e 2ª	Irmã Maria Cecília d'Assunção.	Metodologia, Pedagogia, Administração Escolar.	3.550
2ª	Irmã Maria Benigna do Coração de Jesus.	Psicologia, Sociologia	Registro não identificado
1ª e 2ª	Irmã Maria Inês de Assis	Desenho e artes aplicadas.	14.048
3ª e 2ª	Irmã Maria Iolanda	Música e Cântico Orfeônico	0.744
1ª ao 3ª	Rosália Bispo dos Santos	Educação Física	1.727

Fonte: Relatório do Inspetor de ensino (1952), acervo do Colégio.

Ao buscamos um melhor entendimento a respeito do quadro de professores da Escola Normal do Colégio em 1952, ressalta-se que as religiosas estiveram à frente na instrução da futura professora. Acreditamos que “a formação da normalista esteve ligada a preocupações de que elas fossem civilizadoras, ou seja, transmitissem às crianças as regras e valores sociais” (VALENÇA, 2005, p. 81), mesmo não identificando diários, cadernos e demais anotações das práticas educativas dos professores, apenas os relatórios de inspetores a respeito dos manuais pedagógicos. A formação da futura professora estava junto aos preceitos de civilidade. “Estimulou-se a formação de professoras, porque elas, verdadeiras mães têm vocação para o sacerdócio que é o magistério” (PEDRO; PINSKY, 2012, p. 338).

Uma importante observação é a respeito do registro das professoras, algo significativo para o exercício docente. Por essa norma as professoras estavam autorizadas a ministrar suas aulas tanto na escola normal do Colégio e em outros cursos.

Com o aumento da matrícula de novas alunas, novos professores foram contratados para as diversas disciplinas, assim professores e professoras leigos(as), eram selecionados levando em consideração tempo no magistério, boas referências civis, idoneidade moral. Segundo o Estatuto da Congregação (1953), esses têm muito respeito na sociedade da época, a exemplo dos Professores José Olino de

Lima Neto¹⁰⁰, Professor Francisco Portugal¹⁰¹, Professor Valfrido Maria de Andrade¹⁰², Padre José Carvalho¹⁰³, Professor José Lima de Azevedo¹⁰⁴, José Bezerra dos Santos¹⁰⁵ e José Silvério Leite Fontes¹⁰⁶.

Desta forma, “o professor é um fator-chave na relação educativa e a sua participação pode ser valorizada sem que se converta num magistrocentrismo” (MAGALHÃES, 2004, p. 25-26). O ingresso desses professores atribuía valores simbólicos à instituição pela formação deles, e as atividades intelectuais que possuíam na sociedade sergipana, pois a grande maioria ministrava aulas em colégios tradicionais da cidade.

Contudo, alguns professores passaram pela instituição de forma breve. Quando analisamos o Livro de registro (1953), identificamos este fenômeno, não encontramos outras fontes que respondessem a este questionamento feito durante a pesquisa. Salienta-se que os documentos como testemunhas do passado têm o seu silêncio, seus limites, suas dúvidas. Apresentaremos a seguir o corpo discente do Colégio, jovens e moças as quais conjuntamente com seus familiares formam o corpo educativo da instituição.

4.3 O corpo discente

O Colégio, em diferentes momentos da sua história, contou com a presença de diversas alunas, para as mais variadas modalidades de ensino promovidas pela instituição. Acreditamos que este episódio aconteceu em virtude do seu corpo docente, apresentado anteriormente, como também suas instalações, as propagandas dos periódicos locais e o discurso da Igreja Católica que encorajava as famílias a matricular suas filhas nesta casa de sã instrução, como bem apresentam o

¹⁰⁰ Fonte: Livro de registro (1953), relata que o professor ministrava a disciplina de Português, sob o registro 33.308 e atuou durante três anos na instituição.

¹⁰¹ Fonte: Livro de registro (1953), o professor ministrava as disciplinas de Inglês e Espanhol, sob o registro 916. Atuou na instituição no período de 1953 a 1954.

¹⁰² Fonte: Livro de registros (1953), ministrava a disciplina Física, no período de 1953 a 1955.

¹⁰³ Professor de Desenho e Matemática, não consta no livro de registro do ano de 1953 o seu desligamento da instituição.

¹⁰⁴ Bacharel em Direito, foi autorizado a ministrar a disciplina de Química, em Sergipe, pelo decreto n. 014-21 6/03/1952. Fonte: Livro de registro do Colégio (1953).

¹⁰⁵ Fonte: Livro de registro, não consta a disciplina do professor, o seu registro foi de 1953 a 1954.

¹⁰⁶ Fonte: Livro de registro, formado em Direito, lecionava História, de 1953 a 1957, quando assume a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe.

seu Hino. Desta forma, as fontes analisadas por nós apresentam a origem social das alunas, a profissão dos seus pais, idade e o curso matriculado.

O relatório de matrícula foi fonte importante para deciframos quantas jovens e moças estudaram no Colégio Patrocínio de São José entre os anos de 1941 a 1953, o documento só apresenta um resultado geral de alunas, não especificando série, idade, e naturalidade. Deste modo, apresentamos os números a seguir.

Tabela 1 – Número das discentes por ano

Ano	Número de Alunas	Ano	Número de Alunas
1941	100	1947	170
1942	109	1948	202
1943	120	1949	211
1945	161	1950	205
1946	170	1951	215
1952	178	1953	198

Fonte: Arquivo do Colégio Patrocínio de São José.

Quando analisamos os dados gerais com o número de alunas na instituição, percebemos que a cada ano a procura pelo Colégio aumentava, isso se devia à implantação do ginásio e da Escola Normal, como também o reconhecimento da sociedade local. A importância da instituição tem suas características pelo que Bourdieu nos define:

A relação com o mundo social não é a relação de causalidade mecânica que frequentemente se estabelece entre o meio e a consciência, mas sim uma espécie de cumplicidade ontológica: quando a história que frequenta o *habitus* e o *habitat*, as atividades a posição, o rei e a sua corte, o patrão e a sua empresa, o bispo e a sua diocese (BOURDIEU, 2005, p. 83).

As relações Colégio e aluno (a) são estabelecidas através de um *habitus*, todavia, desde a mais tenra idade pela continuidade do ir ao Colégio, o uso do uniforme escolar, as regras de convivências e os horários estabelecidos no cotidiano discente é o que se dispõe com *habitus* como tática do campo, seja ele religioso, político ou econômico, para inculcar seus valores e práticas padrões.

A imagem a seguir apresenta o livro de matrícula para o ano de 1943, nele analisamos informações a respeito da origem das alunas, a profissão de seus familiares e idade.

Figura 34 – Livro de matrícula do Colégio (1943)

Nome	Data de Nascimento	Idade	Naturalidade	Profissão
1. Maria Luiza Almeida	10 Maio 1931	12	Sergipe	Advogado
2. Maria Luiza Magalhães				
3. Santa Maria Rosa	19 Janeiro 1932	11	Estado de Pernambuco	Proprietária
4. Maria Dora Barbosa de Andrade	28 Agosto 1931	12	Sergipe	Advogada
5. Maria Dora Barbosa de Andrade	5 Maio 1933	10	Sergipe	Farmacêutica
6. Lindinalva Cruz	28 Outubro 1928	15	Sergipe	Advogada
7. Ezilda Cruz	19 Julho 1930	13	Sergipe	Advogada
8. Maria José Cruz	11 Janeiro 1932	11	Sergipe	Advogada
9. Maria Jacintha de Deus	2 Janeiro 1934	9	Sergipe	Mãe de Deus
10. Eda Maria Ottoni				

Fonte: Arquivo da instituição.

A análise desta fonte é significativa quando ressaltamos a profissão dos pais¹⁰⁷ das alunas, parâmetro importante para definirmos que a instituição formou uma parte da elite sergipana. Pelo que nos orienta Bourdieu (2009, p. 192), “as distinções, enquanto transfigurações simbólicas das diferenças de facto, e mais geralmente, os níveis, ordem, graus ou quaisquer outras hierarquias simbólicas, são produtos da aplicação de esquemas de construção”. Assim a construção do capital cultural conta com a participação de sujeitos comprometidos com a estrutura do espaço social.

¹⁰⁷ Fonte: Livro primário de Matrícula p. 1-10 identificamos as profissões: negociante 07, engenheiro 02, proprietário 10, funcionário federal 03, fazendeiro 08, político 03, advogados 05, médicos 04, dentista 03, farmacêuticos 02, funcionário estadual 03, representantes comerciais 02. A formação das mães em todas as folhas assinalava para o serviço de doméstica “dona do lar”.

Desta forma, a construção do capital cultural das alunas contou com a investida dos seus pais na sua formação, quando utilizaram de espaços educativos reconhecidos simbolicamente na formação da distinção social. Deste modo, os colégios assumiram o espaço da família que antes era doméstico.

As instituições educativas em Aracaju mantinham diversos programas culturais, nesta oportunidade participavam alunas dos tradicionais colégios femininos com atividades esportivas, literárias e religiosas. Segundo Costa (2003), as alunas do Colégio participavam de apresentações literárias, musicais e artísticas. Essas atividades eram acompanhadas por seus agentes educativos e demais autoridades educativas em Sergipe, ao organizar e fiscalizar a atuação dos estudantes dentro e fora dos colégios.

Departamento de Educação
Diretoria Geral
Ofício-circular n. 12
Aracaju, 5 de agosto de 1950

Sra. Diretora:

Realizando-se de 5 a 11 do corrente a “Semana do Estudante”, e constando das comemorações palestras a serem realizadas nos Estabelecimentos de Ensino Secundário, ficou estabelecido pela Comissão da U.S.E.S, certamente de acordo com essa Direção que nesse Colégio seria feita uma das palestras.

Nesse pressuposto, solicito sejam facilitador os meios necessários à sua realização, que segundo o programa, deverá ser no dia 10, às 10 horas, sendo o orador o Prof. Silvério Fontes Leite.

Espero que esteja presente o maior número possível de alunas, de vez que tema não pode fugir aos assuntos educacionais.

Com os meus agradecimentos, apresento-vos

Com os meus agradecimentos, apresento-vos Saudações.

Acrísio Cruz
Diretor Geral.¹⁰⁸

A organização das atividades do Dia do Estudante passava pelas orientações das autoridades pedagógicas. Por intermédio do Estado, buscava-se alinhar o pensamento dos princípios cívicos. Portanto, nenhuma atividade poderia acontecer sem a presença das religiosas ou a devida autorização do Departamento de Educação do Estado, como podemos constatar ao analisarmos o documento do ano de 1950:

¹⁰⁸ Fonte: Arquivo do Colégio.

Estado de Sergipe
Secretaria da Justiça e Interior
n. 275, Aracaju, 30 de Setembro de 1950
Ilma. Diretora do Colégio Patrocínio de São José

Estando marcada para o próximo mês de outubro, a realização, nesta Capital, de um Congresso de Estudantes Secundários, solicito a interferência da Diretora desse estabelecimento no sentido de não permitir a participação das suas alunas no aludido certame, em virtude de expressa proibição constante do §10 do artigo. 41 da Portaria n. 163, do Ministério de Educação e Saúde, datada de 15 de maio do corrente ano, que assim reza:

“§ 10- Fica suspensa, durante os períodos letivos, a realização de congressos, comemorações e semanas estudantis, bem como de outras manifestações que possam perturbar os trabalhos escolares”.

Atenciosamente Saudações.
João de Araújo Monteiro
Secretário de Segurança Pública, respondendo pelo expediente da Secretaria da Justiça e Interior.
(Fonte: Arquivo do Colégio)

A proibição do evento estudantil pelo Estado buscava controlar as principais movimentações e ideais políticos da época. Não identificamos se o Colégio atendeu à determinação ou se alguma das alunas participou do evento. A censura estudantil era algo de responsabilidade da Secretaria de Justiça do Estado. Este órgão, conjuntamente com o Departamento do Estado, formulava ações que preservassem o código civil e militar.

A interpretação do pesquisador ao identificar o passado sobre aspectos importantes da história do seu objeto conta com os mais variados locais de memória, arquivos públicos, particulares e bibliotecas. Constituem-se espaços de memória com o mais variados materiais a serem analisados e catalogados. Esta seleção das fontes da pesquisa requer um minucioso trabalho. Ao separar os documentos, buscam-se identificar traços, vestígios produzidos por agentes que contribuíram com a instituição educativa. De acordo com Magalhães:

Nada na vida de uma instituição escolar acontece, ou aconteceu, por acaso, tanto o que se perdeu ou transformou, como aquilo que permaneceu. A memória de uma Instituição é, não raro, um somatório de memórias e de olhares individuais ou grupos, que se contrapõem a um discurso científico. É mediando entre as memórias e o(s) arquivo(s) que o historiador entretece uma hermenêutica e um sentido para o seu trabalho e dessa dialética nasce o sentido para a história das instituições educativas (MAGALHÃES, 2004, p. 155).

Desta forma, nesta pesquisa nos colocamos como espectadores curiosos em um palco a fim de desvendar essa história, que durante o período delimitado como marco temporal buscou-se responder às nossas indagações a respeito do Colégio Patrocínio de São José. Na intenção de contribuir com a História da Educação de Sergipe e do Brasil, encaramos o desafio em realizar o estudo, que entrará no rol das pesquisas sobre instituições educativas. Esta pesquisa tem o seu papel principal na formação cultural da mulher nas primeiras décadas da educação em Aracaju.

Considerações finais – “Nessa casa de sã instrução. Densas trevas com letras rasgamos. Para Glorificar nossa nação”

Uma história onde a esperança brilhou, a coragem foi maior que o medo e a vida falou mais forte que a morte! (Revista dos cem anos da Congregação no Brasil)

A pesquisa tem um campo definido, do qual se busca analisar fatos e acontecimentos importantes de um dado momento social. O nosso campo é a História da Educação, que tem como área a História das Instituições Educativas, em que se agregam não só as ações dos sujeitos, mas se estuda a função pela qual as instituições educativas surgiram na sociedade, acontecimento considerado como fato histórico. Esta criação partiu da necessidade do homem se organizar em pensamentos, ações e táticas visando à sua própria preservação enquanto ser social.

É importante ressaltar que desde o nascimento o homem é inserido em um processo contínuo de educação que inicia-se na sua família, passando à e outros espaços educativos. Essas são importantes agências transmissoras do conhecimento e que suas características passaram interagir com os colégios ao modelar seus sujeitos.

Neste estudo fazemos destaque ao campo da História Cultural, no qual pesquisadores(as) da História da Educação buscam respostas para suas investigações e definições epistemológicas, ao nos orientar por qual caminho seguir e definir com quais conceitos devemos operar a pesquisa, na busca de dialogar com as fontes.

Desta forma, procuramos realizar a pesquisa levando em consideração a relevância da instituição educativa, neste caso, o Colégio Patrocínio de São José, com a contribuição dos documentos da instituição e outras fontes de memória. Nos apoiamos em alguns autores em diferentes momentos da investigação. Entre estes destacamos Magalhães (2004); Bourdieu (2005, 2009) e Le Goff (1994), que contribuíram com a análise da nossa pesquisa.

Ademais, importantes pesquisadores a respeito do tema também esclarecerem-nos dúvidas em momentos às vezes um pouco sombrios da pesquisa, com o seus empenhos e dedicações no campo da História da Educação, que vem

se ampliando à medida que novos objetos vêm surgindo. Nesses buscamos novas referências, novas possibilidades de fonte na construção da nossa pesquisa.

Quando recorremos às suas pesquisas, contamos com os textos de Amorim (2009); Andrade (2000); Berger (2012); Freitas (2003); Ferronato (2014); e Nascimento (2003). Por importantes contribuições metodológicas, os trabalhos reúnem os mais diversos objetos, ficando em comum o campo de pesquisa que discorre acerca da História da Educação. Antes de alcançarmos o nosso objeto de estudo, realizamos a leitura minuciosa das obras desses pesquisadores.

Com o levantamento documental realizado para a pesquisa, buscamos aqui reconstruir a história do Colégio, evidenciando a sua fundação e a trajetória dos principais agentes educativos envolvidos nesta realização. Nesse tempo, ao separar as fontes, organizamos os principais documentos do Colégio em seu próprio arquivo, a fim de formar um espaço de preservação da sua memória.

O Colégio surgiu em um período importante da História da Educação no Brasil, em virtude da necessidade de educar moças e jovens, em locais seguros para formação da futura mulher. Era um pensamento da Igreja e do Estado, que bem utilizou dos seus espaços confessionais, na organização do ensino brasileiro.

Um processo já estabelecido desde o início do século XX, com a chegada das Sacramentinas à cidade de Aracaju e a fundação do primeiro Colégio Feminino Confessional Católico. À medida que a sociedade procurava novos espaços educativos para moças, surgiam possibilidades de instrução em novos colégios.

A instituição pesquisada por nós, ao surgir no cenário educativo sergipano, teve à frente alguns agentes a incentivar, encorajar e promover este projeto. Com a empreitada deles, o Colégio alcançaria os seus principais objetivos ao educar e inculcar ensinamentos devocionais para a cristandade e conceitos cívicos para o Estado.

Este enredo começou com as primeiras religiosas da Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição e da própria Diocese de Aracaju. Analisamos a história da Ordem em Portugal, seus fundadores e a chegada ao Brasil das primeiras religiosas, consideradas por nós as primeiras agentes educativas a fundir os propósitos do carisma e da fraternidade franciscana.

Este mesmo grupo iniciou seus trabalhos na região norte e redistribuiu-se para o nordeste, pousando em cidades, construindo hospitais, centros sociais e colégios. Estas iniciativas em algumas cidades seriam as primeiras instituições a

promover a educação feminina, de acordo com Melo (2007); Graça (2011) e Cruz e França (2011), pesquisadores que estudaram a atuação da Congregação e a implantação dos seus colégios femininos em Sergipe.

Desta forma, o nosso estudo entra para o rol dos trabalhos a respeito das instituições educativas da Congregação em Sergipe, antes ainda não pesquisada em âmbito de mestrado e doutorado. Esta afirmação é com base nas investigações que realizamos nos estudos já concluídos, nos programas de pós-graduação *stricto sensu* da Universidade Tiradentes e Universidade Federal de Sergipe.

Deste modo, o Colégio Patrocínio de São José instituiu os cursos primários, ginásial e escola normal progressivamente, de acordo com a legislação educacional e as contribuições dos agentes educativos envolvidos neste projeto. De acordo com Magalhães:

A relação entre o público e o modelo pedagógico, substantiva e (pré) determina os planos mais objetivos no que se refere às opções estratégicas da instituição, uma vez que tais opções são definidas fundamentalmente pela interpretação e mobilização dos agentes [...]. (MAGALHÃES, 2004, p. 162).

Assim, as observações do autor nos são importantes para analisar o processo de ampliação do Colégio, quando também chegam ao seu quadro novos professores a fim de atender à demanda que ao longo dos anos foi aumentando. Esta procura tem característica no modelo educativo da instituição e seus métodos de instrução morais e cívicos.

Desta maneira, os professores foram esteios no projeto educativo do Colégio. Pode-se afirmar que a pedagogia desses agentes educativos da instituição favorecia o processo cultural das moças ao instruí-las de acordo com os métodos preconizados na época, em diferentes disciplinas passariam conteúdos de acordo com as orientações das autoridades de ensino. Assim, cabia aos professores, considerados a segunda família das alunas, fazer desenvolver nos seus sentimentos o amor à pátria e à Igreja.

Por esta razão, o Estatuto do Colégio guiaria professores e alunas a cumprirem suas determinações disciplinares, a fim de manter a urbanidade estudantil e administrativa. Mesmo não encontrando nenhum documento que tratasse de alguma sanção sofrida pelas alunas, os artigos expõem quais eram as

obrigações e normas, ao esperar que seguisse a mais ampla retidão orientada pelos seus professores.

Devido a este código, as alunas constituiriam *habitus* importantes para sua vida estudantil e social. A respeito desta inculcação, as instituições são espaços de disseminação de ideias e comportamentos esperados, regidos pelo que Bourdieu entende da seguinte maneira:

A lei que rege as permutas entre os agentes e as instituições pode enunciar-se assim: a instituição dá tudo, a começar pelo poder sobre a instituição, àqueles que tudo derem à instituição, mas porque fora da instituição e sem a instituição eles nada seriam, e porque não podem negar a instituição sem negarem a si mesmo puras e simplesmente privando-se de tudo os que eles são pela instituição e para a instituição á qual tudo devem. (BOURDIEU, 2009, p. 192).

Além disso, busca-se, nas instituições educativas, habilidades intelectuais que sejam reconhecidas pelos espaços sociais, porque sem a validação destes conhecimentos não há também o reconhecimento da educação promovida neste campo educativo. Assim, os sujeitos envolvidos nesta tática, mesmo fora dele, prosseguirão a recolher seu valor enquanto capital cultural.

Deste jeito, a instituição investiu em diversos anúncios em periódicos locais ao apresentar suas práticas educativas, quando informa sobre as festas de formatura, saraus, dias de santos(as) e outras atividades educativas. Ao mesmo tempo em que a instituição difundia suas práticas culturais, apresentava à sociedade sua distinção social.

As instituições educativas por diversos fatores têm lugar definido no campo social, quando operam suas práticas, não somente internamente, mas sobre aspectos externos, através dos discursos e mensagens que são emitidas pelos agentes educativos, buscam validar suas ações, não somente pelo que se anuncia, mas através do que podem apresentar no seu cotidiano. Assim, as festividades são pequenas peças dos trabalhos desenvolvidos pelas religiosas do Colégio na formação das suas alunas.

Não apenas os conteúdos serviriam de estratégias para promover a educação das alunas no Colégio, mas todas as práticas que eram organizadas a fim de ampliar o contato com a instituição, por meio do cântico orfeônico, aulas de desenho, trabalhos manuais e cursos particulares como: corte e costura, datilografia

e pintura. Chamavam para uma formação completa da futura mulher, dando-a as principais habilidades do saber doméstico.

A pesquisa a respeito do Colégio Patrocínio de São José, ao revelar sua história, tentou apresentar sua relevância no cenário educativo aracajuano ao se configurar no ano de sua fundação a segunda instituição confessional feminina particular, sendo a primeira o Colégio Nossa Senhora de Lourdes.

Nesta intenção, buscamos a área da História das Instituições educativas, por nos apresentar importantes subsídios na análise do cotidiano educativo do Colégio, sua relação com os docentes e discentes, a relação com as famílias das alunas, os políticos da época e a sociedade de modo geral. Esta participação é ponderada por Magalhães (2004, p. 16): “[...] o processo educativo funciona de forma integrada e integrativa por parte dos sujeitos, no que se refere à sua construção como pessoa humana, [...]”.

Deste modo, o nosso trajeto foi em busca das principais pistas que nos levariam ao Colégio Patrocínio de São José, ficando evidente a materialidade do Colégio e dos seus agentes educativos, sobre os aspectos da instrução moral e cívica.

Desta forma, o trabalho que apresentamos teve como principal propósito incluir a instituição no campo de novas pesquisas sobre instituições educativas voltadas à educação feminina confessional católica, haja vista que sobre novos olhares, como novas fontes, futuros pesquisadores podem investigar e identificar novos objetos sobre o Colégio Patrocínio de São José. Quando se pode tomar como consulta seus documentos e outras fontes a respeito da sua história.

Mesmo quando ao término da nossa pesquisa, o trabalho servirá de base para futuros trabalhos de mestrado e doutorado, para quem desejar conhecer o universo da instituição. De acordo com Le Goff: “O historiador fará ainda progressos na compreensão da história esforçando-se para explicitar, no seu processo de análise, tal como um observador científico o faz, as modificações que eventualmente introduz em seu objeto.” (LE GOFF, 1994, p. 51).

Assim, ao concluirmos a pesquisa, temos a ideia que ao reconstruir a história do Colégio Patrocínio de São José, acabamos de veicular a instituição no campo acadêmico e cultural de Sergipe e do Brasil, resultado da relevância do Colégio e a sua contribuição para formação cultural de Aracaju, quando desejava alçar a modernidade já presente em outras capitais brasileiras.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J.S. As propostas acerca da coedução dos sexos nos finais do século XIX: ambiguidades de ordem moral e religiosa. In: ALMEIDA, J.S. **Programas e Resumos de trabalhos do I Congresso Brasileiro de História da Educação**. Rio de Janeiro, nov. 2000.

AMORIM, Simone Silveira. **A trajetória de Alfredo Montes (1848 – 1906):** representações da configuração do trabalho docente no ensino secundário em Sergipe. São Cristóvão: Editora UFS, Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2009.

ANDRADE, Mariza Guerra de. **A educação exilada: Colégio do Caraça**. Belo Horizonte: editora Autêntica, 2000. 216p.

AZZI, Riolando. **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir o povo: tomo II/3-2: terceira época: 1930 – 1964 / Riolando Azzi; Klaus van der Grijp**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. – (Coleção História Geral na América Latina).

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. **Os padres de Dom José: o seminário Sagrado Coração de Jesus (1913 – 1933)**, Maceió/AL: Edufal, 2012.

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. **Os padres de Dom José: o seminário Sagrado Coração de Jesus (1913 – 1933)**, 2004, 139f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2004.

BENCOSTTA, M. L. A. Arquitetura e espaço escolar: o exemplo dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903 – 1928). In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (Org). **História da educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005, p. 95-140.

BERGER, Miguel André. **As instituições educativas para a juventude de Sergipe**. Maceió: Edufal, 2012.

BERGER, Miguel A.; SOUZA, Ilza E. de A. O Colégio Nossa Senhora de Lourdes e a formação da elite feminina. In: **Revista do Mestrado em Educação da UFS**, n. 5, p. 37-54, jul. 2002.

BERTINATTI, Nicole. **A escola Dominical Presbiteriana como divulgadora de saberes e práticas pedagógicas religiosas (1909 – 1928)**, 2011. 99f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tiradentes, Aracaju/SE, 2011.

BONIFÁCIO, Nadja Santos. **“Acolher, evangelizar e educar”**: contribuição do oratório festivo São João Bosco para educação feminina em Aracaju (1914 – 1952), 2011. 253f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. São Paulo: Editora Vozes, 2014.

BRASIL, LDB. 124º da Independência e 57º da República. José Linhares, Raul Leitão da Cunha. Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1945. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/19371946/De18347.htm# art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/19371946/De18347.htm#art1)>. Acesso em: 24 ago. 2015.

BURKE, Peter, **O que é história cultural?** Tradução: Sérgio Gois de Paulo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed: 2005.

BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. Caderno de Pesquisa Tuiuti do Paraná, v. 3, p. 13-31, 2008.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde nacional e forma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924 – 1931)**. Bragança Paulista/SP: Edusf, 1998.

CASTANHA, André Paulo; ORSO, Paulino José; MAGALHÃES, Rocha Livia Diana; SILVA, João Carlos de (Org.). **História da educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica**. Campinas/SP: Editora Alínea, 2013.

CATANI, Afrânio; NOGUEIRA, Maria Alice (Org.). **Pierre Bourdieu: escritos de educação**. 15 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes 2014.

CERTEAU, Michel **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa/ Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand, 1990.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. **A pedagogia de internar: um abordagem das práticas culturais do internato da escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão/SE (1934 – 1967)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – São Cristóvão/SE: UFS/NPGED, 2007.

COSTA, R. Macedo. **Fé, civilidade e ilustração: as memórias de ex-alunas do Colégio Nossa Senhora de Lourdes (1903 – 1973)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE: 2003.

CRUZ, Maria Helena Santana; FRANÇA, Alves Lúcia Vera. **Educação feminina: memória e trajetória de alunas do Colégio Sagrado Coração de Jesus em Estância/Sergipe (1950 – 1970)**, São Cristóvão: Editora UFS, 2011.

DALLABRIDA, Norberto. Das escolas paroquiais à PUCs: república, recatolização e escolarização. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.). **Histórias e memória da educação no Brasil**. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **Vestida de azul e branco: um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920 – 1950)**, São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGED, 2003.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. Pesquisando a educação feminina em Sergipe na passagem do século XIX para o século XX. **Revista do Mestrado em Educação**. São Cristóvão: UFS, 2002, v. 4, jan/jun. p. 45-65.

FERRONATO, Cristiano de Jesus. **Das aulas avulsas ao Lyceu Provincial: as primeiras configurações da instituição secundária na província da Parahyba do Norte (1836 – 1884)**. Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe – EDISE; Aracaju: Universidade Tiradentes, 2014.

FRAGO, Antonio Viñao; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A, 1995.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **História da educação**. São Paulo: Cortez, 2006.

GONDRA, José Gonçalves. Medicina, Higiene e Educação Escolar. In: LOPES, Eliane Teixeira; FARIÁ FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 519-550.

GONDRA, José Gonçalves. **Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial**. Rio de Janeiro: EDUER. 2004.

GRAÇA, Rogério Freire. **Civilidade e formação de professoras: um mosaico do ensino normal regional do Instituto Sagrado Coração de Jesus (Estância/SE, 1949 – 1955)**, 2012, 129f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tiradentes, Aracaju/SE 2012.

GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira da. **Pés de anjos e letreiros de neon: ginásianos na Aracaju dos anos dourados**. São Cristóvão/SE: Editora UFS, 2002.

HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto de estudo. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas: Editores Autores Associados: n. 1, p. 9-43, jan. 2001.

LE GOFF, Jaques. Memória. In: **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão. 3. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1994. p. 423-484.

LE GOFF, Jaques. Documento/Monumento. In: **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão. 3. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1994. p. 535-549.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Território plural**. A pesquisa em História da Educação. São Paulo: Editora Ática, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002. 678 p.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos**: história das instituições educativas. Bragança Paulista: Ed. Universitária São Francisco, 2004.

MELINS, Murilo. **Aracaju Romântica que vi e vivi**. Aracaju, UNIT, 2007.

MELO, Valéria Alves. **As filhas da Imaculada Conceição**: um estudo sobre a educação católica (1915 – 1970). São Cristóvão, 2007. 158f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2007.

NASCIMENTO, Michelline Roberta Simões do. **Jardim de Infância Joana Ramos**: educação infantil na Cidade de Tobias Barreto (1969 – 1985). 2015. 122f. (Dissertação de Mestrado Educação) – Universidade Unit, Aracaju/SE.

NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do. **Educar, curar, salvar**: uma ilha de civilização no Brasil Tropical. Maceió: Edufal, 2007.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **Historiografia educacional sergipana**: uma crítica aos estudos de História da Educação. São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação da UFS, 2003.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. “A escola no espelho: São Paulo e a implantação dos grupos escolares no Estado de Sergipe”. In: VIDAL, Diana (Org.). **Grupos Escolares**. Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893 – 1971). Campinas/SP. Mercado das Letras, 2006. p.153-172.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. Viagens, associação e inspeção: a Escola Nova em Sergipe. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blank; VIDAL, Diana Gonçalves; ARAUJO, José Carlos Souza (Org.). **Reformas educacionais**: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 e 1946). Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2011.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio M. Martins. **Bourdieu & a educação**, (Pensadores & Educação) 4. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2014. 128 p.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares**: por que e como pesquisar. Cadernos de Pesquisa. Tuiuti, v. 3, p. 13-31, jan./jul. 2008.

NUNES, Maria Thetis. **História da educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

NUNES, Martha Suzana Cabral. **Colégio de Aplicação da UFS: memória de um ginásio de ouro/São Cristóvão**: Editora UFS, 2012. 124 p.

PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi. Nova história das mulheres no Brasil. In: ROSEMBER, Flávia. **Mulheres educadas e a educação de mulheres**. São Paulo: Editora Contexto, 2012, p. 334-382.

PIMENTEL, Carmen Regina de Carvalho. **“Instruir e educar”**: práticas de formação no Colégio “Jackson de Figueiredo” (1938 – 1980). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, 2014.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira; MADEIRA, Maria das Graças de Loiola; CASTRO, César Augusto. **Instituições escolares e escolarização no Nordeste**. São Luís: EDUFMA: Café & Lápis; João Pessoa: Universitária–UFPB: 2011.

RODRIGUES, Simone Paixão. **Por uma educação católica**: um estudo sobre a disciplina religião no ginásio Santa Teresinha (1947 – 1968). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE 2008. 163 f.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**. Tradução de Sergio Milliet. Rio de Janeiro – São Paulo: Difel, 1979.

SANTANA, Antônio Samarone de; DIAS, Lúcio Antônio Prado; GOMES, Andrade Petrônio. **Dicionário biográfico de médicos de Sergipe**: Séculos XIX e XX. Academia Sergipana de Medicina, 2009.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Ecos da Modernidade**: a arquitetura dos grupos escolares sergipanos, (1911 – 1926). São Cristóvão/SE: Editora UFS, 2013.

SANTOS, Osmário. **Memórias de políticos de Sergipe no Século XX** / Osmário Santos. Organização de Afonso Nascimento. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade Ltda, 2002.

SAVIANI, Dermeval et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. 2. ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2006.

SAVIANI Dermeval. **Instituições Escolares no Brasil**. Campinas/SP: Editora Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. Gestão federativa da educação: desenho institucional do regime de colaboração no Brasil. In: CUNHA, C. da. ; SOUSA, J. V. de.; SILVA, M. A. da. (Org.). **Políticas públicas de educação na América Latina**: lições aprendidas e desafios. Campinas: Autores Associados, 2011.

SOUZA, Kátia Viana de. **A disciplina economia doméstica e a formação no Instituto de Educação Ruy Barbosa (1960)**, 2015. 97il. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Tiradentes-Unit, Aracaju/Sergipe 2015.

VAGO, Tarcísio Mauro; OLIVEIRA, Bernardo Jefferson de. (Org.). **Histórias de práticas educativas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

VALENÇA, Cristina de Almeida. **Entre livros e agulhas**: representações da cultura escolar feminina na Escola Normal em Aracaju. 1871 – 1931. Editora Nossa Gráfica, 2005.

VALENÇA, Cristina de Almeida. **Reformas educacionais e a pedagogia moderna**: Mudanças no Pensar e Fazer Pedagógico da Escola Normal (1911 – 1931) Tese (Doutorado em Educação). Salvador/Bahia Fevereiro/2011.

FONTES ELETRÔNICAS

Biografia de São Francisco de Assis Disponível em: <http://www.franciscanos.org.br/?page_id=1089>. Acesso em: 3 fev. 2015.

Colégio Nossa Senhora das Graças: <www.cnsg.com.br>. Acesso em: 19 ago. 2015.

Colégio Sagrado Coração de Maria. Disponível em: <www.cscm.com.br>. Acesso em: 19 ago. 2015.

Congregação das Irmãs Franciscana Hospitaleira da Imaculada Conceição. Disponível em: <http://www.confhic.org.br/a_provincia/nossa_historia.php>. Acesso em: 14 maio 2015.

Congregação das Irmãs Franciscanas da Imaculada Conceição. Disponível em: <http://www.confhic.org.br/a_provincia/fundadores.php>. Acesso em: 2 fev. 2015.

Documento. Disponível em: <<http://www.confhic.org.br>>. Acesso em: 3 fev. 2015.

Documento: Congregação era aprovada pela Santa Sé. Disponível em: <http://www.confhic.org.br/a_provincia/fundadores.php>. Acesso em: 2 fev. 2015.

Documento: Decreto de 6 de maio de 1855 foi titulado *Missionário Apostólico ad suumbeneplicitum* pela Congregação Romana da Propaganda Fide. Disponível em: <http://www.confhic.org.br/a_provincia/fundadores.php>. Acesso em: 2 fev. 2015.

Documento: VATICANO. DIVINI ILLIUS MAGISTRI. 1929. Disponível em: <<https://w2.vatican.va/content/vatican/it.html>>. Acesso em: 20 out. 2015.

História da Arquidiocese de Aracaju. Disponível em: <www.arquidiocesedearacaju.org> Acesso em: 1 out. 2014.

Revista comemorativa dos cem anos do Colégio Coração de Maria. Mossoró/RN, Ano I, n. 1, Mossoró, agosto de 2012, p. 3. Disponível em: <http://www.confhic.org.br/a_provincia/fundadores.php>. Acesso em: 2 fev. 2015.

FONTES

Documentos Institucionais

Estatuto da congregação das irmãs hospitaleiras Portuguesa, 1911.

Estatuto do Colégio Patrocínio de São José, 1940.

Relatório de visitas do inspetor de ensino da inspeção escolar do Estado de Sergipe, 1946.

Relatório de visitas do inspetor de ensino Professor José Theles, responsável pela inspeção escolar do Estado de Sergipe, 1947.

JORNAIS

A CRUZADA. 1937 “**Visitas das irmãs franciscanas a Aracaju**”. Notícia publicada na edição do dia 23 de março de 1937.

A CRUZADA. 1937 “**A fundação de mais um colégio em Aracaju**”. Notícia publicada na edição de 8 de outubro de 1937.

A CRUZADA. 1940 “**Festas da distinção social inauguração do Patrocínio de São José**”. Notícia publicada na edição de 18 de abril de 1940.

A CRUZADA. 1940 “**A abertura das matrículas do Colégio Patrocínio de São José**”. Notícia publicada na edição de 12 de novembro de 1940.

A CRUZADA. 1940 “**A aberturas das matrículas do internato do Patrocínio de São José**”. Notícia publicada na edição de 12 de dezembro de 1940.

A CRUZADA. 1940 “**O estatuto do internato**”. Notícia publicada na edição de 22 de dezembro de 1940.

A CRUZADA. 1941 “**Visitas do governador do estado ao Colégio Patrocínio de São José**”. Notícia publicada na edição de 12 de março de 1941.

A CRUZADA. 1942 “**Estatutos do Colégio**”. Notícia publicada na edição de 4 de janeiro de 1942.

A CRUZADA. 1943 “**Festas de formatura da primeira turma do magistério**”. Notícia publicada na edição de 12 de dezembro de 1943.

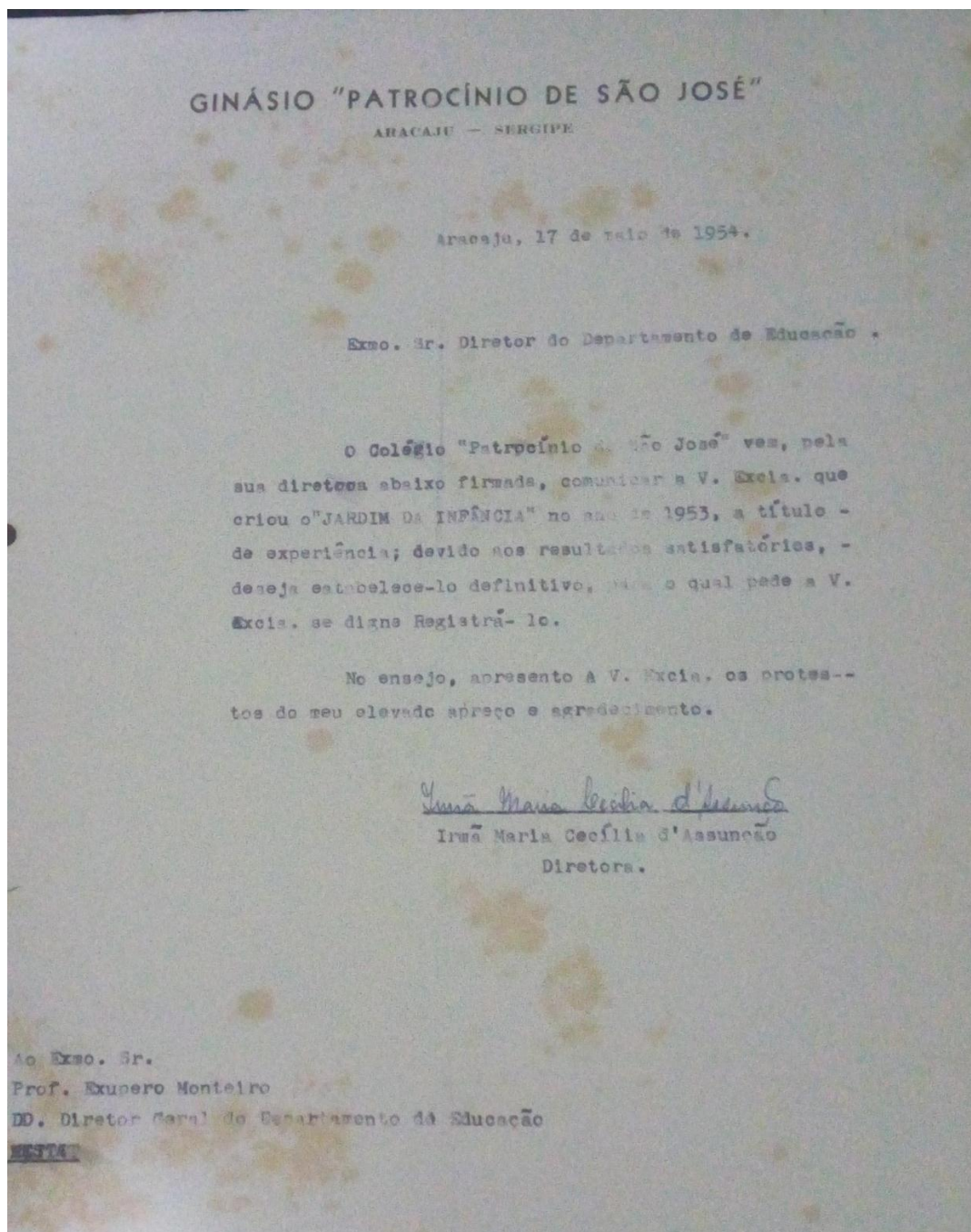
A CRUZADA. 1945 “**Aberturas de matricula para turmas do magistério e exames de admissão**”. Notícia publicada na edição de 20 de janeiro de 1945.

A CRUZADA. 1947 “**Festividades**”. Notícia publicada na edição de 28 de março de 1947.

A CRUZADA. "**Regimento do Ginásio**". Notícia publicada na p. 2, edição de 15 de maio de 1949.


ANEXOS

ANEXO 01 – Ofício expedido pelo Colégio informando ao Inspetor de Ensino a respeito da criação do Jardim de Infância



Fonte: Acervo do arquivo do Colégio Patrocínio de São José.

ANEXO 02 – Portaria ministerial nº 104


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE
DEPARTAMENTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
DIVISÃO DE ENSINO SECUNDÁRIO
RIO DE JANEIRO, D. F.

.....
C Ó P I A.

Portaria ministerial nº 104 de 23 de fevereiro de 1945

Concede reconhecimento ao Ginásio Patrocínio São José, de Aracaju.


O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, de acôrdo com o disposto no artigo 72 da lei orgânica do ensino secundário e na portaria ministerial nº 312, de 30 de novembro de 1942, resolve:

Art. 1. É concedido reconhecimento, sob regime de inspeção preliminar, ao Ginásio Patrocínio São José, com séde em Aracaju, no Estado de Sergipe.

Art. 2. A denominação do estabelecimento de ensino secundário de que trata o artigo anterior continúa a ser Ginásio Patrocínio São José.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1945.

ass) GUSTAVO CAPANEMA



V I S T O

Fonte: Acervo do arquivo do Colégio Patrocínio de São José.

ANEXO 03 – Pontos de Aritmética para exame de admissão

Ginásio "Patrocínio de São José"

Aracaju, 20 de Fevereiro de 1945

PONTOS DE ARITMÉTICA PARA EXAME DE ADMISSÃO

- 1 - Números inteiros. Soma. Divisão de decimais. Comparação de frações Metro quadrado. Múltiplo e submúltiplos.
- 2 - Escrever números com algarismos arábicos. Subtração. Multiplicação de decimais. O litro. Mudança de unidade. Simplificação de frações
- 3 - Transformar um número mixto em fração imprópria. Mudança de unidade Conversão de frações ordinárias em decimais. Simplificação de frações Operações fundamentais.
- 4 - Mínimo múltiplo comum. Divisão. Subtração de decimais. Denominador comum das frações. Gramo. Mudança de unidade.
- 5 - Divisibilidade por 2 e por 9. Soma de frações. Conversão de decimais. Múltiplos e divisores do gramo. Problemas com números inteiros.
- 6 - Números primos. Crivo de Eratóstenes. Soma e subtração. Divisão de inteiros por fração. Múltiplos e divisores do litro. Conversão de frações ordinárias.
- 7 - Reconhecer se um número é primo ou múltiplo. Subtração e multiplicação Soma de frações. Divisão de decimais por inteiros. Múltiplos e submúltiplos do metro.
- 8 - Decomposição em fatores. Soma e divisão. Transformar números mixtos em frações impróprias. Subtrair fração de inteiro. Metro quadrado. Mudança de unidade.
- 9 - Algarismos de ordens pares e ímpares. Divisibilidade por 3 e por 5. Divisão de fração por inteiro. Subtração e divisão. Sistema métrico decimal.
- 10 - Divisibilidade por 4 e por 10. Multiplicação e divisão. Multiplicação de frações por inteiros. Metro cúbico; Mudança de unidade. Escrever números decimais. Tornar um decimal 10, 100, 1000 vezes maior. ou menor.
- 11 - Soma. Subtração e multiplicação. Decomposição em fatores. Máximo divisor comum. Divisão de números mixtos. Problemas com os números do sistema métrico.
- 12 - Adição, subtração e divisão. M.M.C. Operações com as frações. Metro Mudança de unidade. Conversão de frações ordinárias em decimais.

Fonte: Acervo do arquivo do Colégio Patrocínio de São José.

ANEXO 04 – Pontos de História do Brasil para exame de admissão

Ginásio "Patrocínio de São José"

Aracaju, 20 de Fevereiro de 1945

PONTOS DE HISTÓRIA DO BRASIL PARA EXAME DE ADMISSÃO

- 1 - Capitâneas hereditárias . Descobrimto da América. 1º Governador Geral do Brasil.
- 2 - Primeira invasão holandesa. Segundo reinado(D. Pedro II) 2º Governador Geral do Brasil.
- 3 - Fundação da cidade do Rio de Janeiro. Capitâneas do norte. Descobrimto do Brasil.
- 4 - Guerra do Paraguai. 3º Governador Geral do Brasil. Sete de Abril.
- 5 - Proclamação da República. 2a. invasão holandesa. Fundação de São Paulo de Piratininga.
- 6 - Invasão do Rio de Janeiro pelos franceses. Independência do Brasil 1º Governador Geral do Brasil.
- 7 - D. Pedro I e a Independência do Brasil. Entradas e Bandeiras. 2º Governador Geral do Brasil.
- 8 - Transmigração da família real para o Brasil. Governos regenciais. 2º Governador Geral.
- 9 - Maurício de Nassáu e o governo no Brasil. O padre Feijó. A lei Aurea.
- 10 - Abolição do cativoiro. Governos republicanos e Guerra do Paraguai.
- 11 - Descobrimto da América. Inconfidência mineira. O padre Feijó.
- 12 - O segundo reinado. Invasões holandesas. Descobrimto do Brasil.
- 13 - Governos republicanos. Entradas e Bandeiras. Capitâneas hereditárias.
- 14 - Transmigração da família real para o Brasil. A Independência e D. Pedro I. Abolição do cativoiro e a princesa D. Isabel.
- 15 - Governos republicanos. Invasão do Rio de Janeiro pelos franceses. 3º Governador Geral do Brasil
- 16 - Inconfidência mineira. Governos regenciais e o Pe. Feijó. Fundação da cidade do Rio de Janeiro.
- 17 - Os três primeiros governadores gerais do Brasil. Governos republicanos (1º Governador)

Fonte: Acervo do arquivo do Colégio Patrocínio de São José.

ANEXO 05 – Pontos de Geografia para exame de admissão

Ginásio "Patrocínio de São José"

Aracaju, 20 de Janeiro de 1945

PONTOS DE GEOGRAFIA PARA EXAME DE ADMISSÃO

- II - Denominações dadas às terras. Limites do Brasil. Partes do mundo.
- 2 - Baías do Brasil. Países da Europa e suas capitais. Astros.
- 3 - Países da África. Pontos cardeais e colaterais. Serças do Brasil.
- 4 - Rios do Brasil. Principais movimentos da terra. Países da África.
- 5 - Denominações dadas às águas. Lagos do Brasil. Países da América Central.
- 6 - Planetas. Raças. Ilhas do Brasil.
- 7 - Orientação. Países da América do sul e suas capitais. Paralelos.
- 8 - Equador. Círculos polares. Mares da Europa.
- 9 - Países da América do Norte. O Cruzeiro do sul. Eixo e polos da Terra.
- 10 - O Brasil: seu governo e população. Partes do mundo. Os continentes. Orientação pelo nascer do sol.
- III - Mares da América do Norte. Limites do Brasil. O Acre.
- 12 - Estados do Brasil e suas capitais. Orientação pela bússula. Trópicos.
- 13 - O Distrito Federal-sua população. Oceanos. Vulcões da América do Norte.
- 14 - O Brasil; raça e língua. Forma da Terra. Penínsulas da Europa.
- 15 - -Formas de governo. Orientação pelo Cruzeiro do Sul. Portos do Brasil.
- 16 - Principais rios do Brasil. Cidades principais do Brasil. Raças humanas.
- 17 - Países da América Central e suas capitais. Astros e planetas. Países da América do Sul.
- 18 - Lagos do Brasil. Países da Ásia. Montanhas do Brasil. Golfos da África.
- 19 - Principais movimentos da Terra. Orientação. Limites e portos do Brasil.
- 20 - Divisão administrativa do Brasil. Estados, territórios e suas capitais. Território do Acre. Distrito Federal. Denominações dadas às águas.

Fonte: Acervo do arquivo do Colégio Patrocínio de São José.

ANEXO 06 – Boletim de frequência dos meses de março e abril de 1945

Modelo 4.244 – 11
(Formato 33 x 22)**Ginásio Patrocínio de São José**

Cidade de Aracaju

Estado de Sergipe

Boletim de Frequência do Mês de março e abril de 1945

Curso fundamental — Ciclo 1º Série 1a.

	Português	Latim	Francês	Inglês	Matemática	C. Naturais	H. Geral	H. do Brasil	G. Geral	G. do Brasil	T. Manuais	Desenho	Canto Orfeônico
TOTAL DAS AULAS DADAS	21	18	16	X	16	X	11	X	11	X	11	10	11
NOME DA ALUNA	FALTAS												
Aliete Leite de Mendonça	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-
Ana Maria Cardoso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Antônia Maria Menezes Maynard	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Candida Regina Sampaio Pereira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dayse Mendes Moreira Lima	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Domitila dos Santos Lobão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edelzilda Mendes Silva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enide Guimarães	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Iêda Carmelo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ineida Maria de Santana Velame	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Iolanda de Carvalho Doria	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-
Jaci Madureira Aze	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Lúcia Maria Dantas Rodrigues	1	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	1	-
Maiza Moraes Terra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maria Augusta dos Santos Mendonça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maria Auxiliadora de Souza Barros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maria Acioli Gomes	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Maria do Carmo Barreto	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Maria de Lourdes Barreto	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Mariana Barbosa de Oliveira	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Maria de Lourdes Ramos	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marieta Rodrigues de Menezes	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ubirici Honorino Jorge	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Venância Anita dos Santos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Jenê Maria Branca de Brito Imaculado
(Diretora)

[Assinatura]
(Inspetor)

ANEXO 07 – Corpo docente em exercício no ano de 1946

Modelo 4.244 - 79
(Formato 33 x 28)

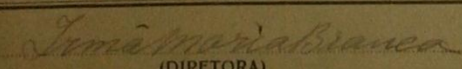
Ginásio Patrocínio de São José

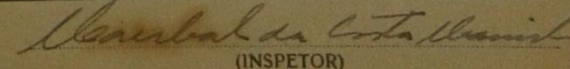
Cidade de Aracaju Estado de Sergipe

Corpo Docente em Exercício — Curso Ginásial

Ano Letivo de 1946

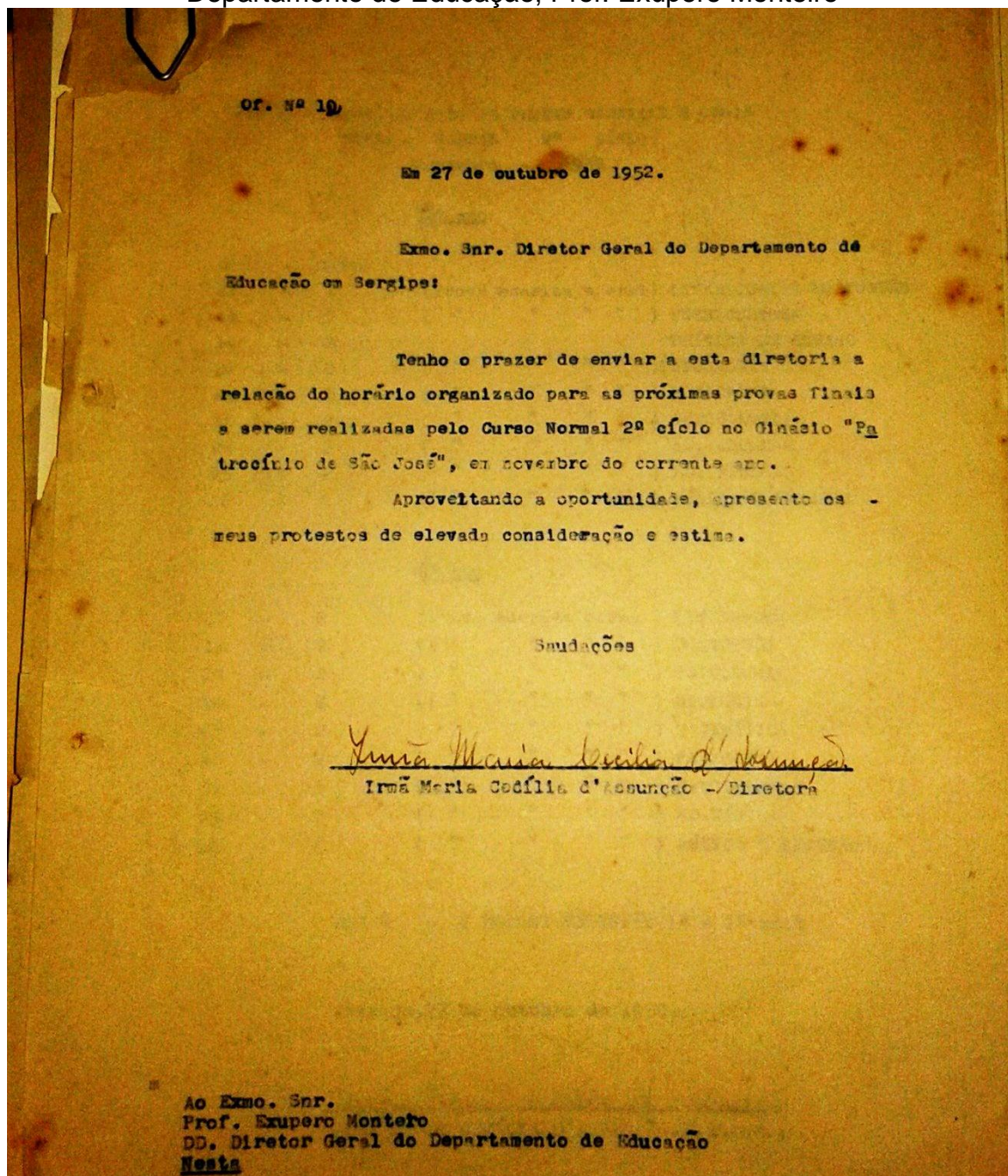
SÉRIE	MATÉRIAS	NOME DO PROFESSOR	N. REGISTO	Reservado para o visto da Secção de Registo
1a	Português	Tecla Leão	19.343	
2a	"	Tecla Leão	22.280	
3a	"	Maria de Leurdes David	22.280	
1a	Francês	Maria de Leurdes David	22.280	
2a	"	Maria de Leurdes David	22.280	
3a	"	Maria de Leurdes David	22.280	
1a	Latim	Benedita da Silva Pereira	20.581	
2a	"	Benedita da Silva Pereira	20.581	
3a	"	Benedita da Silva Pereira	20.581	
2a	Inglês	Tecla Leão	19.343	
3a	"	Tecla Leão	19.343	
1a	Matemática	Maria de Leurdes David	22.280	
2a.	"	Maria de Leurdes David	22.280	
3a.	"	Benedita da Silva Pereira	20.581	
1a.	H.Geral	Leener Luna Linhares	14.402	
2a.	H.Geral	Leener Luna Linhares	14.402	
3a.	H.Brasil	Leener Luna Linhares	14.402	
1a	G.Geral	Benedita da Silva Pereira	20.581	
2a	G.Geral	Leener Luna Linhares	18.784	
3a.	G.Brasil	Leener Luna Linhares	18.784	
1a.	Desenho	Tecla Leão	19.343	
2a.	"	Maria de Miranda Leite	25.695	
3a.	"	Tecla Leão	19.343	
1a.	T.Manuais	Maria de Miranda Leite	25.695	
2a.	"	Maria de Miranda Leite	25.695	
3a.	E.Domestica	Maria de Miranda Leite	25.695	


 (DIRETORA)


 (INSPETOR)

Fonte: Acervo do arquivo do Colégio Patrocínio de São José.

ANEXO 08 – Ofício da Irmã Maria Cecília d'Assunção ao Diretor Geral do Departamento de Educação, Prof. Exuperio Monteiro



Fonte: Acervo do arquivo do Colégio Patrocínio de São José.

ANEXO 09 – Programa para a segunda prova parcial em novembro de 1946
(Disciplina Trabalhos Manuais/ 2ª série)

PROGRAMA PARA A SEGUNDA PROVA PARCIAL EM NOVEMBRO DE 1946.

TRABALHOS MANUAIS 2ª série.

- 1º ponto. Rebaixo curvo.
- 2º ponto. Furar cubos
- 3º ponto. Acabamento com pintura.
- 4º ponto. Peças cilíndricas.
- 5º ponto. Encaixes marchetados.
- 6º ponto. Construção de mosaico.
- 7º ponto. Encerimento.
- 8º ponto. Construção de brinquedos.
- 9º ponto. Soldadura.
- 10º ponto. Gravações facéis.
- 11º ponto. Recortes de metal em folha .
- 12º ponto. Construção de objetos vários..
- 13º ponto. Pinturas sobre metal.
- 14º ponto. Modelagem de folhas em cera.
- 15º ponto. Reprodução de formas de gesso.
- 16º ponto. Modelagem de frutos em gesso.
- 17º ponto. Construção de objetos de uso comum.
- 18º ponto. Articulações.
- 19º ponto. Recortes de motivos decorativos.
- 20º ponto. Modelagem de fiôres em alto relevo.

Maria de Luanda Leite

Maerbal Marinho

ANEXO 10 – Corpo docente em exercício (1952)

Modelo 4.244 – 7
(Formato 33 x 22)

Colégio Patrocínio de São José

Cidade de Aracaju

Estado de Sergipe

Corpo Docente em Exercício – Curso

PEDAGÓGICO

Ano Letivo de 1952.....

Série	Matérias	Nome do professor	N. Registro	Reservado para o visto da Secção de Registro
1ª e 2ª	Português	Irmã Hilda de Mª Imaculada		Definitivo
1ª	Matemática	Irmã Glória de Mª Imaculada	13.050	
1ª e 2ª	Metodologia	Irmã Maria Cecília d'Assunção	3.550	
1ª	Pedagogia	" " " "	"	
2ª	Ad. Escolar	" " " "	"	
2ª	Pr. de Ensino	Irmã Hilda de Maria Imaculada		
1ª e 2ª	Psicologia	Irmã Mª Benigna do Coração de J.		
1ª	Biologia	Irmã Glória de Maria Imaculada	13.050	
2ª	Sociologia	Irmã Benigna do Coração de J.		
2ª	Puericultura	Irmã Hilda de Maria Imaculada		
1ª e 2ª	Desenho e Artes Aplicadas	Irmã Maria Inês de Assis	14.048	
1ª e 2ª	M. C. Orfeônico	Irmã Maria Iolanda	0.744	
2ª	E. Física	Rosália Bispo dos Santos	1.727	

Irmã Maria Cecília d'Assunção
(Diretora)
Irmã Maria Cecília d'Assunção

(Inspetor)
Marcos Ferreira de Jesus

ANEXO 11 – Relação de professores (1948)

Inspetoria do Ginásio "Patrocínio de São José"

ARACAJÚ - SERGIPE

Ofício N.

Aracajú, 22 de Setembro de 1948.

Ilmo. Sr. Diretor

Respondendo a Circular Nº 4 de 24 de agosto de 1948, recebida a três dias, envio para esta distinta Diretoria, os dados referentes à Diretora e professores do Ginásio "Patrocínio de São José", à Praça Tobias Barreto, 1042.

DIRETORA: - Irmã Maria Branca do Cordeiro Imaculado.

PROFESSORES:

PORTUGUÊS	- 1ª série ginásial	- Maria de Lourdes David	- Registro	4.622
"	- 2ª, 4ª "	"	- Tecla Leão	" 3.979
"	- 3ª "	"	- Dr. Carlos Fernandes de Melo	" 25.246
INTEIM	- 1ª, 2ª, 3ª, 4ª "	"	- Benedita da Silva Pereira	" 4.621
FRANCÊS	- 1ª, 2ª "	"	- Tecla Leão	" 3.979
"	- 3ª "	"	- Regina Costa	" 4.600
"	- 4ª "	"	- Maria de Lourdes David	" 4.622
INGLÊS	- 3ª "	"	- Dr. Carlos Fernandes de Melo	" 25.246
"	- 4ª, 2ª "	"	- Tecla Leão	" 3.979
MATEMÁTICA	- 1ª, 2ª "	"	- Benedita da Silva Pereira	" 4.621
"	- 3ª, 4ª "	"	- Maria de Lourdes David	" 4.622
C. NATURAIS	- 3ª "	"	- Dr. Carlos Fernandes de Melo	" 25.246
"	- 4ª "	"	- Maria de Lourdes David	" 4.622
H. GERAL e do BRASIL	- 1.2.3.4.	"	- Regina Costa	" 4.600
C. GERAL e do BRASIL	- 1.2.3.4.	"	- Benedita da Silva Pereira	" 4.621
T. MANUAIS	- 1ª, 2ª "	"	- Maria de Miranda Leite	" 4.281
E. DOMÉSTICA	- 3ª, 4ª "	"	- Maria de Miranda Leite	" 4.281
DESENHO	- 1ª, 4ª "	"	- Tecla Leão	" 3.979
"	- 2ª, 3ª "	"	- Maria de Lourdes David	" 4.622
C. ORFÈCNICO	- 1ª, 2ª, 3ª, 4ª "	"	- Regina Costa	" 13.890
E. FÍSICA	- 1ª, 2ª, 3ª, 4ª "	"	- Rosália Bispo dos Santos	" 1.727

Residências: - Quasi todo o professorado é interno do Ginásio "Patrocínio de São José", Praça Tobias Barreto, 1042, excetuando os Professores Dr. Carlos Fernandes de Melo que reside à Rua de Itabaiana e a Professora Rosália Bispo dos Santos, residente à Rua de Estância, nesta Capital.

Atenciosamente, subscrevo-me

Oswaldo Sampaio
Oswaldo Sampaio - Inspetor

ANEXO 12 – Termo de contrato entre o Colégio Patrocínio de São José e a professora Rosália Bispo dos Santos

TERMO DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE O GINÁSIO PATROCÍNIO DE SÃO JOSÉ, REPRESENTADO PELA DIRETORIA DO MESMO ESTABELECIMENTO: BENEDITA DA SILVA PEREIRA - (IRMÃ MARIA BRANCA DO CORDEIRO IMACULADO) E A SRMA. ROSALIA BISPO DOS SANTOS, COMO ABAIXO SE DECLARA:

.....

77

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de mil novecentos e quarenta e sete, no gabinete da Diretoria do Ginásio Patrocínio de S. José, compareceu a professora Rosalia Bispos dos Santos, que disse vir assinar o termo de Contrato de Locação de Serviços, afim de lecionar EDUCAÇÃO FÍSICA no mesmo estabelecimento, percebendo o salario de Cr\$... 12,00 (doze cruzeiros) por aula dada durante o periodo letivo e mais Cr\$ 120,00 (cento e vinte cruzeiros) no periodo das férias.

Este contrato começa a vigorar a partir do dia três de março do corrente ano até três (3) de março de mil novecentos e quarenta e oito, podendo, entretanto, ser rescindido antes do prazo estipulado, si assim convier aos interesses da administração, sem que caiba ao contratado qualquer direito á reclamação ou indenização.

E, para constar, foi lavrado o presente contrato, o qual vai assinado em 3 vias, todas para o mesmo fim, pela Diretora do Ginásio Patrocínio de São José e pela contratada.

Aracajú, 28 de fevereiro de 1947.

Benedita da Silva Pereira-Diretora

Rosalia Bispo dos Santos
Rosalia Bispo dos Santos - Professora contratada

ANEXO 13 – Ofício acerca de relatório de inspeção

Inspetoria do Ginásio "Patrocínio de São José"

ARACAJÚ - SERGIPE

Ofício N.

Aracajú, 9 de dezembro de 1953

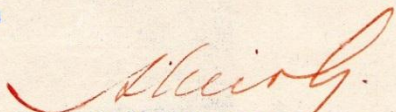
Snr. Diretor:

Com o presente passo às mãos de VEx^a e incluso relatório referente a inspeção para fins de curso de colégio procedido neste Ginásio Patrocínio de São José.

O referido relatório é constituído de 40 folhas todas devidamente assinadas ou rubricadas e mais 3 pautas em anexo.

Servindo-me do ensejo passo a apresentar a VEx^a as minhas

Respeitosas Saudações


Aristeu Accioly
inspetor

Ao Exm^o Snr.
Diretor do Ensino Secundário
Ministerio de Educação e Cultura
Rio de Janeiro

ANEXO 14 – Programa para a primeira prova parcial em junho de 1946 (Disciplina
Canto Orfeônico/ 1ª série)

PROGRAMA PARA A PRIMEIRA PROVA PARCIAL EM JUNHO DE 1946.

Canto orfeônico 1ª. série.

- 1º ponto Classificação das vózes-Cantar para viver-Prática
- 2º ponto Gama musical-Hino Nacional-Prática
- 3º ponto Pauta musical-Viva o sol-Prática
- 4º ponto Linhas suplementares-Hino da Bandeira-Prática
- 5º ponto Voz feminina-Hino da Vitória-Prática
- 6º ponto Soprano-Timoneiro-Prática
- 7º ponto Tenor-Solfejar-Prática
- 8º ponto Canon-O sino da Igrejinha-Prática
- 9º ponto Efeito de acorde-Hino da Independência-Prática
- 10º ponto Notas antigas-Canção do Expedicionário-Prática

Leonor Luna Linhares

Marçal Marinho

ANEXO 15 – Programa para a segunda prova parcial em novembro de 1946
(Disciplina Canto Orfeônico/ 1ª série)

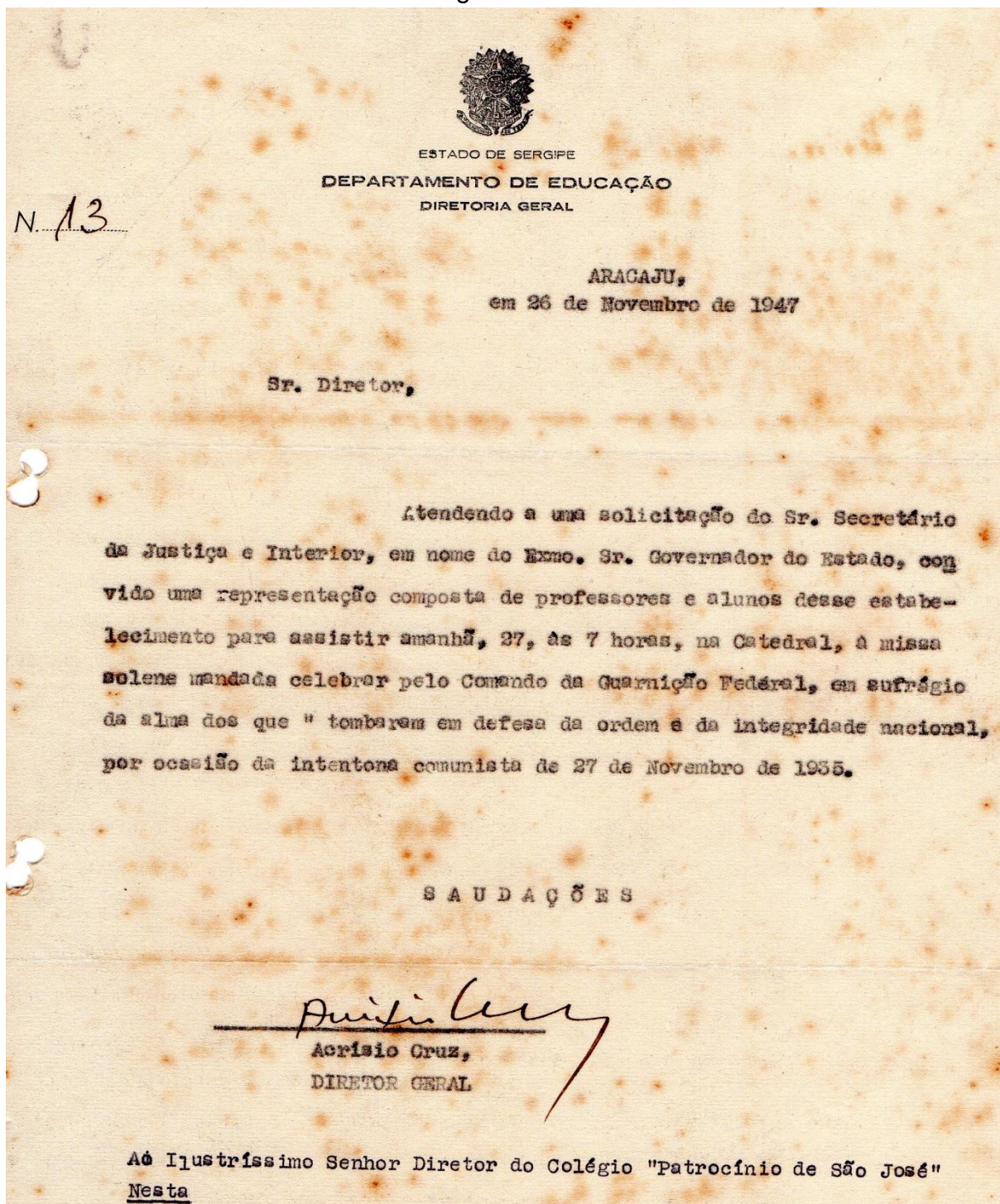
PROGRAMA PARA A SEGUNDA PROVA PARCIAL EM NOVEMBRO DE 1946

Canto Orfeônico 1ª. série

- 1º ponto Preliminares- Hino Nacional-Prática
- 2º ponto Metas antigas- Hino Oficial-Prática
- 3º ponto Canon-Enche a felha- Prática
- 4º ponto Guido d'Arezzo-Hino da Vitória-Prática
- 5º ponto Fauta-Canção do Expedicionário-Prática
- 6º ponto Gama musical-O sino da Igrejinha-Prática
- 7º ponto Classificação das vozes-Hino da Independência- Prática
- 8º ponto Voz feminina- Timoneiro-Prática
- 9º ponto Tenor-O sol, chama de ouro-Prática
- 10º ponto Linhas suplementares-Hino da Bandeira-Prática
- 11º ponto Francisco Manuel da Silva-Cantar para viver-Prática
- 12º ponto Voz masculina-Hino da Vitória-Prática
- 13º ponto Canto gregoriano-Barcarola-Prática
- 14º ponto Soprano-Do mar no fundo-Prática
- 15º ponto Oserio Duque Estrada-Hino das Jornadas-Prática
- 16º ponto Efeito de acorde-Missa De Angelis-Prática
- 17º ponto J.Otaviano-Frère Jacques-Prática
- 18º ponto Extensão da voz-Aneitecer-Prática
- 19º ponto Ouvintes-Viva o sol-Prática
- 20º ponto Valores positivos-Solfejar-Prática

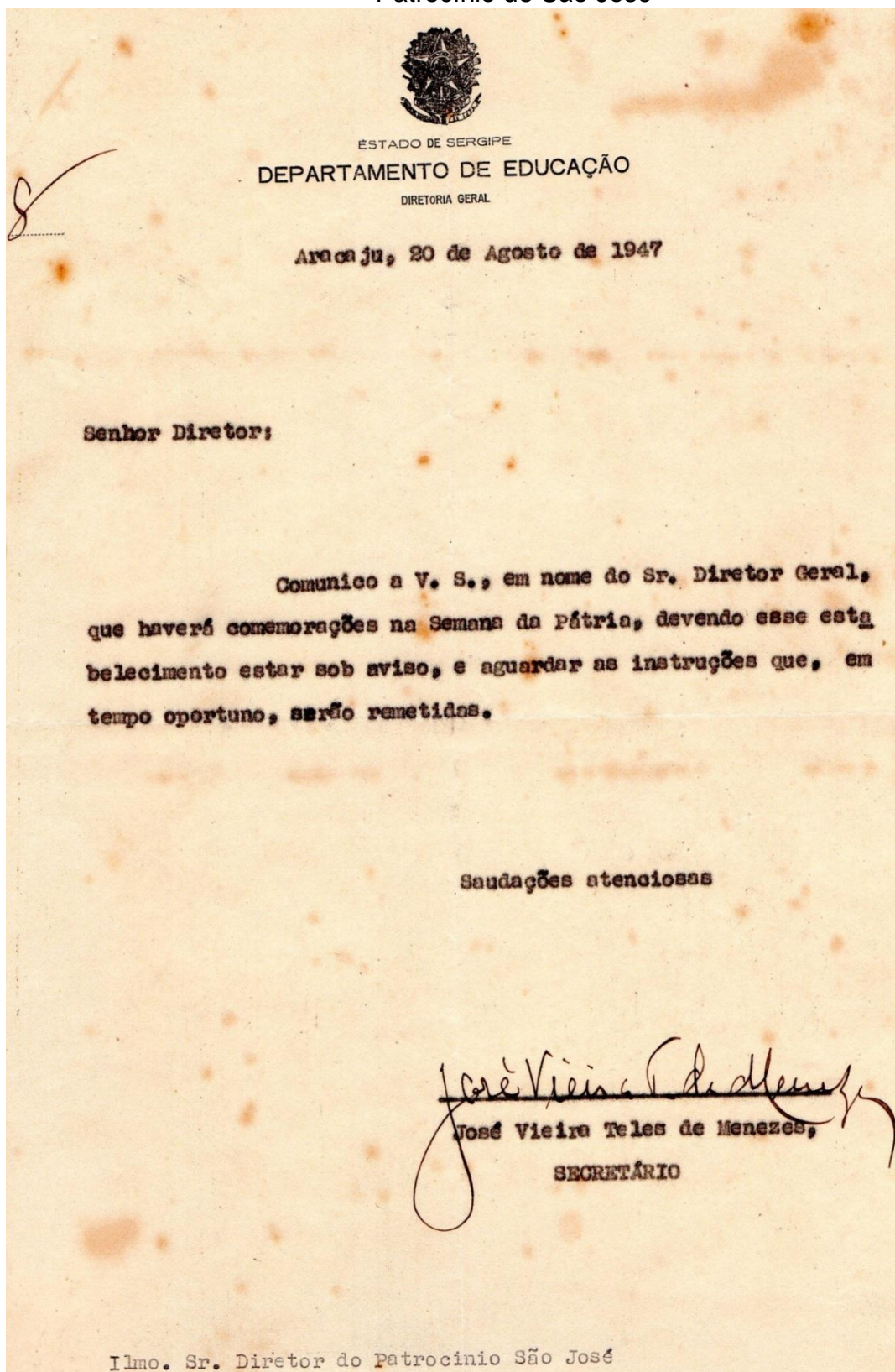
Leonor Luna Linhares
Maerbal Marinho

ANEXO 16 – Convite do Diretor Geral do Departamento de Educação, Acrísio Cruz,
ao Diretor do Colégio Patrocínio de São José



Fonte: Acervo do arquivo do Colégio Patrocínio de São José.

ANEXO 17 – Comunicado do Departamento de Educação ao Diretor do Colégio
Patrocínio de São José



Fonte: Acervo do arquivo do Colégio Patrocínio de São José.

ANEXO 18 – Ficha individual da aluna

SRA. DIRETORA DO GINÁSIO PATROCÍNIO DE SÃO JOSÉ

Como requer

VISTO. Em 21 / 2 / 1951

Irmã Iracema da Cruz

DIRETOR

Eugenio Bontempo

INSPECTOR FEDERAL

Aracaju, 10 de 3 de 1951



Vandete de Lourdes Menezes
 filho de José Esteres de Menezes e
 D. Bernadete de Lourdes Menezes, natural do
 Estado de Sergipe, nascido a 4 de Abril
 de 1932, no município de Lagarto residente à rua
 Cláudio Batista, n. 30, requer a V. S. matrícula
 na 1ª série, do curso Normal 2º ciclo
 para o que junta os documentos exigidos.

Nestes termos

Pede deferimento

Aracaju, 10 de Março de 1951

a) Vandete de Lourdes Menezes


Ginásio Patrocínio de São José

PROTOCOLO N.

Em de de 1951

a)

ANEXO 19 – Ofício recebido da Delegacia Federal de Saúde


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE
DEPARTAMENTO NACIONAL DE SAÚDE
DELEGACIA FEDERAL DE SAÚDE DA SEXTA REGIÃO

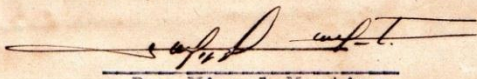
CIDADE DO SALVADOR, Ba. 19-3-45

Nº 144

Senhor Diretor:

Anexo ao presente, estou enviando uma cópia das instruções que devem ser observadas pelos estabelecimentos de ensino, com internatos e semi-internatos, sob inspeção federal, solicitando de V.S. a fineza no sentido de serem as mesmas tomadas em consideração.

Atenciosas saudações.


Dr. Miguel Martins
Delegado Federal de Saúde da 6a. Região

Illmo.Snr.
Diretor do Colegio S.José
ARACAJÚ - SERGIPE

Fonte: Acervo do arquivo do Colégio Patrocínio de São José.

ANEXO 20 – Estatuto do Colégio para o ano de 1953

judicial e extra-judicialmente, organizar e superintender todos os serviços do estabelecimento e baixar o seu Regimento Interno.

Art. 8 - Compete à Secretária:

- a) - Substituir a Diretora em sua ausência e seus impedimentos temporários;
- b) - Ter a seu cargo a secretaria, tesouraria e escrita do estabelecimento, com poderes de receber, passar recibos e dar quitação;
- c) - zelar pela boa ordem e conservação do arquivo;
- d) - organizar o horário das aulas, submetendo-o à aprovação da Diretora.

Art. 9 - Compete às Prefeitas:

- a) - A mais velha substituir a Secretária, em sua ausência e seus impedimentos, inclusive, quando estiver substituindo a Diretora;
- b) - a qualquer delas manter a disciplina fora das aulas, cuidar das educandas e ensinar-lhes os princípios de higiene, civilidade e educação religiosa.

Capítulo III Disposições gerais

Art. 10 - Qualquer alteração nos presentes estatutos só poderá ser feita, por deliberação da maioria dos seus membros, isto é, da maioria das Religiosas presentes, nesta Capital, da Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitalleiras Portugêsas.

Art. 11 - As Religiosas membros não respondem subsidiariamente pelas obrigações do ginásio.

Art. 12 - O Ginásio "Patrocínio de São José" só poderá ser dissolvido ou extinto, por deliberação da maioria dos seus membros, como previsto no art. supra, passando, neste caso, todo o patrimônio que tiver a pertencer à Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitalleiras Portugêsas. Essa deliberação deve ser tomada, em duas vezes, com intervalo, no mínimo de 30 dias.

Capítulo IV Disposições finais

Art. 13 - São fundadoras do Ginásio "Patrocínio de São José" as Religiosas da Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitalleiras Portugêsas abaixo firmadas.

Art. 14 - Os membros da Diretoria definitiva com mandato até 6 de março de 1956, são os seguintes, todas solteiras, residentes na sede do Ginásio, Religiosas da Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitalleiras Portugêsas:-

Diretora: - Irmã Maria Cecília d'Assunção, brasileira
Secretária:- Irma Maria Carmélia da Ascensão; "
Prefeitas:- Irmã Maria Izabel da Hungria, Irmã Maria

Inês de Assis- brasileiras

Aracaju, 25 de Junho de 1953.

ANEXO 21 – Página 1 do Livro de inscrição para os exames de admissão ao Curso
Ginásial de 1945

Aos dois dias do mês de Janeiro de
 inscrição para exames de admissão à 1ª série
 ginasial e de acordo com o artigo 39 e seus
 complementos com o artigo 10º do Regulamento
 Ginasial de 1934 e de acordo com a Portaria
 Genial Patrocínio de São José, Arcebispo
 Coadjuvante de São Paulo (Santa Maria do Carmo)

Nº	Nomes	Filiação
1	Antônia Maria de Jesus	Cardeal de Lube Roguel
2	Antônia dos Santos Lobato	Joaquim Lobato
3	Emília Guimarães	Agulhino Guimarães
4	Leopoldina Mendes Silva	Leopoldina Mendes Silva
5	Maria Luíza de Jesus e sua irmã	Calisto Torres Neto
6	Lucia Maria dos Santos Rodrigues	Germano de Almeida Rodrigues
7	Maria Luíza Terra	Joaquim de Jesus Terra
8	Mariana Carbono de Oliveira	Agostinho Carbono de Oliveira
9	Alvina Lúcia de Mendonça	Corinto Lúcia de Mendonça
10	Maria Luíza dos Santos Mendonça	Américo Lúcia de Mendonça
11	Yvela Carneiro	Yvela de Santa Carneiro
12	Antônia Maria de Santana Carneiro	Agostinho Carneiro Carneiro
13	Maria de Lourdes Carneiro	Fausto Carneiro Carneiro
14	Maria do Carmo Barreto	Jenete Barreto
15	Luíza Lúcia dos Santos	Maria dos Prazeres
16	Valéria Trêvis Falcão	Rafael Trêvis Falcão
17	Flávia de Carvalho Faria	Edson Leo de Carvalho
18	Luci Madureira Melo	Francisco Vieira de Melo
19	Marieta Rodrigues Freire	Manuel Fide de Freire
20	Maria Adelaide Gomes	João Gomes da Silva
21	Ulirici Bonifácio Jorge	Manuel Bonifácio Jorge
22	Maria de Lourdes Barreto	Helio Barreto de Moraes
23	Cândida Regina Sampaio Pereira	Manuel Cândido de Sampaio

Fonte: Acervo do arquivo do Colégio Patrocínio de São José.

ANEXO 22 – Página 2 do Livro de inscrição para os exames de admissão ao Curso
Ginásial de 1945

JC 2

em 22 de setembro e Quarenta e cinco, foi inscrito a
do curso Ginásial, com o prazo de vinte dias a
parâmetros do Decreto Federal nº 4.244 de 1940
vigente, conforme edital publicado no Diário
deste Ginásio.

• 1.º de fevereiro de 1945
do Diretor Tomaculoso - Diretor

Data do inscrição			Data da inscrição	Município	Assinatura
dia	mês	ano			
6	10	1931	6/10/1945	Itaipava - Sergipe	Antônia Maria Meneses Maymont.
25	2	1932	6/2/1945	Itaipava - Sergipe	Domitila dos Santos Sobão
5	11	1930	6/11/1945	Três Pântanos - Sergipe	Emilde Guimaraes
10	2	1930	6/2/1945	P. B. de Itaipava - Sergipe	Edelfeita Mendes da Silva
22	1	1930	7/1/1945	Itaipava - Sergipe	Esthania Auxiliadora de Souza Torres
5	9	1932	7/9/1945	R. J. de Itaipava - Sergipe	Lucia Maria Rodrigues dos Santos
11	5	1932	7/5/1945	R. J. de Itaipava - Sergipe	Maíza Maria Serra
28	8	1931	7/28/1945	Itaipava - Sergipe	Mariana Barbosa de Oliveira
30	3	1931	10/3/1945	Itaipava - Sergipe	Ante deite de Itaipava
10	6	1931	15/6/1945	Itaipava - Sergipe	Maria Augusta dos Santos Mendonça
15	7	1932	15/7/1945	R. J. de Itaipava - Sergipe	Séda Baroneiro
11	1	1931	15/1/1945	Itaipava - Sergipe	Divida Maria de Santana Velame.
27	4	1929	15/4/1945	Itaipava - Sergipe	Maria de Lourdes Ramos
25	9	1931	15/9/1945	Itaipava - Sergipe	Maria do Carmo Barreto
16	5	1930	15/5/1945	Itaipava - Sergipe	Francisca Quita dos Santos
25	16	1932	16/12/1945	Itaipava - Sergipe	Valdoci Hélio Ribeiro
16	11	1930	16/11/1945	Itaipava - Sergipe	Edelma de Carmo Diniz
16	9	1930	16/9/1945	Itaipava - Sergipe	Yaci Abadureira Melo
18	6	1930	18/6/1945	Três Pântanos - Sergipe	Acrista Rodrigues de Mesquita.
2	7	1932	18/7/1945	Itaipava - Sergipe	Maria Dicle Gomes.
1	7	1931	19/7/1945	Itaipava - Sergipe	Ulrici Bonifacio Jorge
2	11	1930	21/11/1945	Itaipava - Sergipe	Maria de Lourdes Barreto
26	11	1931	26/11/1945	Itaipava - Sergipe	Cândida Regina Lampaio Pereira

Fonte: Acervo do arquivo do Colégio Patrocínio de São José.